



Observatório
de Movimentos Sociais
da América Latina

COMUNICA AMÉRICA LATINA

VII - outubro-dezembro/2021



Observatório de Movimentos Sociais da América Latina
Comunica América Latina VII - outubro - dezembro 2021
Rio de Janeiro – fevereiro de 2022
Documento de apoio à pesquisa organizado por pesquisadores
e pesquisadoras do NETSAL

ISSN: 2675-9381

Responsáveis editoriais: Alyssa Trotte, Brauner Geraldo Cruz Junior, Daniel Henrique Ferreira, Deborah Moraes Souza Lopes, Giovanna Lucio Monteiro, Hellen Oliveira, Henrique Fonseca Correia, Jefferson Nascimento, Lara Sartorio Gonçalves, Lívia Alcântara, Mariane Silva Reghim, Marília Closs, Meyre Valle Teixeira, Paulo César Limongi, Pedro Demenech, Roberta Alano, Simone da Silva Ribeiro Gomes, Vitória Gonzalez

Revisão: Pedro Borba e Vitória Gonzalez

Diagramação: Giovanna Lucio Monteiro

Capa: Hellen Oliveira

Ilustrações: Matheus Ribs



Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina - NETSAL
Coordenação Geral: Breno Bringel e José Maurício Domingues
Coordenação Executiva: Marília Closs

Site: netsal.iesp.uerj.br

Email para contato: netsal@iesp.uerj.br

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP-UERJ
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua da Matriz, n. 82, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Sumário

Apresentação	3
<i>Daniel Henrique da Mota Ferreira</i>	
<i>Lara Sartorio Gonçalves</i>	
<i>Mariane Silva Reghim</i>	
<i>Vitória Gonzalez</i>	
MONITORAMENTO DE PAÍSES	
Uma Argentina ainda refém da dívida	11
<i>Giovanna Lucio Monteiro</i>	
Mais uma vez, marchas em disputa: as mobilizações sociais na Bolívia	13
<i>Marília Closs</i>	
Brasil no último trimestre de 2021: “todo mundo vai sofrer”	16
<i>Mariane Silva Reghim</i>	
“¡Se murió la vieja!”: em meio ao que se enterra do velho, o que o Chile traz de novo?	19
<i>Lara Sartorio Gonçalves</i>	
A violência como fio de Ariadne na história recente da Colômbia e os sopros de esperança	23
<i>Paulo César Limongi de Lima Filho</i>	
A ambivalência da ilha: inovação científica e velhas práticas de violência estatal	26
<i>Lara Sartorio Gonçalves</i>	
El Salvador no fim de 2021: “deshazte del dictador” e a força dos salvadorenhos	29
<i>Roberta do Prá Alano</i>	
<i>Simone da Silva Ribeiro Gomes</i>	
Vias abertas da pandemia: entre regressões autoritárias e esperança das ruas	32
<i>Daniel Henrique da Mota Ferreira</i>	
Camadas da crise haitiana	36
<i>Alyssa Ribeiro Perpeto Trotte</i>	
<i>Daniel Henrique da Mota Ferreira</i>	
<i>Pedro Demenech</i>	
O eco das vozes marginalizadas no México	39

Deborah Moraes Souza Lopes

Navegando entre crises: Panamá no último trimestre de 2021 42

Hellen Oliveira

Paraguai: a contrarreforma agrária em movimento 44

Pedro Borba

Polarização e instabilidade política no Peru 47

Jefferson Nascimento

Henrique Fonseca Correia

Racismo como política de governo na República Dominicana 50

Henrique Fonseca Correia

As marés de resistências seguem em movimento: Uruguai no último trimestre de 2021 53

Alyssa Ribeiro Perpeto Trotte

O retorno ao *status quo* na política venezuelana e a direitização da economia 56

Jefferson Nascimento

TEXTO TRANSVERSAL

Maré verde: a luta feminista pela legalização do aborto na América Latina 61

Giovanna Soares Fontes

Apresentação

Daniel Henrique da Mota Ferreira¹

Lara Sartorio Gonçalves²

Mariane Silva Reghim³

Vitória Gonzalez⁴

O *Comunica América Latina* surgiu no contexto da pandemia de covid-19 que assolou o mundo no início de 2020. Este projeto, levado adiante por pesquisadoras e pesquisadores do Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL), envolve a publicação trimestral de pequenos textos em que monitoramos diversos países da região. Meio a um intenso fluxo de informações que giravam em torno das narrativas oficiais quanto às saídas da crise sanitária, identificamos a necessidade de mapear as histórias não contadas. Enquanto em parcelas consideráveis do mundo era notável que as recomendações de distanciamento social intensificaram individualismos, na América Latina multiplicaram-se as iniciativas populares orientadas pela solidariedade e pela maneira consciente e sustentável de pensar os bens comuns. Nesse sentido, os monitoramentos do *Comunica* apresentaram os cenários nacionais desde a perspectiva institucional contra os quais movimentos populares mobilizaram-se. Mobilizações estas muitas vezes atreladas à própria sobrevivência, que é atravessada pela pandemia, mas se estende para além desta: aqui estão em jogo não só os direitos relativos à saúde, mas a saneamento básico, moradia, terra, alimentação, educação, segurança e trabalho. Combinadas à força dessa reação, vimos criar e ampliar de maneira extraordinária práticas de caráter popular que despontaram localmente e se enlaçaram regionalmente. É notório que, (não só) neste período, as ruas responderam a decisões advindas dos gabinetes, mas a política das ruas e dos campos vai muito além.

Nesses dois anos de monitoramento, acompanhamos de maneira ininterrupta mais de 15 países da região - com alguma oscilação, dado que nem todos os países foram acompanhados com a mesma constância. O trabalho de pesquisa e escrita aqui empreendido, podemos dizer, também seguiu os rumos da vida pandêmica e das dinâmicas coletivas, enfrentando suas limitações e potencialidades. Trabalho este feito por pessoas muito diferentes, em sua maioria pós graduandas e pós graduandos. Na primeira edição do *Comunica*, nossa equipe era composta apenas por pessoas que se conheciam do mundo pré-pandemia; nesta edição que agora vem ao mundo, já é composta por pessoas que se conheceram apenas pelas telas dos computadores. Essa nova dinâmica traz consigo duas considerações: primeiro, que o *Comunica* chamou a atenção de novos/as pesquisadores e pesquisadoras; segundo, que conseguimos, apesar das dificuldades impostas pela pandemia à vida acadêmica, manter um trabalho coletivo e horizontal. Embora nada substitua as trocas e a discussão de ideias presencialmente, e a luta lado a lado tenha sido transformada por esses tempos, o esforço realizado remotamente permitiu que o *Comunica* fosse tocado por pessoas espalhadas por diversas regiões do Brasil e do mundo, e que pudéssemos acompanhar o que estava acontecendo em nosso continente.

Com isso em mente, buscamos trazer análises ao mesmo tempo curtas e densas sobre o que se passou em vários países da América Latina nos últimos dois anos, num esforço de condensar mobilizações sociais em tempos de pandemia. Ao longo desse caminho, compartilhamos metodologias de pesquisa e as aprimoramos conforme a prática e o debate coletivo nos desafiava a "refazer", criar e avançar. Identificamos conexões, idiosincrasias e especificidades em acontecimentos locais. Apresentamos, ainda que com insuficiências, contextos e singularidades em

¹ Doutorando pelo IESP-UERJ. É membro do NETSAL. Email: danielhmf@iesp.uerj.br

² Doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisadora do NETSAL. Email: larasartorio@hotmail.com

³ Doutora em Sociologia pelo IESP-UERJ. Integra o NETSAL e a Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos (CESP). Email: marianesreghim@gmail.com

⁴ Mestra em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisadora do NETSAL. Email: vitoria.gonzalez@iesp.uerj.br

manifestações que ocorreram pelo continente. Nos desafiamos a entrever cada país de acordo com sua realidade, mas entendendo a história que nos atravessa. Olhamos para movimentos históricos e também para insurgências. Nos atentamos para pequenas revoluções que aconteceram todos os dias, para cada iniciativa que permitiu mais pessoas comerem e continuarem tendo esperança realista no que podemos construir quando nos entendemos enquanto companheiras/es/os. Em especial, reconhecemos os limites para nossos anseios de abarcar a totalidade, mas seguimos em frente sem medo de mudanças.

Foram anos difíceis para o mundo e para a América Latina desde a nossa primeira publicação, em que cobrimos o período de março a maio de 2020. Essa crise nos mostra que, mesmo em uma pandemia, as respostas são particulares e desiguais. Como demonstra o relatório da CEPAL, 39% dos compromissos de aquisição de vacinas se concentram nos Estados Unidos, no Japão, na União Europeia, no Canadá e no Reino Unido, apesar de esses territórios corresponderem a apenas 12% da população mundial. Mesmo na América Latina, sabe-se que a capacidade de produção de vacinas ficou restrita aos países mais ricos como Argentina, Brasil, Chile e México, sendo Cuba uma importante exceção. Apesar da maioria dos países latinoamericanos conseguir cumprir a meta da OMS de vacinar 40%, e da América do Sul ter se tornado a região líder de vacinação, com mais de 64% da sua população totalmente vacinada ao final do ano, há uma clara desigualdade nesse processo. Países como o Haiti tiveram um total de apenas 0,64% de sua população vacinada, Brasil tem 64% e Chile e Cuba estão acima de 85% ao final do ano. Por outro lado, o Brasil teve o maior número de mortes absolutas em toda região, algo que não pode ser apenas considerado pelo tamanho de sua população, mas pela gestão negacionista da elite no poder.

Também com relação a outras possibilidades de conter a crise, Estados mais pobres tiveram menos capacidade de avançar em políticas contracíclicas, assegurando renda e incentivos fiscais, e aumentar o investimento na área de saúde. Assim, questões já crônicas se agravaram, como o desemprego e a insegurança alimentar. As soluções propostas pelos governos ao problema econômico (em uma falsa dicotomia entre ‘salvar vidas’ e ‘salvar a economia’), em sua maioria foram no sentido de flexibilizar proteções trabalhistas, na contramão das necessidades do cenário pandêmico, e de intensificar o extrativismo, cujo modelo de acumulação foi a base do crescimento econômico regional, mesmo durante os chamados governos progressistas da última década da América Latina.

Se, por um lado, a realização de quarentena tornou-se privilégio de pessoas que puderam ficar em casa em segurança; por outro, no confinamento, famílias viram a violência privada aumentar, especialmente entre mulheres e crianças; aumento da gravidez também foi uma realidade em muitas famílias, colocando ainda mais peso nas mulheres responsáveis pelo cuidado. Na Colômbia houve um aumento de 50% nas denúncias por abuso, enquanto na Venezuela houve um registro de aumento de 65% no feminício em relação ao passado, enquanto que no México as chamadas de emergência que relatam agressão a mulheres aumentaram em 50%. A precariedade nas condições de vida não eram novidades na região, mas as mazelas se intensificaram. É notável, nesse sentido, que ninguém está no mesmo barco, quer seja entre os continentes, entre países de um mesmo continente, ou entre grupos sociais de um país.

É nesse cenário que os movimentos sociais, em suas lutas diárias em defesa dos setores mais precarizados (quer seja pela sua condição econômica ou pela falta de reconhecimento social), buscaram inventar novas formas de agir e interagir para lidar com velhos e novos problemas que a situação fez emergir. O cenário antes da chegada do vírus já era bastante crítico: a desigualdade social vinha em uma crescente, intensificada pelas vitórias eleitorais de governos autoritários e conservadores; uma extraordinária direitização da sociedade em contexto regional somada ao aumento da descredibilidade das instituições democráticas; o aumento da exploração do trabalho e o salário que não alcança as necessidades básicas; os conflitos socioambientais com a ampliação de fronteiras extrativistas e, em vista disso, as mudanças climáticas. A pandemia tornou esse cenário ainda mais aterrorizante, cruel e desigual, somando novas crises sem frear as anteriores. Se sobreviver passou a ser a maior das preocupações, verificamos, por meio dos *Comunicados América Latina*, que desse terreno infértil e ameaçador, emergiram experiências, coletividades e ações que incidiram buscando transformar os horizontes em caminhos mais solidários e justos.

Era preciso lutar contra a fome buscando a soberania alimentar; garantir acesso a suprimentos médicos e a condições dignas aos profissionais de saúde; confrontar a crescente violência contra grupos historicamente marginalizados; garantir direitos aos trabalhadores meio às oscilações da economia; acolher as pessoas em situação irregular por migração forçada e conscientizar a população acerca dos limites da governabilidade e as potências das ações coletivas. Contra a fome, vimos proliferar uma maré de *ollas comunes*, cozinhas comunitárias cujo lema ‘quem tem fome tem pressa’, apesar das variações, se fez presente em diferentes países. A importância das *ollas* foi tamanha que no Paraguai o incentivo e apoio à prática se tornou lei. No Chile, a prática já era tradição, multiplicou-se e expandiu-se para dinâmicas autogestionadas e de formação política, em muitas cidades com diálogo institucional. No Equador, investiu-se muito em *trueques*, escambos realizados, de serviços ou comidas. O mais emblemático foi o grande trueque solidário realizado pelo movimento camponês nacional (FECAOL), *Mujeres sin límites* de Tunghurua e conferência nacional e intercultural de soberania alimentar. Nele, 4 províncias do Equador trocaram alimentos, trazendo comidas que faltavam em cada dieta para ser repassada aos movimentos e populações locais. Nesse sentido, os movimentos camponeses tiveram uma importância crucial em diversos países no combate à fome. No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) estima ter doado 6 mil toneladas de alimento durante a pandemia.

Já na saúde, importantes iniciativas ocorreram no seio da sociedade civil. No Brasil, grupos organizados de periferias e favelas recolheram doações em *crowdfunding* e investiram na distribuição de máscaras e produtos de higiene e na conscientização da população sobre os efeitos deletérios da covid-19. Iniciativas comunitárias foram observadas em numerosos estados para a distribuição de produtos de higiene para a crescente população em situação de rua. Em Cuba, estudantes de medicina se voluntariaram a realizar visitas domiciliares diárias para testagem e orientações de cuidado como forma de contenção do vírus. Aplausos aos profissionais de saúde foram vistos em diversos países, enquanto que o pênalti foi usado no Brasil como meio de criticar o presidente Jair Bolsonaro pelas mortes, pelo desmonte da saúde pública e pelo constante e desprezível negacionismo.

No geral, as atividades de protesto foram, no primeiro ano de pandemia, reduzidas em comparação aos *estallidos* sociais de 2019. Isso, porém, não significa que não ocorreram. O temor de contaminação foi suplantado em momentos em que a vida parecia ameaçada em caso de inação. A população negra foi a mais numerosa entre as vítimas fatais por covid-19, por ser majoritária entre aqueles que vivem a precariedade no acesso aos serviços de saúde, a falta de saneamento e de acesso à água, a exposição em transportes públicos e pela impossibilidade de manter-se em casa. Contudo, mesmo a possibilidade de “ficar em casa” não significou garantia de sobrevivência aos negros e negras. Foi o que evidenciou o emblemático – e estupeficante – caso de João Pedro, 14 anos, que foi assassinado dentro de casa pela polícia militar do Rio de Janeiro. Foi este o momento detonador do retorno às ruas no Brasil, em protestos encabeçados pelos movimentos negros.

As lutas antirracistas assumiram centralidade quando, em 2020, houve a brutal execução de George Floyd, que escancarou a violência policial nos Estados Unidos, e desencadeou a força dos protestos do *Black lives matter*. O racismo sistêmico não permitiu que países latino americanos silenciassem e outros protestos foram catalisados na região. A emblemática frase “Não consigo respirar”, dita por Floyd antes de ser assassinado, foi revivida por Beto Freitas, homem negro asfixiado até a morte por seguranças privados do Carrefour, meses depois. De maneira semelhante, na Colômbia, Anderson Arboleda, também negro, foi assassinado pela polícia. O abalo sísmico de protestos foi sentido também no Haiti, na República Dominicana, países em que a luta se mistura com a questão da migração e xenofobia, em El Salvador e em Cuba, onde militantes interseccionalizam a Afro-Cuba com a questão LGBTQI+.

Em outros países, como Chile, Colômbia e o Paraguai, a fome foi o estopim que tornou-se ainda mais ameaçadora que o vírus. Em casos como El Salvador e Argentina, o protagonismo foi em torno da luta por condições dignas de trabalho aos profissionais de saúde. Em meio aos avanços da fome, vimos protestos trabalhistas aparecendo. A pandemia se tornou uma válvula de escape para rever direitos e proteções trabalhistas como forma de garantir que a economia se mantivesse aquecida. Nesse cenário, protestos ocorreram no Equador pela flexibilização das proteções trabalhistas; em El

Salvador, pela melhoria do sistema de pensão previdenciária, livre atividade sindical e outras garantias trabalhistas; e na Colômbia, contra o corte de salários e jornadas de trabalho extenuantes, em especial para trabalhadores da saúde e da educação.

Se alguns perderam direitos, outros lutaram para reivindicá-los. Enquanto as plataformas digitais de entrega batiam recordes de lucros, seus trabalhadores, sem qualquer direito trabalhista, tinham que enfrentar a ameaça constante da covid-19. Esse foi o setor que mais empregou, demonstrando toda a fragilidade social da região. Afinal, para se ter como um exemplo, no Brasil 57% trabalham mais que 9 horas por dia, 38% mais do que 11 horas, e 20% mais que 13 horas por dia. Ou seja, a extrema precarização do trabalho se torna um dos desafios deixados para o contexto pós-pandêmico. Percebendo sua força e a falta de direitos, manifestações começaram a ocorrer, ocasionando a #brequedosapps, em julho de 2020. A greve se espalhou do Brasil para a Argentina, o Chile e a Colômbia, e ainda segue ativa, produzindo desdobramentos.

Além dos direitos trabalhistas, a questão da fome perpassou os conflitos ambientais. A tragédia do derramamento de petróleo nos Rios Cocal e Napo, no Equador, o equivalente a 12 mil barris, acentuou a fome entre as comunidades ribeirinhas e povos indígenas da região. A região Amazônica brasileira ardia sob a indiferença do governo, ao mesmo tempo em que com a PL 490 decidiam retirar o direito ao território dos povos indígenas brasileiros. A mobilização contra as grandes mineradoras foi, portanto, uma questão urgente para os movimentos latinoamericanos, pois a intensificação do extrativismo ameaçava seus meios de subsistência, além da sua própria vivência, ao impedir que as formas tradicionais de existência se mantivessem. Por esse motivo, a luta pelo direito à consulta prévia, isto é, que as nações que habitam território decidam sobre a exploração na região, foi um tema levantado pelo movimento indígena em diversos países como Equador, Peru e Bolívia.

Do mesmo modo, os feminicídios e a falta de autonomia das mulheres para definir sobre suas vidas também mobilizaram a população. As lutas pela ampliação dos direitos reprodutivos, com especial ênfase ao direito ao aborto, foram aspectos centrais nas lutas feministas nos últimos anos. Contaram ainda com vitórias importantes, a mais emblemática sendo na Argentina, em 2020. A “maré verde” do feminismo se espalhou por países como o Chile, onde se lutou pela a paridade na constituinte, pelo Equador e México, onde os direitos ao aborto em caso de estupro foram garantidos.

Vale ressaltar ainda que as mulheres são centrais na organização das lutas e mobilizações na América Latina. As feministas têm avançado não somente em pautas próprias, como ficou evidente por meio da bancada feminista na Constituinte do Chile, e nos avanços legislativos na Argentina, México e Cuba, mas também em pautas amplas de transformação, protagonizando a frente dos confrontos nas ruas e a organização contínua das ações. São elas também que fazem as cozinhas e *ollas* comunitárias acontecerem, são elas que permanecem em luta quando maridos e filhos são assassinados pelo Estado, são as mulheres que têm ocupado ruas, bradando contra presidentes autoritários e toda uma política que até então tem sido feita por homens. E aqui, vale destacar, consideramos que a aliança entre o movimento feminista e o movimento LGBTQI+ e o entendimento de mulheres além de uma concepção biologizante é o que garante que jovens e adolescentes possam ser quem quiserem nas suas casas e escolas. A luta pela autonomia do nosso povo, passa pela autonomia das nossas terras e também pela autonomia dos nossos corpos - autonomia essa que não pode se basear em concepções binárias e hierárquicas.

Essa efervescência social transformou o imaginário político de maneira disruptiva e propositiva. Por um lado, verificamos a multiplicação de iniciativas que extrapolaram os grupos tradicionais políticos e envolveram mais as comunidades locais, ocupando o espaço público de maneira extraordinária e criativa. Foi crescente o número de hortas urbanas; ações que envolviam a produção e distribuição de alimentos e as que se somavam para distribuir produtos de higiene, álcool e máscaras, iniciativas frequentemente atreladas a processos de conscientização política, ambiental e com um debate sobressalente acerca da soberania alimentar. Também proliferaram experiências de ocupações, em que grupos retomaram debates coletivos e ofereceram acolhimento, especialmente para vítimas de violência doméstica em tempos de confinamento.

Por outro lado, as experiências e práticas não abandonaram as disputas de âmbito institucional, as quais ocorreram especialmente de maneira destituente, ao questionar e rejeitar as estruturas políticas tais como apresentadas, havendo, em alguns casos, força constituinte, isto é, de produção de uma nova política. No Chile, no segundo semestre de 2020, retomou-se o imaginário de 2019, dando ênfase crítica ao neoliberalismo e defendendo a importância do processo constituinte, desta vez presidido por uma mulher mapuche, apostando no caminho de mudança ao colocar abaixo uma constituição herdada da ditadura de Pinochet. No Peru, a geração do Bicentenário foi às ruas para criticar o sistema político estatal, em um cenário de acusações de corrupção pelo processo de lava jato e de destituição do presidente peruano Viscarra. A virulência das manifestações pôs abaixo o governo de Manuel Merino, após cinco dias ocupando o cargo, demonstrando sua força destituente.

As eleições peruanas foram emblemáticas da polarização que atravessa a América Latina. Onde houve os maiores protestos, tiveram as maiores mudanças no ano seguinte. No Peru, em 2021, foi eleito o professor Pedro Castillo, do Peru Livre. O líder sindical da região de Xosa fez um feito histórico, pois como descendente de povos indígenas da Selva, teve uma vitória impulsionada principalmente pelas regiões mais pobres peruanas contra a candidata Keiko Fujimori, representando uma aliança histórica das direitas peruanas. A *grieta*, como chamam os argentinos, marcaram lados distintos nos protestos, que atravessaram a discussão da pandemia, apontando de um lado a saúde e a vida e do outro a economia e a eficiência. Na Bolívia, os símbolos nacionais, como a bandeira de Wiphala, se tornaram parte das disputas discursivas. O conflito manteve uma estrutura já característica pelo forte vínculo da rica região da *media luna* com o golpe e a extrema-direita. No entanto, nas eleições de 2020, o MAS voltou ao poder com grande apoio popular.

O retorno do MAS ao poder não vem nas mesmas condições de outrora. O novo cenário latinoamericano acentuou conflitos dentro do próprio campo esquerdista, que opõem o neoextrativismo, base do crescimento econômico do progressismo na região, contra as posições de grupos ligados a movimentos ambientalistas e às nações originárias. Nesse conflito, fica patente que as posições ambientalistas são um expoente importante dentro da região, obrigando governos a negociar com ela sob pena de perder base de apoio, como no voto nulo ideológico declarado pelo movimento indígena equatoriano em suas eleições.

Essa polaridade veríamos se repetir ao longo do trimestre. Na Bolívia, houve grandes mobilizações contra e a favor do governo boliviano, reafirmando uma cisão que percorre o país nos últimos anos. No Equador, também é verificada a disputa entre apoiadores do presidente e dos movimentos sociais contrários às medidas liberalizantes do governo. Mas, talvez o caso mais emblemático sejam as eleições chilenas, uma vez que José Antonio Kast, líder da extrema-direita, saltou nas pesquisas ao ponto de terminar em primeiro lugar, mesmo defendendo pautas em seu programa como um novo plano Condor para caçar a esquerda. A disputa terminou, ainda assim, com a vitória de Gabriel Boric, do *Aprueba Dignidad*, abrindo um novo e desafiador caminho para a esquerda chilena e os movimentos sociais próximos a ela. Apesar da ausência de Honduras na edição, não podemos deixar de mencionar a histórica vitória de Xiomara Castro, primeira mulher eleita no país, representando uma coalizão socialista contra o golpe conservador que havia sido dado 12 anos antes no governo de seu marido, Manuel Zelaya.

Vitórias institucionais à parte, enquanto governantes se reuniram neste último trimestre na Cúpula do Clima, os movimentos indígenas e ambientalistas protestavam e buscavam dar visibilidade às suas pautas. Menções a essas lutas apareceram ao longo do trimestre no Equador, no Chile, na Bolívia, em El Salvador, no México, no Brasil, entre outros, dada a constância e gravidade dos conflitos socioambientais em nosso continente bem como a violência especialmente impetrada contra aqueles que resistem aos megaempreendimentos. Os conflitos de direito à terra nesses países foram especialmente agudizados. Também foram intensificadas na região as espoliações do acesso à água. Na contramão dos últimos anos de re-estatização do controle da água no continente, o Brasil aprovou um "novo" marco regulatório do saneamento básico com iniciativas ainda mais privatizantes que não apresentavam solução alguma para as mais de 40 milhões de pessoas que não têm acesso à água no Brasil. Conflitos em torno da água foram observados também em El Salvador, Uruguai, Bolívia e

outros. Por outro lado, as pautas socioambientais ganharam proeminência na preocupação popular latino americana, associadas à centralidade dos bens estratégicos comuns, a terra e a água.

A violência policial e a criminalização dos movimentos sociais foi a tônica nos processos latino-americanos nesses últimos anos e não faltou a esse último trimestre. No Equador, o Estado de Exceção levou a facilitação do uso ostensivo da força durante as jornadas de outubro. E a isso, somase que o presidente abertamente associou os movimentos populares à violência e Leonidas Iza Salazar, líder da CONAIE, ao terrorismo. No Chile, assim como na Bolívia e na Colômbia, manifestantes foram executados em contexto de protestos. Ativistas ambientais seguiram vítimas privilegiadas de assassinatos em toda a região. Já em Cuba, emergiram manifestações históricas demonstrando descontentamento com o cenário atual do país e o governo socialista surpreendeu com a violenta repressão. Foram registrados, por meio de coletas realizadas por coletivos feministas, 1304 prisões políticas. Em El Salvador houve também o recrudescimento autoritário com ordens de prisão para quem organizasse protestos contra o governo. Já no Paraguai foram criminalizados os movimentos camponeses, através da Lei Zavala que impedia e punia a ocupação de imóveis privados, mesmo que eles não estivessem cumprindo fins sociais.

De outro lado, a situação dramática em que alguns países se encontram continuam a intensificar o fluxo das migrações. A primeira violência, nesse caso, é a própria ideia de que fronteiras são mais importantes que vidas; as demais são decorrentes dessa ideia. Nesse aspecto o Haiti se destaca. Enquanto é mantida a instabilidade política, o número de sequestros aumentaram, gangues passaram a controlar muito da distribuição de combustíveis para a população. A situação na Venezuela também tem impulsionado a migração de sua população para outros países da América Latina. Chile, Brasil e Argentina, por outro lado, se destacam como territórios mais visados para quem busca melhores condições de sobrevivência - ainda que sem muitas garantias.

Durante o período em que estivemos escrevendo, pudemos ver medos e esperanças que atravessaram os movimentos na especificidade de cada país, mas pudemos perceber também as similaridades, muitas vezes ocultadas em análises nacionalistas, entre os diversos contextos latinoamericanos. Muito do que os movimentos sociais nos apontaram nesses últimos anos nos denotam um esgotamento de um ciclo anterior, extrativista, dependente, tanto na economia como na saúde. Com nossa análise, pode-se ver que na América Latina o tempo presente está aberto à incerteza, mas que dentro delas estão em potência, esperanças de um caminho alternativo que finca raízes na solidariedade e na indignação demonstradas nesses tempos turbulentos.

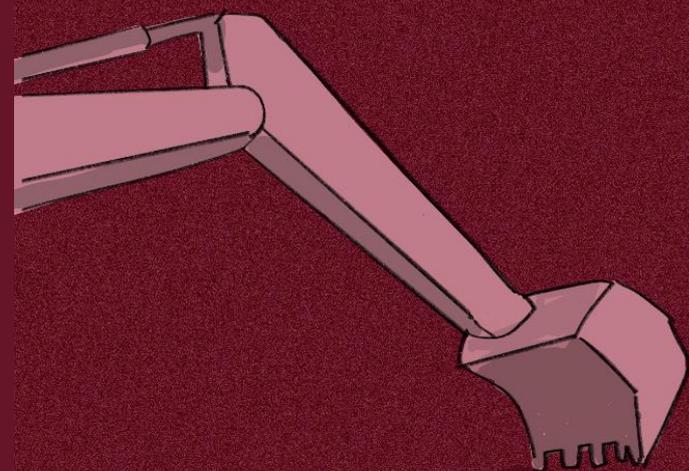
O Observatório de Movimentos Sociais (OMSAL), ao concluir esses dois anos de monitoramento e análises trimestrais, passará por mudanças e reconstrução. Mas ainda está em aberto, como os caminhos dos movimentos na América Latina. Desejamos potencializar o que a troca coletiva contínua enriqueceu até aqui e darmos espaço a formatos ainda mais criativos e dinâmicos, capazes de acolher tamanha inquietação – necessária para passos adiante. Esta edição, muito bem acompanhada pelas ilustrações de Matheus Ribs, conta com um texto analítico, de Giovanna Fontes, narrando a maré verde e os percalços para a garantia dos direitos reprodutivos na região, e com o monitoramento de 16 países feito por nossa equipe, sendo eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Haiti, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Desejamos uma boa leitura e aguardamos futuros encontros!

MONITORAMENTO

DE

PAÍSES

O ESTADO PLURINACIONAL SEGUE EM DISPUTA



Os mais de vinte anos de luta contra a implementação de um projeto de megamineração em Chubut, no sul da Argentina, teve novos desdobramentos em dezembro de 2021. Como já mencionado em números anteriores do Comunica América Latina, o projeto de rezoneamento que autoriza a mineração em zonas proibidas causaria severos impactos ambientais e vem sendo contestado pela população local. No dia 15 de dezembro, uma reunião de emergência do legislativo da província aprovou, com 14 votos a favor e 11 contra, um projeto de lei sem nenhuma forma de consulta popular. Como resultado, emergiu aquilo que foi chamado pelos jornais de “Chubatazo”, uma série de protestos e manifestações da discordância da população com o rezoneamento.

Para lidar com as manifestações, o governador da província, Mariano Arcioni, enviou efetivos policiais; confrontos entre a polícia e manifestantes deixaram 11 feridos, prédios públicos foram atacados e o porto foi bloqueado como forma de demonstração do descontentamento da população. O caso de maior repercussão foi o ataque ao jornal El Chubut, favorável à lei. A intensa pressão popular conseguiu fazer o projeto retroceder: o governador anunciou que retornaria o debate após interlocução com todos os envolvidos no processo e que buscaria fazer um plebiscito para consultar a população. Algumas lideranças populares atentam para o fato que a antecipação dessa votação está diretamente relacionada à necessidade de circulação de dólar na Argentina, à crise econômica e à dívida com o FMI. Isso porque a entrada de mineradoras internacionais na região aumentaria o fluxo da moeda, porém, às custas da população e do território.

Também em dezembro, uma multidão se manifestou contra os acordos com o FMI e o pagamento da dívida, contraída na gestão de Mauricio Macri, à instituição. Nas ruas de Buenos Aires, movimentos sociais, estudantes e sindicalistas se juntaram sob o grito de “Não ao pagamento da dívida, fora FMI” por considerarem essa dívida ilegítima. Em pronunciamento ao lado de Cristina Kirchner e os ex-presidentes Lula e Mujica, Alberto Fernández anunciou que irá pagar a dívida, porém busca um acordo que não comprometa a economia do país.

O acordo com o FMI e a administração da pandemia foram dois temas centrais nos debates para as eleições parlamentares que ocorreram em 14 de novembro. As primárias de setembro trouxeram previsões ruins para o peronismo e para o presidente argentino; no entanto, uma reviravolta nas eleições levou à manutenção da maioria na Câmara apesar do avanço da oposição. O Senado seguiu com perdas para os peronistas, o que significa que as pautas não poderão seguir sem o aval da oposição. Assim, os avanços, apesar de importantes, mostram que “*La grieta*”, forma como os argentinos se referem à intensa divisão do país, segue profunda e pautando os debates políticos.

Em novembro, um grupo de 8 pessoas ainda não identificadas atacou a sede do jornal Clarín com coquetéis molotov. O ataque foi repudiado por autoridades de diferentes espectros políticos que falaram sobre como tentativas de calar a imprensa são ataques diretos à democracia do país. Outro episódio repudiado pelas autoridades e pela população foi o assassinato do adolescente Lucas González pela polícia de Buenos Aires, com um tiro na cabeça. A versão da polícia diz que o tiro foi disparado após uma perseguição que se iniciou porque o jovem, que estava com amigos no carro, acelerou quando foi pedido que saísse do carro. A mãe de Lucas alega que o tiro foi dado sem nenhum motivo aparente e é resultado do racismo institucional da polícia portenha.

¹Mestranda em Sociologia pelo IESP-UERJ com bolsa CNPq. Coordenadora do Observatório Feminista de Relações Internacionais (OFRI) e pesquisadora no Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) e do Observatório Político Sul-Americano (OPSA). Email: giovannamonteiro@iesp.uerj.br

Ao analisarmos as mudanças ocorridas na política argentina nos últimos dois anos, é possível perceber que apesar dos grandes avanços conquistados pelos movimentos sociais, como é o caso da descriminalização do aborto, a divisão social no país é profunda e a crise econômica é um fator central para compreendê-la. A dívida de cinco bilhões de dólares do país com o FMI, herdada do governo Macri e não reconhecida por movimentos sociais, aprofundou uma crise econômica já existente. “*La grieta*” se tornou ainda maior com a pandemia e a necessidade de um isolamento social mais intenso, questionado desde o primeiro momento por diferentes setores da sociedade, principalmente aqueles ligados à classe média.

Tais problemas se tornaram visíveis nos processos eleitorais, tanto nas primárias quanto nas eleições parlamentares, com a diminuição da força do peronismo. A crise política envolvendo os ministérios de Fernández e sua vice Cristina Kirchner, juntamente com o escândalo da festa de aniversário da primeira dama em meio ao isolamento pandêmico rigoroso, resultaram em um descontentamento de setores que formam a base do governo. Apesar disso, os grandes avanços sociais institucionalizados por Fernández também pesam no balanço de seu governo. A descriminalização do aborto, a cota para pessoas transsexuais em cargos públicos, a aposentadoria para mulheres para o trabalho doméstico, dentre outras pautas, foram impulsionadas e defendidas por anos pelo movimento feminista e se tornaram lei nos últimos anos. Ainda, a aliança com as esquerdas regionais expôs algo que há muito tempo vem sendo apontado como necessidade pelos movimentos sociais: uma aliança latino-americana contra o avanço da extrema direita regional.

O governo de Fernández, entretanto, não pode ser visto como o principal responsável pelos avanços à esquerda no país. A Argentina possui um forte histórico de organização política e de movimentos sociais que abarcam diversos setores da sociedade, com pautas que impulsionam debates por toda a América Latina, como é o caso do movimento *#NiUnaMenos*. Os avanços do governo peronista só são possíveis devido a uma ampla base social que busca tais avanços há gerações e que se mantém nas ruas mesmo após a institucionalização de suas demandas.

Mais uma vez, marchas em disputa: as mobilizações sociais na Bolívia

Marília Closs¹

Assim como nos trimestres anteriores, a pandemia não foi um eixo estruturante nas mobilizações sociais da Bolívia entre outubro e dezembro de 2021. Vacinas, *lockdown*, disputas por políticas de saúde ou outras agendas que têm estado presentes nas mobilizações de outros países da América Latina passaram ao largo das manifestações bolivianas. Isto, é claro, não significa que não tenha havido intensas mobilizações no país: pelo contrário! Mais uma vez, ruas e estradas estiveram lotadas. Marchas, paralisações, bloqueio de vias e estradas, e caravanas sacudiram um país que parece viver uma crise política e social permanente desde 2019. Desta vez, o bordão “a economia não pode parar” — tão repetido no contexto da pandemia — esteve na boca do presidente Luis Arce, não em função da crise sanitária, mas sim porque, por quase 10 dias, setores de oposição, agremiações trabalhistas e trabalhadores autônomos paralisaram suas atividades em diversas regiões do país para protestar contra uma legislação bancada pelo governo. A resposta dos movimentos sociais ligados ao governo de Arce e ao Movimento ao Socialismo (MAS), seu partido, não foi menos intensa. O fato de as ruas serem palco de marchas opostas que medem força e tamanho é resultado das disputas políticas de um país que está permanentemente mobilizado, em disputa e em movimento.

Entre outubro e novembro, as maiores mobilizações se deram ao redor da lei *Estrategia Nacional de Lucha Contra la Legitimación de Ganancias Ilícitas*, de nº 1386 e conhecida como *ley madre*, e de seus desdobramentos. A lei foi submetida ao Congresso boliviano e aprovada em agosto, proposta pelo MAS. A partir de então, começou uma série de mobilizações da oposição institucional e não institucional. A crítica central da oposição à lei se direciona ao papel que a Unidade de Investigações Financeiras teria com a sua aprovação, já que passaria a ter acesso a fontes de informações, sobretudo por técnicas de escuta telefônica, que, de acordo com os manifestantes, violam a Constituição. Nos dias 21 e 22 de outubro, alguns setores sociais iniciaram manifestações contra essa lei. Em especial, houve mobilização de agremiações de trabalhadores de transportes pesados, com a liderança dos organismos estaduais de transporte federado e da *Cámara Boliviana de Transporte Pesado Internacional*, sindicatos médicos e grupos de trabalhadores informais, com uma paralisação de 48 horas e o fechamento de estradas e fronteiras como forma de protesto. O objetivo era paralisar momentaneamente a economia para atingir seus objetivos. Em seguida, outros setores se somaram às manifestações e ao *paro general*: *gremiales* (associações gremiais ligadas a diversos setores trabalhistas), com destaque para a liderança da *Confederación de Gremiales de Bolivia*, Comitês Cívicos, partidos da oposição, *juntas vecinales*, trabalhadores autônomos e organizações como a *Asamblea Permanente de Derechos Humanos de Bolivia* (Apdhhb) e *plataformas ciudadanas*, com destaque para o 21F. Logo, o *Comité Nacional de Defensa de la Democracia* (Conade) passou a liderar atos nas principais cidades do país e ajudou a conformar o chamado *Bloque de Unidad*. Em Cochabamba, em Santa Cruz e em Potosí, os Comitês Cívicos também passaram a ter papel fundamental na mobilização contra a *ley madre*. No dia 4 de novembro, agremiações de professores de algumas das principais universidades do país também confirmaram apoio e presença nos atos convocados.

No dia 10 de novembro, ocorreram as mobilizações mais massivas em apoio ao *paro general* em seis regiões. Em Potosí, além do Comitê Cívico, foi importante a presença da *Federación Departamental de Cooperativas Mineras Potosí*; em manifestação na capital do departamento,

¹Doutoranda e mestra em Ciência Política pelo IESP-UERJ e pesquisadora pelo e pelo Observatório Político Sul-Americano (OPSA). Email: mariliacloss@gmail.com

liderada pelo *Comité Cívico Potosinista*, o cabildo manteve o *paro*, declarou Arce como inimigo de suas lutas e deu o prazo de 24h para que a lei fosse anulada, entre outras reivindicações. Em Santa Cruz, o *Comité Cívico pro Santa Cruz* foi uma das principais forças das manifestações e do *paro general*, e contou com o apoio de Luis Fernando Camacho, governador do departamento, ex-presidente do Comitê Cívico e um dos nomes centrais do golpe de Estado de 2019. No mesmo dia, foi realizado um *camionazo*, ou seja, uma caravana de caminhões em apoio às manifestações. Em Chuquisaca, as manifestações aconteceram principalmente na capital Sucre, com papel fundamental do *Comité Interinstitucional de Chuquisaca*. Na capital também foram realizados pontos de bloqueio e caravanas organizadas por trabalhadores de transportes pesados. Em Cochabamba, as mobilizações também contaram com bloqueios de trechos na capital e, em Tarija, foi organizado um *tratorazo*, isto é, uma caravana de tratores em apoio ao *paro general*. Em La Paz, no dia 10, a marcha, liderada sobretudo pelo Conade e pela Apdhb, foi massificada e chegou a ocupar 7 quadras da cidade, mas mediu forças com outra marcha. Esta última em defesa do governo de Luis Arce e do MAS; “*Lucho no está solo*” —“Lucho [Arce] não está sozinho” diziam os cartazes carregados pelos manifestantes. Em Potosí, um jovem de 23 anos foi morto durante as manifestações. Cabe notar que as manifestações que pediram a anulação da *ley madre*, no geral, também demandaram a libertação daquelas pessoas que consideram presas políticas e a revogação das alterações constitucionais que restituíram a necessidade de maioria absoluta na Assembleia Plurinacional. Após seis dias de paralisações, o governo de Arce, na pessoa de David Choquehuanca, vice-presidente, anulou a lei 1386. De início, o governo afirmou que os protestos e o *paro general* eram tentativas de desestabilização e uma nova tentativa de golpe de Estado. No entanto, após 6 dias de *paro*, Choquehuanca declarou que revogou a legislação para que a economia voltasse às suas atividades normais, já que estava paralisada com as greves.

A marcha realizada em La Paz no dia 10 de novembro não foi a única organizada em defesa do presidente Luis Arce. Longe disso: o campo de movimentos sociais ligado ao MAS esteve amplamente mobilizado nesse último período, assim como durante toda a pandemia. No dia 12 de outubro, foi realizado um *wiphalazo*, ou seja, mobilizações para reivindicar a wiphala como símbolo nacional. A manifestação foi realizada em cidades como Cochabamba, Yacuiba, Trinidad, Riberalta, Oruro, El Alto e Sucre. Além disso, no dia 25 de outubro, depois de 8 dias de caminhada, chegou em La Paz uma marcha de familiares e vítimas dos massacres de Sacaba e Senkata, que ocorreram durante o golpe de Estado de 2019. Os marchantes protestaram em frente à *Fiscalía*, demandando justiça, e instalaram uma vigília em frente ao órgão.

A principal mobilização social deste campo foi, no entanto, a *Marcha por la Patria*. Capitaneada por movimentos ligados ao MAS e ao Pacto de Unidade, sob a liderança de Evo Morales, a marcha iniciou no dia 23 de novembro, saindo da cidade de Caracollo, no departamento de Oruro, e foi até La Paz, onde chegou seis dias depois, após 180 km de caminhada, sendo recebida com um grande ato de celebração. Inicialmente, a marcha saiu com cerca de 5 mil pessoas. Ao chegar em La Paz, no entanto, já eram quase 1 milhão e meio de marchantes. Além da presença dos movimentos do Pacto de Unidade, foi notável a participação da *Central Obrera Boliviana* (COB). As principais bandeiras da manifestação foram a defesa do governo de Arce e do MAS, a luta contra as tentativas de novos golpes por parte dos setores de oposição, o respeito ao voto das eleições realizadas em 2020 e a unidade dos movimentos populares. Juan Carlos Huarachi, principal dirigente da COB, afirmou que esta marcha é a terceira mais importante da história recente da Bolívia. A marcha foi organizada em um momento após a derrota política de Arce e do MAS da anulação da mencionada lei 1386, mas conseguiu mobilizar uma grande quantidade de militantes e ativistas.

Além disso, entre outubro e dezembro, se mantiveram mobilizados diversos atores ligados a lutas socioambientais. Em novembro, dirigentes da *Mancomunidad de Comunidades del río Beni, Tuhichi y Quiquibey* e do *Concejo Regional Tsimán Moxetene* denunciaram que técnicos da Empresa Nacional de Eletricidade (ENDE), sem consentimento, entraram em seu território e reiniciaram os trabalhos para a construção da hidrelétrica El Chepete-El Bala. Alguns povos indígenas destas populações se declararam em estado de emergência. As comunidades tradicionais e os povos originários que habitam o território se posicionam de forma contrária à construção da hidrelétrica e denunciam os impactos socioambientais deste tipo de projeto, como já foi discutido em edições anteriores desta publicação.

A Bolívia é um país onde organizações coletivas e movimentos sociais são atores centrais na política: do Pacto de Unidade e movimentos que organizam o MAS a Comitês Cívicos, associações *gremiales* e *juntas vecinales*. Neste último trimestre, diversos destes atores, à direita e à esquerda, estiveram mobilizados em um repertório que foi de marchas a *tratorazos*. O confronto político ao redor da *ley madre* deve ser observado com atenção: ainda que tenha passado pela liderança de atores “tradicionais” e mais bem estabelecidos, como os Comitês Cívicos, a presença das agremiações trabalhistas e dos trabalhadores autônomos foi fundamental para o desenrolar do processo. Não apenas o bloqueio de vias e estradas, mas também a paralisação de atores econômicos fundamentais — em uma economia cuja base é sobretudo informal — foi decisiva para que o MAS recuasse. Se o último trimestre de 2021 traz à tona o repertório de oposição ao MAS, também mostra como os movimentos ao redor deste mantiveram, mesmo em insegurança sanitária, sua grande capacidade de mobilização. A *Marcha por la Patria* relembra como há bases sólidas no partido-movimento e como a figura de Evo Morales, apesar de todas as contradições, segue tendo um peso fundamental neste campo político.

Por outro lado, entre estes dois grandes campos mencionados acima, a disputa entre “golpe” e “fraude” ainda parece ser a central — quase como se a agenda política estivesse presa em 2019. No meio disso, há uma série de lutas mais ligadas à dimensão socioambiental sendo protagonizada por comunidades tradicionais e populações originárias. A denúncia da manutenção do extrativismo como orientação econômica e política e de um projeto de desenvolvimento predatório com a natureza tem sido constante. Nestes últimos trimestres, as lutas contra a hidrelétrica El Chepete-El Bala simbolizam isto, mas são apenas um exemplo de uma série de territórios e coletividades que se organizam frente à vulnerabilidade ambiental e social. Dentre as diversas contradições dos governos do MAS, a constância na execução de grandes obras e de políticas de mega-mineração tem tido consequências graves para a população boliviana.

O último trimestre de 2021 foi uma pequena representação das principais agendas de mobilização social na Bolívia em tempos de pandemia. A disputa política sobre os significados do golpe de 2019, a oposição ao MAS, as lutas socioambientais que gritam por uma outra concepção de desenvolvimento — tudo isto esteve presente entre outubro e dezembro, mas também nos outros meses de 2020 e 2021. Talvez a única agenda estruturante que tenha ficado de fora deste monitoramento tenha sido as questões diretamente ligadas ao conflito agrário na região oriental do país, que foram mais bem discutidas aqui. Marchas tão grandes que se encontram e se chocam em uma mesma rua, bloqueio de vias e estradas, caravanas de caminhões e tratores, grandes paralisações nacionais... estes foram dois anos intensos na Bolívia. Bolivianas e bolivianos botaram as máscaras, mas não saíram das ruas. O Estado Plurinacional segue em disputa.

Brasil no último trimestre de 2021: “todo mundo vai sofrer”

Mariane Silva Reghim¹

O monitoramento do Brasil pelo *Comunica América Latina* tem sido feito desde o primeiro trimestre de 2020. A pandemia, desde então, tem sido abordada de maneira recorrente por aqui. A razão está no fato de ela ter alterado o modo como existimos nos últimos anos. Mas uma coisa é fato: desde 1º de janeiro de 2019, quando Jair Bolsonaro assumiu o cargo de presidente do país, os ares não sopraram muito bem para nós. Eleito em um pleito marcado por notícias mentirosas e por um impacto ainda não quantificado das redes sociais, o presságio dos próximos quatro anos seguintes a 2018 não poderia ser pior.

Como temos argumentado nas edições anteriores do *Comunica*, a pandemia serviu para acirrar desigualdades e fissuras já há muito existentes no Brasil e na América Latina. No entanto, viver uma pandemia altamente letal em um país governado por Bolsonaro certamente fez a nossa experiência ser um tanto mais desagradável e fatal que de outras/os contemporâneas. O negacionismo em torno da vacina, a defesa de medicação já comprovadamente ineficaz contra a covid-19, o desdém com relação às centenas de milhares de mortes, além da ineficiência em lidar habilmente e de acordo com os interesses da população são alguns dos principais pontos. Ademais, em dezembro de 2021, o ConecteSUS, que é a plataforma do Brasil na qual estavam sendo disponibilizados os dados relativos à vacinação, e que permitia gerar passaporte vacinal, consultar detalhes das vacinas tomadas, entre outros serviços, ficou fora do ar. O problema evidenciou mais uma vez a falta de responsabilidade com os dados de brasileiras/os e também dificultou a vida de quem precisava de confirmação sobre ter completado o esquema vacinal.

Seguindo a tendência apresentada no *Comunica anterior*, os dados referentes à pandemia no Brasil têm melhorado consideravelmente. O ano de 2021 fechou com uma taxa de 67,20% da população vacinada com duas doses ou dose única, e 75,58% com ao menos uma dose, segundo dados do consórcio de veículos de imprensa, formado em 2020 devido à restrição dos dados advindos dos órgãos estatais. No entanto, as chances concretas de um retorno à “vida normal” que tínhamos antes dela fica cada vez mais distante devido ao aparecimento de novas cepas — e de todas as incertezas que surgem com cada uma delas.

O último trimestre do ano de 2021 foi marcado pelo início do que parecem ser os arranjos políticos para a disputa presidencial, a ocorrer em outubro de 2022, tendo Lula e Bolsonaro como atores centrais na disputa. As pesquisas têm demonstrado um cenário positivo para o petista, visto que o ex-presidente ocupa a primeira posição em todos os cenários. Desde 2019 sem partido, quando se desfilou do Partido Social Liberal (PSL), no final de 2021 Bolsonaro se filiou ao Partido Liberal (PL), garantindo assim a possibilidade regimental de sua tentativa para a reeleição. Sérgio Moro, que já foi tema de outras edições do *Comunica*, quando ainda era ministro de Bolsonaro e em função de todo o imbróglio relativo à sua saída do governo, também volta aos holofotes com uma possível candidatura. No entanto, apesar de se agarrar ao bordão contra corrupção, o ex-juiz e ex-ministro não se garante nem no carisma, nem no apoio popular.

Ainda no ambiente da política institucional, o período foi marcado pela conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia. Após quase seis meses de atuação, a CPI que investigava os principais envolvidos nos crimes relativos à pandemia no Brasil foi finalizada com o indiciamento de 65 pessoas, entre eles Jair Bolsonaro e seus filhos, além de ex-ministros, políticos,

¹Doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ. Integra o NETSAL e a Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos (CESP). Email: marianesreghim@gmail.com

médicos e também representantes e sócios de empresas do setor da saúde e apoiadores da política de Bolsonaro.

As ruas também estiveram movimentadas no último trimestre do ano. Logo no início de outubro, manifestantes estiveram nas ruas de diversas cidades do país protestando por “Fora Bolsonaro” e em defesa das vacinas, além de denunciar o aumento da fome no país. Os atos contaram com a participação de representantes de partidos de esquerda como PT, PSOL, PDT e também de partidos de direita, como o PSDB. No mesmo dia, uma manifestante foi gravemente atropelada em Recife por um motorista que furou o bloqueio de passagem. Ainda em outubro, houve manifestação em Brasília contra Bolsonaro e em defesa de políticas públicas; protesto no Rio de Janeiro em memória das vítimas de covid-19; e manifestação de mulheres em Brasília denunciando a violência de gênero. Ademais, o Movimento Passe Livre organizou uma ação com ônibus sem tarifas por um dia em São Paulo. O mês também foi marcado pelas greves e paralisações realizadas por entregadores de aplicativo. Desde o início de 2020, há uma mobilização da categoria, como relatado no Comunica 1. As ações ocorreram em São Paulo, Niterói e Atibaia. Os entregadores pedem por aumento na remuneração e melhores condições de trabalho.

Durante o mês, as manifestações e organizações solidárias estiveram mais voltadas para a resolução imediata do problema da fome. Assim, vale registrar o surgimento da primeira cozinha solidária sobre palafitas do país, em Recife; o início da cozinha solidária no Rio de Janeiro; e a marcha nacional contra a fome. Houve também o churrasco que aconteceu no “Touro de ouro” posicionado em frente à sede da Bolsa de Valores em São Paulo. O touro, que é uma imitação da escultura existente em Nova Iorque, causou comoção devido ao aumento contínuo do custo dos alimentos no país, demonstrando que a prosperidade que ele simboliza está restrita apenas a uma camada bem específica da sociedade brasileira.

O mês de novembro também foi marcado pelas mobilizações que acontecem no país pelo Dia da Consciência Negra (20 de novembro). As ruas de diversas cidades do país foram ocupadas por movimentos e manifestantes negros/os em tom de denúncia ao modo como o racismo opera de maneira estruturante no país, em defesa de direitos para a população negra e também com gritos de Fora Bolsonaro.

Em dezembro, destacam-se as mobilizações que ocorreram em Belo Horizonte no Dia Mundial de Luta contra a Aids; manifestações de mulheres espalhadas em diversas cidades do país contra Bolsonaro; além do protocolo do 143º pedido de impeachment do atual presidente. Além disso, o clima natalino também foi mote da campanha impulsionada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Natal Sem Fome, que distribuiu toneladas de alimentos, milhares de marmidas, além de máscaras Brasil afora.

Além das manifestações, o debate em torno do meio ambiente também foi constante no trimestre. Estipula-se que a Paraíba perdeu cerca de 280 mil hectares da Caatinga nos últimos anos, dando seguimento a um processo de desertificação na região que pode resultar em desequilíbrios ecológicos. A disputa em torno da terra no Brasil ainda tem como principais prejudicados os povos indígenas, que têm visto suas terras serem invadidas e desmatadas de maneira ilegal para que avance a agropecuária, a mineração e a pesca ilícita. O desmatamento de terras indígenas cresceu 138% nos três anos de governo Bolsonaro. Por fim, ao final do ano, com as chuvas de verão, os estados da Bahia, e também de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro registraram enchentes e desabamentos colocando milhares de cidadãos em situação de alerta e perigo. Enquanto a população do estado nordestino estava passando por dificuldades, o presidente estava no sul do país, de “férias”, sem exercer o cargo para o qual foi eleito.

Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Maranhão foi o estado com maior número de assassinatos no campo, sendo o povo quilombola o mais perseguido. Além disso, a pandemia escancarou a relação entre racismo e misoginia, quando considerados os índices de mortalidade obstétrica que atingem principalmente as mulheres negras. Outro evento que marcou a violência no período aqui retratado foi a chacina no Complexo do Salgueiro, que ceifou a vida de pelo menos nove pessoas moradoras do bairro, além do clima de terrosimo instaurado no local; e também a chacina que ocorreu no interior de Minas Gerais, na qual ao menos vinte e seis pessoas foram assassinadas. Estes episódios, como tantos outros, evidenciam que a política de segurança pública no país ainda opera de maneira executória, sem nenhuma responsabilidade com a vida da população ou mesmo comprometimento com a justiça.

Outro acontecimento marcante no período foi o fim do aclamado programa Bolsa Família, em vigor desde 2003, e que é “considerado o maior e o mais eficaz programa de distribuição de renda do planeta, foi elogiado e copiado em diversos países, um programa que resultou da unificação de dois programas sociais pré-existentes: a bolsa escola e o bolsa alimentação”, segundo reportagem do Brasil de Fato. A interrupção do programa deixa milhares de famílias em situação de desamparo, e expõe mais pessoas à insegurança alimentar e à falta de direitos. Foi anunciado um novo programa em seu lugar, o Auxílio Brasil, que até então tem sido percebido de maneira cética devido à ausência de planejamento quanto aos procedimentos de inscrição no programa e à fonte de verba. No entanto, será necessário mais tempo para avaliar o impacto real desta mudança.

O final de 2021, mais do que o encerramento de um ano, tem sido encarado também como o encerramento do pior período da pandemia. Apesar dos percalços, a vacina trouxe uma sensação de segurança que não nos era familiar desde o início disso tudo. Mesmo que o “novo normal” tenha vindo acompanhado de horizontes incertos, a esperança voltou a ser um sentimento possível, principalmente considerando a redução drástica de mortes e casos graves com o esquema vacinal completo e o avanço da campanha de dose de reforço. Esta esperança está inegavelmente atrelada à luta política, nas ruas, no campo, nas escolas e na pista. Luta coletiva, que alimenta quando a comida falta e que reacende o fogo quando tudo parece estar perdido. Luta essa que não se sucumbe ao calendário eleitoral, mas que foi disputada durante todo e cada dia dos últimos anos. Que construiu coisas do zero, mas que também honrou aquelas e aqueles que lutaram e ainda lutam por um país mais justo e igualitário.

“;Se murió la vieja!”: em meio ao que se enterra do velho, o que o Chile traz de novo?

Lara Sartorio Gonçalves¹

A pandemia no Chile vem contracenando com os desdobramentos do *estallido social* de outubro de 2019. Conforme visto no conjunto dos monitoramentos anteriores do Comunica América Latina sobre o país, após breve estiagem das manifestações nos primeiros meses de pandemia, as ruas logo foram retomadas como lugar privilegiado não apenas de ações contestatórias, mas também de iniciativas coletivas de solidariedade. As ações foram orientadas de maneira multiforme: pelo combate à fome, por meio das *ollas comunes*; por processos de formações e ações políticas de bairro; na higienização de espaços e transportes públicos como forma de contenção do contágio de covid-19; em campanhas de informação que variaram de protocolos de cuidado a orientações para vacinação; e pela construção de espaços de acolhimento e debate em torno de horizontes e pautas políticas. Se, por um lado, o país se manteve inflamado com mobilizações frequentes, numerosas e combativas contra as contínuas violações de direitos pelo governo de Sebastián Piñera, o Chile foi, por outro lado, considerado o melhor lugar do mundo para se estar quando iniciou a nova onda de casos da variante Omicron no fim de 2021, dada a bem sucedida campanha de vacinação iniciada um ano antes. Com o segundo índice mais alto do mundo, o país registrou 86,7% do total da população com as duas doses completas.

Em meio às narrativas controversas acerca do contexto chileno, os desgastes com o governo Piñera foram crescentes e chegaram ao seu ápice em outubro de 2021, quando escândalos de corrupção a nível global envolvendo seu nome vieram à tona. O vazamento arrebatador dos mecanismos de paraísos fiscais ficou conhecido como *Pandora Papers* e atingiu a América Latina como nenhuma outra região do mundo. Estão envolvidos três presidentes atualmente em cargo, dentre eles o bilionário Piñera, dono da quarta maior fortuna do país (cerca de 3 bilhões de dólares, segundo a Forbes). Além de misteriosos negócios e da criação de empresas obscuras em nome de seus filhos, o caso que colocou seu governo em xeque foi o da venda de ações da mineradora chilena Dominga. Segundo a investigação, a negociação envolveu que o Estado não declarasse Dominga como reserva natural, autorizando sua exploração a despeito dos relatórios de ambientalistas. A gravidade da situação levou o Ministério Público a abrir um inquérito e um grupo de legisladores a encaminhar o pedido de impeachment de Piñera, nos turbulentos últimos meses de seu mandato. Segundo o Pulso Ciudadano, na mesma semana 68% dos chilenos disseram sim ao impeachment de Piñera. O curioso enredo em torno do impedimento foi encerrado no Congresso com o voto contra do Senado, dias antes das novas eleições presidenciais.

Se mesmo nas instituições esse processo não foi silencioso, as ruas é que não deixariam de ressoar indignação. Milhares de chilenos e chilenas protestaram no aniversário de dois anos da revolta (o *estallido*) de 2019. O dia 18 de outubro, que ficou conhecido pelas manifestações mais massivas daquele ano, foi novamente palco de muita luta – e também de repressão. Registros oficiais contam que ao menos duas pessoas foram mortas nos confrontos deste dia, 11 tiveram ferimentos graves e mais 450 manifestantes foram detidos nos protestos, em ações incendiárias e saques. Denisse Cortés, 43 anos, que estava na marcha em defesa dos direitos indígenas, foi a tragédia mais recente dentre aqueles que não regressaram para casa por terem suas vidas interrompidas por policiais. Desde a ditadura de 1973, a violência e a impunidade da polícia têm pautado as contestações populares e o repúdio internacional, mas seguem respaldadas pela lei anti-terrorismo, sancionada nos tempos de

¹Doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisadora do NETSAL. Email: larasartorio@hotmail.com

Pinochet com o intuito de punir e criminalizar a oposição ao regime. A sequência de governos desde a chamada “redemocratização” não apenas manteve a legislação, como fez amplo uso de suas prerrogativas. Isso explica porque o lema “O único caminho é o exemplo de outubro” foi replicado nas ruas e redes sociais dois anos depois. Convém ressaltar que as vítimas da violência policial dos protestos de 2019 seguem sem respostas da justiça.

O “caminho de outubro” intenciona enterrar de vez a longa noite da ditadura, junto com a era Piñera e os projetos políticos que representa, ao passo que significa a abertura para a transformação. No processo, contudo, um longo deserto de incertezas, possibilidades, ameaças e também de potencialidades precisa ser encarado. O último trimestre de 2021, nesse sentido, significou o desaguar simultâneo de muitas dessas frentes, em que coincidiram, temporal e simbolicamente: o aniversário do *estallido social*; o início da redação da nova Carta Magna; o escândalo de corrupção e consequente pedido de impeachment de Piñera; o arrefecimento da violência contra o povo mapuche; a disputada corrida eleitoral para a presidência polarizada entre a extrema direita e a chamada “nova esquerda”; a esperança em confronto com o medo.

No âmbito das instituições, o cenário tem sido movimentado desde que foi concluída a deliberação em torno das regras procedimentais da Constituinte e, assim, deu-se início à redação da nova constituição. Também ficou determinado um conjunto de diretrizes para a Constituição, como por exemplo plurinacionalidade e autodeterminação dos povos indígenas, plebiscitos de aprovação e rejeição, direito à reparação de vítimas de violações dos direitos humanos por agentes estatais, e direito à água e um novo estatuto para seu uso. A bancada feminista, que segue sendo protagonista das propostas de mudança, avançou ao pautar a descriminalização do aborto. Apesar de vitoriosa na Câmara de Deputados, com votação acirrada de 75 favoráveis contra 68 votos contrários, o caminho legislativo foi interrompido em novembro, quando a mesma Câmara rejeitou o projeto com votação inversa à anterior. A iniciativa foi, assim, arquivada. Também foi rejeitado no Congresso um projeto de lei para criminalizar a retirada do preservativo sem consentimento durante o ato sexual, conhecido como *stealth* em países que já adotam punições. Por outro lado, os entraves são bem menores quando o conteúdo não diz respeito à autonomia dos corpos das mulheres. A Câmara simultaneamente avançou com uma legislação pioneira para a regulamentação dos chamados “neurodireitos”, que define diretrizes para as tecnologias que possam afetar o cérebro. Também houve vitória da luta por direitos dos movimentos populares e, no dia 7 de dezembro, foi aprovada a legislação que permite o casamento igualitário, incluindo o direito à adoção. A longa trajetória que culminou na aprovação marcou um dia histórico não apenas para o país, mas para toda a América Latina, sendo o Chile o oitavo da região a legalizar o casamento homoafetivo.

Foi nesse clima de avanços, reações, retrocessos e resistência que a corrida eleitoral tornou o cenário chileno ainda mais tenso e imprevisível. O candidato de extrema direita, Antonio Kast, teve inicialmente um aumento de popularidade progressivo, ao passo que o candidato da “nova esquerda”, Gabriel Boric, permanecia estagnado. A ascensão daquele que ficou conhecido como “Bolsonaro chileno” foi alimentada, paradoxalmente, pela lógica de combate à política tradicional, por uma forte retórica contra pessoas imigrantes e pela capacidade de canalizar a raiva latente da classe média em torno de questões como segurança pública, ideologia de gênero e demandas de comunidades indígenas, segundo argumenta o politólogo Robert Funk. Sendo a migração tema de crescente enfoque no país (são quase 1,5 milhão de imigrantes em uma população total de 19 milhões no Chile), uma maioria de haitianos e venezuelanos vêm sendo vítimas diretas de restrição de políticas de assistência e violações por xenofobia. Em novembro, o governo Piñera anunciou a intensificação da vigilância na fronteira com a Bolívia, onde há crescente entrada de migrantes. O Ministério do Interior

enviou efetivos militares até a região, sobretudo após protestos violentos de grupos conservadores contra a presença de migrantes. Nesse contexto, foi notável, durante a pandemia, o fortalecimento de alianças transnacionais entre grupos de extrema direita, conforme evidenciado pelas relações estreitas com organizações políticas como o partido espanhol Vox.

Por outro lado, Boric, candidato pela frente de esquerda, representa o aglutinamento de pautas dos protestos de 2019 e a garantia dos trabalhos da Constituinte no sentido das transformações que os protestos vêm expressando no país. As oscilações que tornaram esta a eleição mais polarizada desde a redemocratização fizeram com que um final surpreendente fosse ensaiado na véspera da decisão nas urnas: Lucía Hiriart, viúva do ditador Pinochet, morreu aos 99 anos. Manifestantes fizeram ecoar pelas ruas chilenas os gritos de “*se murió la vieja!*”. No domingo seguinte, mesmo com Kast à frente no primeiro turno, as eleições resultaram na vitória de Gabriel Boric, enterrando simbolicamente o passado junto à *vieja* e oxigenando o compromisso com o caminho de mudanças. “A esperança venceu o medo” expressa o Chile como possibilidade de contenção no avanço das direitas e no aprofundamento do neoliberalismo por toda a região.

Do outro lado, no âmbito da luta por direitos, o último trimestre foi sangrento e traumático. A discriminação e violência do Estado chileno contra o povo mapuche segue sendo tema de maior importância no país. Na primeira quinzena de outubro, milhares que marchavam pela autonomia de seu povo foram brutalmente reprimidos pela polícia. Ao não retroceder, reagiram com pedras e paus contra o forte aparato militar. Muitos foram feridos e 10 manifestantes foram detidos.

A resposta do presidente Piñera foi declarar estado de emergência e enviar tropas para o sul do Chile, marcando o já controverso feriado de “descobrimento” das Américas por Colombo. A medida também restringe o direito de reunião e mobilidade da comunidade mapuche local. O caráter violento dos confrontos foi acionado pelo governo no sentido acusatório dos povos historicamente oprimidos, autorizando uso de munição letal contra grupos pró-direitos indígenas em nome da “ordem pública”. No contexto de ocupação militar, foram registrados quatro indígenas seriamente feridos e três brutais assassinatos, dois deles em confronto com as forças de segurança e a execução do mapuche Jordan Llempi, de 23 anos, no quintal de sua própria casa. O Estado chileno prorrogou a militarização nas áreas de conflito. A decisão propiciou o assassinato do mapuche Elias Garay, de 29 anos, e deixou em estado grave Gonzalo Cabrera, de 26, ambos vítimas de disparos de armas de fogo pelos militares. Na sequência, a comunidade dos dois jovens, Quemquemtrew, sofreu contínuos ataques e tentativas de remoção de seu território pelo Estado chileno.

As exigências da luta mapuche são pela restauração de suas terras ancestrais e pela autodeterminação, e vêm sendo encabeçadas pelas manifestações que embarcaram o Chile na reformulação constitucional, que é presidida por Elisa Loncón, membro da comunidade mapuche. Cabe frisar, contudo, que a correlação de forças desse enfrentamento consiste em, de um lado, a comunidade mapuche local, povo originário do Chile e, do outro, as tropas militares, os *carabineros*, os fazendeiros e megaempresas, como as madeireiras, que se tornaram proprietárias de grande parte das terras mapuche (segundo dados oficiais, as empresas madeireiras possuem 2,8 milhões de hectares, cerca de 17,2% das florestas chilenas). Diante desse cenário, a força da reforma constituinte para solucionar a questão mapuche vem sendo questionada pela esquerda política.

Por fim, a inflexão que a pandemia representa no mundo coincidiu, no Chile, com o marco dos protestos de 2019. Os tempos de crises diversas e potencialidade de transformações foram intensamente mobilizados por vias polarizadas e, em muitos casos, opostas. Isso vem travando tensões e incertezas que apontam a força dessa disputa que, até então, tem significado renovação de esperanças em contexto global.

SE MURIÓ LA VIEJA



A violência como fio de Ariadne na história recente da Colômbia e os sopros de esperança

Paulo César Limongi de Lima Filho¹

Segundo dados da Johns Hopkins University, os casos de infecção pelo novo coronavírus, que estavam em queda nos últimos meses, voltaram a subir no final de dezembro de 2021 na Colômbia, atingindo o número 29 mil casos no dia 9. Contudo, embora haja um leve acréscimo, o número de óbitos causados pela doença continua a oscilar em torno de 57 por dia em média. Acredita-se que a elevação no número de casos se deu graças à nova variante Ômicron, que foi detectada pela primeira vez no país no dia 20 de dezembro, em três indivíduos que retornaram do exterior.

Durante nosso monitoramento da situação na Colômbia neste trimestre e também em outras edições do *Comunica América Latina*, destacamos a violência policial como um fio condutor. Violência essa que atravessou a história recente do país e se mostrou persistente, mesmo quando outros países e organizações internacionais denunciaram as diversas atrocidades cometidas por agentes estatais. A violência policial no meio urbano é encarnada principalmente pelo Esquadrão móvel anti-distúrbios (ESMAD). Este órgão foi criado justamente para reprimir, de modo violento e exemplar, qualquer espécie de manifestação, mesmo as mais pacíficas. Neste sentido, a atuação da ESMAD ceifou vidas como a do jovem Dilan Cruz, de apenas 18 anos, acusado de ser um vândalo. Não se pode afirmar que o ocorrido com Cruz é um caso isolado, uma vez que, em um único dia de *El paro*, 28 de maio, foram 10 mortes somente em Cali, com um total aproximado de 60 mortes no país. Além de assassinatos e desaparecimentos de lideranças, a polícia colombiana, que atira para matar quem quer que seja, também mutila especialmente a população jovem. Nicolás Bernal, uma criança de apenas treze anos, perdeu um dos olhos em uma manifestação na capital Bogotá, também em maio.

Podemos dizer que a atuação da ESMAD e de outros órgãos da polícia é um dos atuais desestabilizadores da democracia no país. Isso porque, como mostramos em edições anteriores, a ação deste órgão provocou uma celeuma entre o poder judiciário e o poder executivo. Na ocasião, a Suprema Corte do país exigiu que o poder executivo pedisse perdão devido ao fato de que a polícia estava a estigmatizar os protestos, e, desse modo, agia com arbitrariedade. No último semestre de 2021, a ONU demonstrou preocupação com o uso da força desproporcional por parte das autoridades colombianas, o que forçou o presidente a ir até a sede do organismo internacional defender a polícia. Enquanto isso, em solo colombiano, os senadores tentam aprovar a nova lei de segurança nacional, que promove, entre outras coisas, a possibilidade de que cidadãos possam portar armas para defender sua propriedade e de aumentar a pena daqueles que danificarem patrimônio público, aumentando o risco de quem queira se opor ao governo Duque. Enquanto as autoridades nacionais e internacionais decidem se a polícia atenta ou não contra a vida dos cidadãos na Colômbia, as mortes de lideranças políticas e manifestantes continuam a ser uma problemática sem solução aparente.

Em 28 de dezembro de 2021, lideranças campesinas denunciaram massacres em Bolívar e Casanare feitos por forças paramilitares que tinham como objetivo obter terras de maneira ilegal. Durante o ano, outros noventa e três massacres ocorreram na região, com um total de 329 vítimas. Segundo o instituto Indepaz, que monitora o processo de paz no país, em 2021 foram assassinadas 162 lideranças sociais e defensores dos direitos humanos. Dentre eles, 44 firmantes do acordo de paz, ex-combatentes das FARC, morreram ou estão desaparecidos.

Mesmo com o alto controle militar promovido pelo departamento de Arauca, as mortes

¹Doutorando pelo IESP-UERJ. Integra os laboratórios CRELIG e OMSAL. Email: paulocldelima@iesp.uerj.br

continuam a acontecer em meio a disputas por terras. Para muitos dos movimentos, o principal problema é que 16 mineradoras atentam contra a vida da população nas mais diversas regiões do interior do país. A partir disso, os movimentos sociais promoveram uma campanha contra uma empreiteira desse setor em uma localidade reconhecidamente indígena. Embora não seja um plebiscito com poder jurídico, a campanha *No a La Mega Minería* tem em vista a demonstração da opinião pública dos moradores da região que rechaçam o estabelecimento da empresa. Contudo, a situação da usurpação e distribuição de terras ainda é uma dificuldade para as estruturas estatais da Colômbia. Em 2011, a Fundação Paz e Reconciliação, em parceria com políticos, conseguiu aprovar a lei de reconstituição de terras, que tem como objetivo devolver as terras que foram tomadas dos cidadãos colombianos de forma ilegal. Porém, os trâmites legais se mostram contrários na maioria dos casos: 65% dos processos foram rechaçados e apenas 8,6% das famílias conseguiram recuperar suas terras.

Apesar de tal cenário, é possível afirmar que as formas de resistência à tomada ilegal de terras no país e pela defesa da dignidade dos trabalhadores rurais ganha novos contornos no final de 2021. Em 27 de novembro, chegou ao fim a VII Assembleia Nacional Agrária. O evento contou com a participação de diversas lideranças e movimentos sociais que defendem a reforma agrária e os direitos da população campesina. Nesta edição, as pautas giraram em torno da mobilização e fiscalização das posses de terras por parte dos movimentos sociais, de ações mais uniformes entre os agricultores populares sobre o plantio, e da soberania alimentar na Colômbia. Por último, foi reforçada a luta desses movimentos contra o narcotráfico e o seu espraiamento em zonas rurais.

Outras iniciativas por parte dos movimentos, em conjunto com autoridades locais, também têm sido implementadas como forma de produzir políticas públicas mais democráticas. As chamadas Territoriais de Garantias Laborais de Liderança e Lideranças Políticas (TGLLLP) são câmaras conjuntas compostas tanto por políticos quanto por lideranças camponesas e sindicais. No dia 13 de dezembro, fundou-se a TGLLLP de Arauca que, diferentemente das demais, apresenta uma inovação em sua engenharia: a territorial contaria com diversas subcomissões responsáveis por tratar assuntos mais específicos e direcionar os esforços de uma forma mais eficiente.

Sobre os movimentos sindicais, a Central Unificada dos Trabalhadores (CUT) condenou mais uma vez o projeto de lei 099. Segundo a CUT, este projeto de lei possibilitaria que empresas colombianas contratem jovens, menores de 28 anos, sem garantia de direitos trabalhistas como férias ou negociação de aumento de salário. A nova lei também permitiria contratar este setor da população mesmo que não estivessem matriculados em qualquer espécie de instituição de ensino. Pode-se afirmar que esta última parte ocasiona a contratação de mão-de-obra aquém da idade laboral sem qualquer espécie de justificativa e, somado a isso, sem nenhuma proteção social.

Outro tema importante para os movimentos sindicais, é que, em 2022, o salário mínimo na Colômbia passa a ser 1.172, 72 milhão de pesos (o que equivale a US\$297,69). Isso representa um aumento real (descontada a inflação) de aproximadamente 5%. Além do salário, o empregado também conta com um auxílio transporte. Porém, é preciso ressaltar que diversos bens necessários, como alimentos e combustíveis, passaram por um aumento considerável; neste novo cenário, a CUT também exigiu que os bens controlados pelo Estado — tal como os combustíveis — não sofressem aumento brusco, mantendo-se em par com a inflação. Isso aconteceu devido ao fato de que, em diversas ocasiões após o aumento do salário mínimo decretado pelo governo, este reajustou o preço de outros bens muito acima da inflação, corroendo os ganhos reais do trabalhador.

É necessário frisar que os direitos trabalhistas na Colômbia sofrem pelo constante descumprimento por parte de empresas de diversos setores e com uma fiscalização dúbia por parte

das instituições estatais. No dia 2 de dezembro, a CUT denunciou uma empresa da indústria de palma por praticar medidas anti-sindicais, desrespeitando direitos como o próprio salário. Outro caso de violação aos direitos trabalhistas resultou em protestos no dia 20 de outubro em todo o país. Eles ocorreram devido ao aumento da jornada de trabalho para profissionais da saúde e da educação que, mesmo com mais horas trabalhadas, deixaram de receber o devido pagamento.

Apesar dos trágicos acontecimentos envolvendo lideranças no país, um episódio renovou a esperança dos movimentos sociais colombianos. Em 10 de dezembro de 2021, Dia Internacional dos Direitos Humanos, Erika Prieto, defensora dos direitos humanos e membro do Congresso dos Povos, compareceu voluntariamente à Procuradoria Geral de Bogotá, onde foi presa pelo crime de rebelião. Em seu discurso, antes da prisão, Erika comentou que há tempos o direito penal no país é um instrumento injusto, utilizado para culpabilizar aqueles que lutam pelos mais vulneráveis. É preciso dizer que ela foi uma das principais lideranças colombianas no período da pandemia do novo coronavírus. Sendo responsável por ataques ao neoliberalismo que assola a América Latina, Prieto buscou defender direitos para trabalhadores indocumentados e informais. Contudo, poucos dias após a sua prisão arbitrária, ela conseguiu o direito de responder o processo em liberdade.

Assim como Erika, as mulheres se tornaram protagonistas na luta por uma sociedade mais justa na Colômbia. O 25 de novembro, dia internacional de combate à violência contra a mulher, tornou-se um símbolo desse enfrentamento. Diversas manifestações virtuais com as hashtags #LaCarcelNosViolentaATodas e #25NTomamosLasCalles e físicas puderam ser vistas em todo o país. Em muitos casos, a luta dessas mulheres era por suas companheiras de movimento que foram encarceradas ilegalmente, tal como é o caso de Juliana Higuera. Segundo autoridades da polícia, Higuera, uma estudante de Direito de 21 anos, seria a comandante de uma poderosa organização terrorista que ameaça a segurança pública e destila ódio contra a polícia. Outra liderança presa nas mesmas circunstâncias arbitrárias e violentas é Brigget Supelano. Neste último caso, a polícia realizou a prisão de forma violenta e conduziu Brigget em camionetes não sinalizadas até a delegacia de polícia. Deste modo, é possível ver como as forças de segurança do país representam uma ameaça a qualquer espécie de oposição. Por fim, o 25 de novembro também simbolizou vitórias para os movimentos sociais: seis dos oito jovens presos durante uma manifestação em Pasto, no departamento de Nariño, desde abril de 2021, conseguiram sua liberdade. O ocorrido se deu quando mais de 100 jovens começaram uma manifestação pacífica contra a reforma tributária; neste momento, eles foram presos de maneira sumária, sem maiores explicações por parte das forças policiais locais.

Pensamos que a situação referente ao uso da força por parte das autoridades policiais na Colômbia é um dos principais problemas para o aumento da qualidade de vida no país. A violência atravessa todos os órgãos e as instituições colombianas, relegando qualquer membro de movimentos sociais de oposição a uma situação de insegurança generalizada. Além disso, representa uma instabilidade à democracia, uma vez que bloqueia a possibilidade de participação democrática e ameaça a harmonia entre as instituições e os poderes.

A ambivalência da ilha: inovação científica e velhas práticas de violência estatal

Lara Sartorio Gonçalves¹

A pequena ilha caribenha teve desempenho destacado no combate à pandemia de covid-19 desde a chegada do vírus na região latino-americana. Ao longo desse período, Cuba enfrentou não apenas os desafios da doença, mas também da profunda crise econômica – dada a centralidade do turismo como fonte de renda nacional – e do cruel aprofundamento das sanções de embargo pelo governo estadunidense, que impediu a entrada de suprimentos básicos de saúde e alimentação no país. Apesar disso, foi exemplo de enfrentamento à crise sanitária na América Latina e no mundo. Responsável pelas primeiras vacinas contra a covid-19 totalmente produzidas em solo latino-americano, a ilha agora está empenhada em melhorar imunizantes próprios para tratamentos preventivos. Com os casos da variante Ômicron ao redor do mundo, o diretor do Instituto Finlay de Vacinas, Vicente Várez, manifestou que a vacina Soberana já apresenta um grau de proteção contra a nova mutação. Ainda assim, as autoridades de saúde, que já vinham vacinando crianças acima de dois anos, anunciaram a produção da nova Soberana Plus, que contará com a proteína da variante. Na semana em que foi identificado o primeiro caso no país, a aplicação emergencial da nova vacina já foi autorizada.

O último trimestre de 2021 foi acompanhado de mudanças estruturantes no país com novo plano econômico. Ainda que representem rupturas históricas com o ideal sustentado a duras penas ao longo dos 63 anos de revolução, o governo manifesta que esta será uma prática emergencial que não perde o horizonte estratégico de vista. No primeiro dia de outubro, foi dada a largada para a atividade de 35 empresas privadas – por meio de autorizações em decretos-lei – dentro de uma dinâmica econômica até então sob controle unicamente estatal. Mesmo que as atividades da iniciativa privada não se estendam a setores estratégicos, como saúde, defesa e telecomunicações, a abertura significou um marco profundo nas relações do país. Cuba também apostou na reabertura de suas fronteiras, no fim de novembro, com mais de 80% da população então vacinada. Uma decisão baseada na urgência de recuperar a economia em situação agonizante com a soma de crises às sanções do bloqueio. O setor turístico representa aproximadamente 10% do PIB do país e terminou o ano de 2021 em processo de recuperação.

A preocupação com a soberania alimentar, pauta central dos organismos governamentais desde os primeiros meses pandêmicos, tem sido intensificada, mas persistente em sua insuficiência face ao grave aumento da fome e desigualdade de distribuição dos alimentos. O Grupo Nacional de Agricultura Urbana, Suburbana e Familiar fez sua 90ª turnê por todos os municípios do país, avaliando a produção de hortaliças em tecnologia organopônica. Este programa, ao longo do último ano, se desenvolveu com base na sustentabilidade local e sob os princípios da soberania alimentar. As cubanas seguem liderando organizações por Facebook e Whatsapp de distribuição de alimentos preparados por elas e trocas vêm sendo realizadas sem a mediação do dinheiro.

O que tem sido associado à Cuba nos últimos meses, contudo, é menos a corrida nacional da vacina, o bloqueio e a abertura econômica, e sim as manifestações históricas contra o governo cubano, registradas desde seu início no Comunica América Latina. É possível afirmar que, desde a revolução de 1959, não ocorreu nada parecido com o grau de mobilização recente. Ainda que não se trate de manifestações massivas, como se verifica simultaneamente em outros países latino-americanos, a repressão e violência policial não têm se diferenciado de governos com vertentes ideológicas antagônicas. A persistência das manifestações com múltiplos repertórios torna o processo uma expressão de um novo momento no país. O governo, desde o início da jornada de protestos, vem tratando-os como atividades uníssonas e orquestradas pelos Estados Unidos. Ainda que exista comprovadamente influência considerável dessa participação externa, outros grupos dissidentes não alinhados com a política estadunidense vêm reivindicando seu lugar de contestação “à esquerda” do governo cubano, na luta por soberania alimentar e liberdade dos presos políticos.

¹Doutoranda e mestra em Sociologia pelo IESP-UERJ. Integra o NETSAL. Email: larasartorio@hotmail.com

O Movimento Arquipélago, constituído virtualmente por meio do Facebook, reúne mais de 37 mil membros e se apresenta com o propósito de “democratizar” Cuba. Segundo lideranças, trata-se de uma organização que se desdobra do engajamento de artistas na ocupação de San Isidrio e, posteriormente, de sua massificação no protesto de 11 de julho, reivindicando liberdades civis e denunciando a censura e a violência por parte do Estado. Entre as principais demandas do Movimento Arquipélago, constam: pela liberdade imediata dos presos políticos, pelo respeito aos direitos humanos, pela liberdade de expressão e para que lojas e mercados em Cuba voltem a utilizar somente a moeda nacional, a fim de que os cubanos possam ter acesso às mercadorias. Valores como “pátria” e “vida” também compõem o fundamento dos dissidentes e inclusive são título da canção que é trilha sonora do movimento e uma das principais hashtags nas redes, junto com #SOSCuba. Também são muitas as manifestações de apoio à política trumpista no grupo.

Contudo, a reação do governo cubano tem surpreendido inclusive apoiadores internacionais, dada a violência e a censura impetrada com a proibição de protestos. Com a organização e ampla divulgação da Marcha Cívica pela Mudança, programada para o dia 15 de novembro, o governo cubano não apenas impediu sua ocorrência, como anunciou que realizaria “exercícios militares” na mesma semana, na cerimônia de aniversário do combate da Baía dos Porcos de 1961. A proibição da marcha foi justificada pelo Estado sob o argumento de que se trata de ordenamento estadunidense. O governo cubano reiteradamente acusou os manifestantes de serem agentes a serviço dos Estados Unidos. Com o medo da população dissidente face às promessas de contenção de qualquer tentativa de protesto, dias antes de seu agendamento inicial já havia considerável esvaziamento e perda de forças da mobilização. No grupo de Facebook do Movimento Arquipélago, os membros seguiram insistentes e criaram outros repertórios de ação e agitação, como a forma simbólica de protesto ao pendurar lençóis brancos nas janelas.

Desde as manifestações de 11 de julho, o governo cubano foi denunciado nas redes sociais por ativistas e pela Human Rights Watch por sistematicamente conduzir detenções arbitrárias, maus tratos de detidos e abusos em processos criminais de manifestantes anti-governo. Foram mais de 1300 detenções apenas naquele dia, dos quais metade ainda está encarcerada aguardando julgamento. A repressão é mais alarmante para os aproximadamente 200 casos em que, segundo Cubalex, as sentenças vão de 5 a 25 anos de prisão por acusações como sabotagem e sedição. Cabe salientar que foi um grupo de feministas cubanas que coletaram informações nos próprios protestos, mas também indo às casas de manifestantes, para identificar encarcerados e desaparecidos, conforme exposto em lista pública, de sua elaboração. Desse modo, puderam organizar as lutas e reivindicar, nominalmente, a liberdade dos presos políticos e desaparecidos para que ninguém fosse esquecido. O grupo identificou o caráter machista dos encarceramentos, ao analisar o aumento da violência contra mulheres ativistas e jornalistas em 2021. Como desdobramentos, criaram um grupo de Facebook colaborativo para manter atualizados os registros de presos e presas políticas, fundaram o Justicia III e lançaram a campanha contra a violência política de gênero e pelo fim da perseguição ideológica das mulheres.

A situação se torna ainda mais controversa com o protagonismo dos Estados Unidos, seja por meio de discursos e ameaças, seja por compromissos intervencionistas. Os assuntos nacionais cubanos são tomados pelo governo estadunidense como se a ilha ainda fosse seu cassino particular, como nos anos da ditadura de Batista. O principal assessor de Biden para a América Latina, Juan González, ameaçou o governo cubano dias antes da marcha, anunciando que os Estados Unidos responderiam com novas sanções se houvesse “violação dos direitos fundamentais”. O discurso se somou à aprovação de uma resolução a favor dos manifestantes por parte do governo estadunidense.

Se não restam dúvidas quanto à participação ativa dos Estados Unidos na mobilização em Cuba, bem como seu empenho em prolongar a crise política e econômica, também é inegável que o governo cubano vem agindo com violência desproporcional e censura. Esse cenário ficou evidente quando chegou o dia da marcha cívica proibida pelo governo, e a estratégia das autoridades cubanas foi agir preventivamente. Com as ruas vazias, exceto pela presença de veículos policiais e militares, o governo foi às casas de cerca de 50 lideranças do protesto, impedindo que saíssem. Também foram detidas mais de 40 pessoas que tentaram confrontar a proibição. Segundo relatos de coletivos,

familiares de ativistas foram constrangidos por policiais uniformizados, agentes de segurança do Estado à paisana e apoiadores do governo dias antes da marcha planejada.

As lideranças do Movimento Arquipélago seguiram convocando os apoiadores para uma jornada de 10 dias de protestos como reação à repressão que marcou a marcha frustrada. Enquanto os governos cubano e estadunidense buscam manter uma narrativa acusatória que fixa a polarização política apresentada como, de um lado, a violação de liberdades civis por Cuba e, de outro, o capitalismo e a democracia dos Estados Unidos, um novo grupo econômico da ilha não perde tempo em alinhar sua participação no confronto: cerca de 250 empresários cubanos enviaram uma carta a Joe Biden solicitando um retorno às políticas de aproximação, já que a atual postura de Washington “freia” a “capacidade de prosperar” e “afeta em grande medida” as “operações comerciais diárias” neste período de transição. Até dezembro, já haviam sido registradas mais de 400 micro, pequenas e médias empresas abertas em Cuba sob o novo modelo autorizado pelo governo.

Como é próprio das polarizações, múltiplas gramáticas de movimentos sociais foram reduzidas ao binarismo orientado pelos alinhamentos aos governos dos dois países e, aos poucos, os grupos que não se reconhecem em nenhum dos pólos vão perdendo a capacidade de expressar-se. É o caso de artistas de esquerda que estiveram no movimento de San Isidro disputando ideologicamente o espaço, grupos políticos anarquistas, coletivos feministas, LGBTQIA+ e antirracistas, como a Alianza Afro-Cubana, campanha Yosítecreo, 11M Cuba, Ahora Sí, Entrediversidades, dentre tantos outros que vêm reunindo-se para debater e pautar o novo código da família no país, projeto vitioso na Assembleia Nacional no dia 21 de dezembro, mas que segue em tramitação. Também o coletivo Habana Verde, criado nos últimos meses para ações autogestionadas de reflorestamento urbano.

Ao completar cinco anos da morte de Fidel, no dia 25 de novembro, inauguraram o primeiro edifício a levar seu nome, um centro com a memória e pensamento do líder. A verdade, porém, é que dias depois da proibição da marcha 15N, a inauguração teve seus holofotes reduzidos. No mesmo período, os sinais de insatisfação em Cuba acabaram discursivamente corroborados pela fuga de atletas cubanos, que a troco de ofertas milionárias não regressaram ao país. Esta é uma prática recorrente desde a década de 1990, no Período Especial, para desestabilizar o governo cubano. Foi este o caso escandaloso de doze deserções no torneio de beisebol, deixando a equipe reduzida pela metade, durante o Campeonato Mundial no México.

El Salvador no fim de 2021: “*deshazte del dictador*” e a força dos salvadorenhos

Roberta do Prá Alano¹

Simone da Silva Ribeiro Gomes²

Quatro décadas após o massacre em El Mozote, milhares de pessoas saíram às ruas de San Salvador para protestar contra as políticas ditatoriais do presidente Nayib Bukele no último trimestre de 2021. Em 11 de dezembro, clamores por justiça entre lágrimas e luto lembravam as 988 vidas assassinadas – entre elas, 558 crianças – pelo exército de El Salvador em 1981. Uma procissão solene, com luzes de velas e faróis, seguiu até o monumento “*El Mozote, nunca más*” em homenagem às vítimas.

Os protestos contra a política de implementação de *bitcoins* e as medidas arbitrárias apoiadas pelo mandatário começaram no fim de setembro. Já se diagnosticou no país – e fora dele – o fato de que se vivencia uma ditadura, acusação à qual as manifestações fazem coro, para combatê-la. Em outubro, os salvadorenhos se uniram para criticar a crescente concentração de poder de Bukele com o slogan: “O que El Salvador quer? Se livrar do ditador”. Sob a insígnia #*El17Marchamos*, os protestos se opunham às recentes reformas constitucionais promovidas pelo Executivo, à reeleição, à implementação do *bitcoin* e à disputa de recursos hídricos no país, além de clamarem por respeito à democracia.

O movimento feminista conquistou espaços importantes. Graças às campanhas do movimento *Nos Faltan Las 17*, três das 17 mulheres condenadas criminalmente por suspeita de aborto foram liberadas no fim de dezembro. Apesar dos avanços recentes pelos direitos reprodutivos das mulheres na Argentina e no México, El Salvador insiste em uma legislação draconiana contra qualquer tipo de aborto. Em outubro, a Assembleia Legislativa do país rejeitou a “reforma Beatriz”, que buscava alterar o artigo 133 do Código Penal para descriminalizar o aborto. A medida propunha descriminalizar abortos feitos para salvar a vida da mulher, quando a vida fora do útero é inviável e em casos de violência sexual. No entanto, a reforma foi negada pelo governo, e seus apoiadores sugeriram punições ainda mais severas.

Em novembro, a Corte Interamericana de Direitos Humanos julgou o país pela prisão e morte de Manuela, salvadorenha condenada a 30 anos de prisão por aborto, após sofrer uma emergência obstétrica, seguida por inúmeras violações por autoridades médicas e judiciárias. No Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro), a Colectiva Feminista lançou a campanha “Estamos con ellas” de prevenção à violência contra mulheres e meninas, direcionado para as cidades de Jiquilisco e Tecoluca. A data também foi marcada por faixas no município de Santa Ana com mensagens exigindo justiça pelos desaparecimentos de mulheres e pelos múltiplos feminicídios em todo o país; “*continuamos buscando a nuestras desaparecidas*” estampavam os cartazes, em menção ao desaparecimento de 464 mulheres no país até junho de 2021. Além das mulheres desaparecidas, pautas distintas foram reivindicadas em marchas por todo o país, como as violações de direitos feitas às presas políticas durante o conflito armado e o aumento dos casos de feminicídio. As ativistas feministas também seguiram na mira do governo, com registros de perseguição e invasão de escritórios do coletivo *Las Mélidas* e outras ONGs em novembro. A perseguição e criminalização de opositores é crescente no país.

Desde que Nayib Bukele assumiu a presidência, 1.300 dos 3.751 casos de desaparecimento

¹Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Email: roberta.alano@ufpel.edu.br

² Professora do departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutora em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisadora associada do NETSAL. Email: simone.gomes@ufpel.edu.br

permanecem sem resposta. No fim de outubro, familiares e amigos de três jovens desaparecidos, acompanhados de dezenas de pessoas, realizaram uma marcha pedindo às autoridades que resolvessem os casos. De acordo com o Ministério Público, o número de desaparecimentos subiu 112% entre janeiro e abril de 2021 em comparação ao mesmo período de 2020. Os desaparecimentos estão relacionados, principalmente, às *pandillas*. Os jovens são as principais vítimas: sete a cada dez desaparecidos têm menos de 30 anos, e três em cada dez são menores de 18 anos. Um problema compartilhado em toda América Latina, especialmente em países com histórico de guerras civis e altas taxas de violência, como Colômbia, Guatemala e México. Segundo a Cruz Vermelha, a pandemia dificultou o processo de busca por desaparecidos.

Em outubro, a diretora da Comcavis-Trans (*Asociación Comunicando y Capacitando a Mujeres Trans con VIH*), Bianka Rodríguez, revelou que 528 pessoas LGBTQIA+ tiveram que deixar El Salvador entre 2015 e 2020. A associação também reportou a morte de sete pessoas LGBTQIA+ em 2021. Os dados apresentam números menores que nos anos anteriores; contudo, a organização alerta para a possibilidade de subnotificações e a ausência de estatísticas densas produzidas e divulgadas por parte dos órgãos governamentais. De 1992 a 2021, foram registrados 642 casos de transfeminicídios – na maior parte dos casos, mulheres trans. No Dia Internacional de Direitos Humanos, a *Federación Salvadoreña LGBTI* e outros movimentos sociais realizaram ações de promoção aos direitos humanos e convocatórias para os protestos de 12 de dezembro.

As marchas contrárias ao governo obtiveram ganhos significativos na agenda ambiental. Cerca de 65 organizações da Aliança Nacional Contra a Privatização da Água protestavam de modo ferrenho há meses contra a proposta de desapropriação e mercantilização dos recursos hídricos, exigindo reformas sustentáveis e a garantia do acesso à água como direito humano. Em dezembro, o Congresso aprovou uma lei para regulamentar a gestão da água e do saneamento. A Lei de Recursos Hídricos reconhece as bacias hidrográficas como um bem público que não pode ser privatizado e defende o direito de todos a dispor de água potável de qualidade, acessível e suficiente. A medida também tem como objetivo a sustentabilidade na gestão integral das águas e um serviço digno de saneamento para toda população salvadorenha.

O Dia do Sindicalismo Salvadorenho, 31 de outubro, mobilizou dezenas de trabalhadores em uma marcha por reivindicações trabalhistas e com homenagens aos líderes sindicais mortos no ataque à Federação Nacional Sindical de Trabalhadores Salvadorenhos (FENASTRAS), promovido por grupos paramilitares de direita, em 1989. Entre as demandas apresentadas, destacam-se a luta por melhorias no sistema de pensão previdenciária, a necessidade de maior estabilidade no trabalho e o livre exercício da atividade sindical. Em dezembro, os sindicalistas voltaram a se reunir na grande manifestação do dia 12 com faixas que pediam o reconhecimento dos direitos trabalhistas – à luz, sobretudo, da proposta de reforma da previdência anunciada em setembro. No dia 20, profissionais da saúde cobraram do Governo o pagamento das férias correspondentes aos meses de outubro, novembro e dezembro.

Após os protestos de outubro, a Assembleia Legislativa aprovou o Decreto 188 para proibir reuniões públicas e punir os organizadores das marchas com a prisão. A justificativa do governo salvadorenho foi a prevenção do contágio de coronavírus, embora a medida ignore outros tipos de aglomerações, como a lotação de estádios de futebol. O decreto vigorou até 8 de dezembro, mas os salvadorenhos voltaram a marchar. Bukele presenciou a maior manifestação contrária às ações ditatoriais do governo no dia 12 de dezembro, um dia após o massacre de El Mozote completar 40 anos. As manifestações do #El12Marchamos tiveram múltiplos atores, como feministas, ambientalistas e membros do judiciário, bem como distintas pautas, além da memória do massacre,

como a denúncia de feminicídios, o rechaço à alta dos preços da cesta básica e à política monetária. No *Twitter*, o sempre midiático presidente acusou os Estados Unidos de financiar “movimentos comunistas” para justificar a alta taxa de adesão aos protestos.

Entre os atos ditatoriais do presidente Bukele está a denúncia de possível espionagem de jornalistas e adversários políticos, com fundos públicos, notificados pela empresa estadunidense *Apple*. A acusação recorrente de pactuação com as *pandillas* também voltou à tona. Bukele teria negociado secretamente com as gangues no país com a oferta de benefícios financeiros e privilégios para líderes presos, segundo o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. De acordo com os Estados Unidos, em 2020, Bukele forneceu incentivos financeiros para as gangues *Mara Salvatrucha* (MS-13) e *Barrio 18*, em troca da diminuição da violência e número de homicídios confirmados. Os líderes dos grupos criminosos ainda prometeram apoio político ao *Nuevas Ideas*, partido recém criado do presidente. Bukele utilizou o *Twitter* para negar as acusações e fortalecer a narrativa de contundente combate ao crime organizado. Apesar da campanha ostensiva de desmonte das gangues, uma onda de assassinatos em regiões dominadas pelo crime aumentou os índices de violência no último trimestre. O dia mais violento de 2021 foi uma quarta-feira, 10 de novembro, que registrou 22 homicídios.

Prestes a perder o título de presidente mais jovem das Américas para o chileno Gabriel Boric, Bukele usou o *Twitter* para responder aos numerosos protestos contra o governo. Irônico, alterou a biografia da rede social para “imperador de El Salvador”. Enquanto isso, manifestantes ateavam fogo em uma representação de sua imagem próximo à principal praça da capital San Salvador. Famoso pelo uso estratégico das redes sociais e marketing político, o presidente observou *hashtags* hostis ganharem engajamento no último trimestre, confrontando-o em um de seus espaços favoritos: a internet. *#BukeleCorrupto*, *#NoAlBitcoin*, *#LaResistenciaSeráLaDiferencia*, *#El12Marchamos* e outras denunciavam a deterioração democrática, os desaparecimentos em massa, a corrupção e o autoritarismo.

El Salvador encerrou o segundo ano da pandemia de covid-19 com acusações de subnotificação, que ocultaria até 400% das mortes pela doença. Atualmente, o país registra um total de 123 mil casos registrados e 3.828 mortes. Até 30 de dezembro de 2021, 64,09% da população estava completamente vacinada. Contudo, a comunidade médica alerta para a possibilidade de uma quarta onda de covid-19 em 2022.

Vias abertas da pandemia: entre regressões autoritárias e esperança das ruas

Daniel Henrique da Mota Ferreira¹

Em março de 2020, as primeiras ondas da pandemia chegaram trazendo consigo a morte, a fome e a pobreza ao Equador. O país, que havia sido um modelo pelas suas garantias de direitos sociais, passou a ter, em 2021, um em cada três equatorianos vivendo na pobreza; e cerca de 70% das famílias de baixa renda com crianças não conseguiam garantir a segurança alimentar de seus filhos. A passagem do vírus parecia indicar que a saúde deveria se impor ante a economia, que a vida era mais importante que qualquer moeda, até porque leis econômicas perderam sua eficácia quando os indivíduos nem mesmo podiam interagir livremente, desagregando a base do tecido social.

Na política, a primeira resposta de Lenin Moreno foi usar o Estado de Exceção para colocar o exército nas ruas de Guayaquil e impor o toque de recolher como medida para manutenção do distanciamento social. Enquanto o exército era mobilizado de forma ostensiva, foram tomadas medidas econômicas para flexibilizar ainda mais legislações trabalhistas, além de apoiar setores como mineração e petróleo, de modo a permitir a continuidade da acumulação das empresas. Daí que alguns dos primeiros protestos, mesmo que diminutos em relação a momentos anteriores, vieram justamente dos setores trabalhistas e das comunidades locais e indígenas contrárias à exploração mineira e assoladas pela fome. A essas contestações, outras se somaram, como o movimento feminista em sua luta contra a violência familiar e pela legalização do aborto em caso de estupro.

Em maio, saiu Moreno; entrou Guillermo Lasso. Com o novo governo, contudo, persistiu tanto a crise como o *modus operandi* para seu tratamento. Em termos de saúde, a vacinação de 9 milhões de equatorianos foi um feito importante que conseguiu garantir a popularidade do presidente pelos primeiros 100 dias de governo. Entrando em outubro, porém, nada havia sido feito para aliviar a pobreza, a fome, ou a violência de forma decisiva, levando a quedas de popularidade que viriam a se agravar até o final do mês por escândalos do governo e sua forma de reagir às pressões da oposição, tanto as institucionais como as das ruas.

Os movimentos sociais clamavam nas ruas por mais e mais soluções, sendo que os ganhos recentes com a vacinação facilitaram ainda mais a retomada das ruas pelos setores populares. As maiores dificuldades colocadas estavam ligadas ao aumento do preço dos combustíveis no país e ao congelamento nos preços dos produtos básicos para os pequenos agricultores. Já na primeira semana de outubro, o Parlamento dos Povos se encontrou com o governo e fez suas exigências. Nas redes, manifestantes do Parlamento, especialmente o movimento indígena, reclamaram de truculência policial para barrar os manifestantes que buscavam participar da concentração e depois do ato pacífico em homenagem ao encontro. Uma vez que não foram cumpridas, Leonidas Iza, líder da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), foi ao *Parque del Arbolito*, onde relatou os resultados da reunião. Lasso não foi capaz de prometer controle nos preços da gasolina e, por isso, houve a convocação de uma assembleia ampliada e do uso do direito de resistência.

Enquanto o governo não recapitulava frente às demandas sociais, viu sua base social erodir pelos escândalos envolvendo as investigações dos *Pandora Papers*, durante as quais se apurou que o presidente havia deixado seu patrimônio empresarial em *offshores* no Panamá. O escândalo descoberto logo no início de outubro pesou sobre a imagem pública do governo, mas seu calcanhar de aquiles foi a incapacidade de lidar com o aumento da violência. Na mesma época, o governo havia declarado Estado de Exceção nos presídios para conter o surto de violência e os constantes massacres,

¹Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ. Membro do NETSAL. Email: danielhmf@iesp.uerj.br

mas a violência seguiu dentro e fora das instituições penitenciárias.

A taxa de homicídios no Equador duplicou em seis anos, alcançando 10,62 casos por 100 mil habitantes em 2021. Até o final de outubro, haviam sido registrados 1885 homicídios, frente a 1372 de todo o ano de 2020. Parte desses números espelham os massacres em presídios, que já apresentamos em edições anteriores e são parte das disputas territoriais do narcotráfico, uma vez que o país se tornou um importante escoadouro de drogas para outras regiões. Como resposta a esses números, o governo repetiu o *modus operandi* que lhe era conhecido e decretou, no dia 18, um Estado de Exceção para conter a violência.

Enquanto carregava o cassetete com uma mão, com a outra buscava entregar uma nova reforma trabalhista com vistas a reaquecer a economia. A Lei para Criação de Oportunidades regulamentava a possibilidade de reduzir salários em caso de redução da receita da empresa, o pagamento em ativos ou outros bens como forma de remuneração, entre outros pontos que reduzem a estabilidade do trabalhador. Contra essa proposta, a Frente Única dos Trabalhadores (FUT) convocou manifestação para o dia 20 na frente do palácio de Carondelet e trouxe consigo uma proposta nova de reforma trabalhista que foi entregue à presidente da Assembleia, Guadalupe Illori, do partido Pachakutik (PK), ligado ao movimento indígena equatoriano. Entre os pontos do projeto alternativo, destaca-se a criação de leis que favoreçam o trabalho feminino e LGBTQIA+ e a regulação do teletrabalho.

O chefe do Executivo, por sua vez, convocou seus apoiadores, no mesmo dia, para lhe prestar homenagem e defender seu projeto. No cartaz de sua convocatória, no Facebook, consta que “vamos defender Quito daqueles que gostam de fazer a violência”. A retórica do governo leva a criminalizar os movimentos sociais, ligando-os a ações violentas em um momento em que, pelo Estado de Exceção, se busca justamente neutralizar a violência armada de facções criminosas. Lasso também deu preferência ao diálogo com as forças policiais em detrimento do próprio Parlamento, onde seu grupo já era minoritário e perdeu o diálogo com a *Izquierda Democrática* e o PK ao não capitular em certas propostas liberais. Assim, o presidente mantém durante o mês um diálogo tenso, atravessado pela ameaça de decretar a “morte cruzada”¹ e convocar novas eleições.

Em 21 de outubro, médicos ocuparam as ruas para reclamar das condições trabalhistas, principalmente pelo desabastecimento dos medicamentos. No dia 26, a Frente Única dos Trabalhadores (FUT) se juntou à CONAIE, ao movimento dos educadores, a diversos setores do movimento indígena, como o movimento Somos Água, do ex-candidato Yakú Pérez, ao movimento camponês e a trabalhadores do transporte para o maior protesto do ano. A manifestação tinha como principal bandeira o congelamento dos preços dos combustíveis que, com os reajustes recentes, tiveram um aumento de 100% nos preços em relação a 2019, além do reajuste nos preços dos produtos primários, além das pautas ambientais e da autonomia nos territórios indígenas que decretaram o seu próprio “Estado de Exceção”, não querendo a presença de efetivos militares. Estradas foram fechadas em diversas províncias e multidões tomaram as ruas no Equador. Grupos de direitos humanos, como a Fundação Regional de Assessoria em Direitos Humanos (Inredh) e o coletivo KintiÑan, denunciaram o uso excessivo de força policial, com a presença de militares em conjunto com a polícia para agir contra os protestos. Houve conflito na praça de San Domingo. O saldo das manifestações foi de mais de 30 detidos, cinco policiais feridos e dois militares suspensos.

Em novembro, enquanto o governo afirmava na Cúpula do Clima que o objetivo das

¹ A morte cruzada é um dispositivo previsto na Constituição equatoriana que permite ao chefe do Executivo dissolver o congresso em certas situações, cabendo ao Órgão eleitoral a obrigatoriedade de convocar novas eleições gerais para o executivo e o legislativo.

paralisações ia na contramão do interesse por renovar combustíveis fósseis, grupos de ativistas camponeses questionaram a prisão e o que chamaram de perseguição a lideranças do campo popular. Na Cúpula do Clima, enquanto se apresentava proposta para alargar as áreas de proteção do arquipélago de Cayman, os movimentos indígenas e ambientalistas se organizaram para lutar contra a aprovação do Decreto Executivo 95, que tem o intuito de expandir a produção petroleira como forma de reaquecer a economia.

Ainda em novembro, um novo massacre ocorreu em uma penitenciária, dessa vez com mais de 68 mortes. Em meio à comoção pública, o Estado de Exceção foi renovado por mais um mês. Em dezembro, mesmo sem renovação do Estado de Exceção, o governo ainda pretendia mobilizar tropas do exército para ajudar na segurança dos presídios, mas os planos quanto à melhoria das condições destes espaços ainda são uma incógnita.

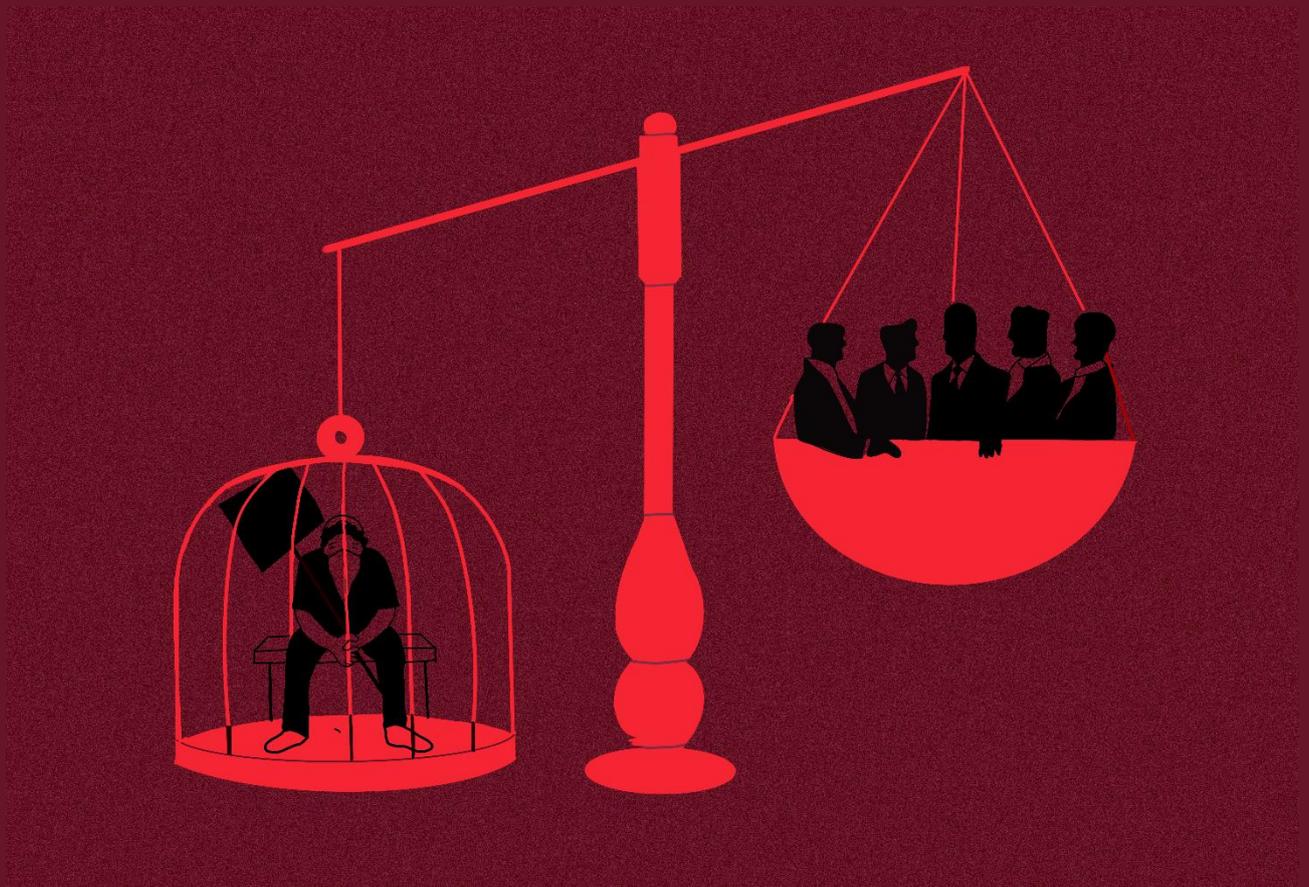
A violência que segue no Equador também tem seus efeitos na vida das mulheres. Não à toa, com frequência os movimentos feministas equatorianos denunciaram a violência familiar e pediram ao governo que intercedesse para a construção e manutenção das casas de acolhimento. A principal bandeira seguiu sendo o aborto em caso de estupro, pois, por mais que a Corte Constitucional tenha reconhecido esse direito, nenhuma lei ainda foi aprovada, colocando o movimento em vigília. Diversos movimentos sociais ofereceram sua solidariedade ao movimento feminista nessa luta, enquanto o movimento, por sua vez, convocou sua maré verde para janeiro de 2022.

Enquanto os movimentos se organizavam, no final do mês de dezembro foi declarada a transmissão comunitária da variante Ômicron no país. Com a vacinação já superando os 70%, o número de mortes até o final de dezembro não havia tido um crescimento significativo, trazendo o debate que corre o mundo sobre a possibilidade de que o pior momento da pandemia já tenha sido ultrapassado.

Em meio ao terror dos últimos anos no Equador, que juntou a peste à guerra, à doença e à violência, a fome assolou. Vimos, em meio a isso, que a ação do governo foi importante, como é o caso de políticas de transferência como o Bônus de Desenvolvimento Humano ou o uso de capacidades estatais para as vacinas e hospitais. No entanto, nas lacunas do Estado e do mercado global, foram as relações de reciprocidades criadas no seio da sociedade, como as *ollas comunes* (cozinhas comunitárias) e os *trueques* (escambos), que muitas vezes permitiram o mínimo para os que não tinham nada. Foi a organização das próprias comunidades, em Galápagos, por exemplo, ou entre diferentes nações indígenas que permitiram alternativas em momentos difíceis.

No entanto, também ficou claro que, apesar de importantes, essas alternativas são ainda tímidas para resolver os problemas estruturais do país. As vias abertas pelo vírus não modificaram os principais atores sociais, apenas acrescentando a relevância de trabalhadores do setor de saúde. Mas acirraram disputas já existentes e abriram janelas de oportunidade política que permitiram colocar o governo em xeque. O sistema político-estatal passa agora por uma renovação de seus quadros internos, em relação a legislaturas passadas, e uma disputa entre as posições governistas e uma maioria oposicionista de interesses heterogêneos. Nesse cenário, a maior preocupação é que a estabilidade venha por meio da ampliação dos meios coercitivos, quando estes já estão sendo usados de maneira ostensiva para garantir o controle do território.

Afinal, o Estado de Exceção se converte no Equador em instrumento recorrente para garantir a ordem. Mas, com isso, abre-se com perigosas possibilidades de converter tanto movimentos como a oposição em inimigos públicos. Até o momento, porém, a fraqueza do governo e a baixa popularidade jogam contra esse tipo de aventura e dão poder a que as ruas e seus clamores populares possam conduzir a esperanças de dias melhores.



Camadas da crise haitiana

*Alyssa Ribeiro Perpeto Trotte*¹

*Daniel Henrique da Mota Ferreira*²

*Pedro Demenech*³

Ao longo do último trimestre de 2021, o Haiti viveu uma crise que se desdobrou em três camadas. Na política, as acusações de envolvimento do primeiro-ministro Ariel Henry no assassinato do presidente Jovenel Moïse se mesclaram ao adiamento de novas eleições. Na social, protestos e greves evidenciaram o aumento da violência causada pelas disputas envolvendo as gangues e o tráfico contra o governo. Já na economia, a alta no custo de vida e a falta de combustível impactaram o cotidiano de um povo duplamente ameaçado – pela covid-19, de um lado, e pela falta de vacinação, de outro. As três dimensões foram agravadas pela vacinação tardia da população, uma vez que o país contabilizou cerca de 2.251 casos confirmados por milhão de habitantes e vacinou com o esquema completo apenas 0,64% da população apta a receber a vacina até o final do ano. Com o número de testagens muito baixo e a dificuldade de convencer a população a se vacinar, é possível que os números de casos sejam ainda maiores. Por sua vez, a resposta ao vírus sofre também pela instabilidade política, pela falta de combustível e de orçamento para manter os hospitais em funcionamento, pelas disputas entre facções e por greves.

Desde julho de 2021, com o assassinato do presidente eleito Moïse, o Haiti vem vivendo um imbróglio político que, em determinados momentos, adquire dimensões transnacionais, dado o envolvimento de paramilitares colombianos e de cidadãos estadunidenses. Além disso, vieram à tona uma série de ligações feitas por um dos suspeitos do magnicídio ao premiê Henry, apenas três dias após o crime ter ocorrido. Por conta dessas evidências, o promotor-chefe do Haiti, Bed-Ford Claude, responsável pelas investigações do crime, indiciou Henry por participar no assassinato e o proibiu de deixar o país. Contudo, a decisão de Claude foi questionada por juristas, ex-membros do governo e acadêmicos.

Os principais argumentos seriam de que as acusações contra Henry seriam políticas, pois o promotor-chefe não teria a autoridade para acusar o premiê, além de embaraçosas, especialmente porque ocorreram quando um acordo político foi firmado entre os principais partidos políticos, incluindo também a oposição. O acordo revogou o conselho responsável pelas eleições adiou as novas eleições seriam adiadas para o final de 2022. Henry, desse modo, continuaria a liderar o governo, tendo a chance de prolongar seu mandato e de se manter no poder. Um exemplo disso foi a demissão de Claude do cargo de promotor, após ele pedir à Justiça o indiciamento do premiê.

Toda essa situação política está distante de uma resolução. Ainda em outubro, a ex-primeira dama, Martine Moïse, acusou formalmente o premiê Henry de envolvimento no assassinato de seu marido. Henry também foi recebido com protestos e inclusive a tiros no que deveria ter sido apenas a comemoração de uma data nacional. Enquanto os manifestantes acusavam o premiê de se manter no poder para escapar das acusações de assassinato, Henry e o governo responsabilizavam as gangues – especialmente o grupo G9 – pelos disparos.

As gangues não seriam apenas as causadoras da instabilidade política. Enquanto disputam territórios entre si, promovem sequestros e procuram controlar o abastecimento de gasolina. No caso

¹Mestranda em Relações Internacionais pelo PPGRI-UERJ. Pesquisadora do NETSALe do Observatório Feminista de Relações Internacionais (OFRI). Email: alysstrotte@icloud.com

²Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ. Pesquisador do NETSAL. Email: danielhmf@iesp.uerj.br

³Bolsista de pós-doutorado Nota 10 da FAPERJ. Pesquisador do NETSAL. Email: p_demenech@yahoo.com.br

dos sequestros, fica patente mudanças recentes em seu *modus operandi*. Outrora, os estrangeiros eram intocados pelas gangues. Agora, grupos privilegiados como os brancos protestantes eram sequestrados e mortos, como o caso do reverendo Sylner Laffaye. A intensificação na ação de sequestros e mortes levou a Federação Protestante do Haiti a pedir o fechamento de todas as instituições e empresas do setor no dia 1º de outubro. Os protestos seguiram acontecendo, mas nem por isso os sequestros arrefeceram. Em meados do mesmo mês, 16 missionários foram sequestrados e um policial morto em confronto com uma facção. Apesar desses fatos, Barbecue Cherizier, líder da dita revolucionária coalizão de gangues denominada G9, afirmou em passeata em seu local de origem que não é culpado por nenhum sequestro.

Enquanto isso, a falta de combustível também levou a protestos e greves de trabalhadores, destacando-se a atuação dos sindicatos do setor de transporte. Tais organizações alegavam que a alta dos preços, causada pela escassez de combustível, tornava inviável a realização dos serviços. Seria necessário reduzi-lo e congelá-lo para que a atividade pudesse acontecer. Em 21 de outubro, novos protestos ocorreram, dessa vez liderados pelos motociclistas que acusavam a falta de combustível de ser um esquema liderado pelos donos dos postos e vendedores de rua para garantir os preços exorbitantes. No dia seguinte, o setor do transporte público juntou-se aos protestos.

Mas, para cumprir as reivindicações, o governo precisava voltar a ter o controle total sobre o combustível, algo que lhe escapava. No dia 26 de outubro, já não havia postos com disponibilidade de combustíveis. A situação foi agravada pela presença das gangues, que bloquearam a entrada dos portos que mantinham depósitos de combustível. O governo ainda anunciou ter conseguido o controle novamente da distribuição do gás, mas os principais portos continuavam nas mãos da gangue G-9. O líder Cherizier anunciou que só garantiria a passagem segura de caminhões de combustível se o primeiro-ministro renunciasse.

O aumento da violência no Haiti tem deixado um rastro de mulheres amedrontadas por feminicídios, violências sexuais e agressões. A violência e o medo levaram ao deslocamento de cerca de 19.000 habitantes, com maior número de mulheres e crianças. As ondas de sequestro relatadas acima também tiveram por alvo principal mulheres, 71, e crianças 30, de acordo com a UNICEF. Os direitos das mulheres no Haiti ainda são debilitados e, muitas vezes, deixados de lado em função de outras pautas. De acordo com Nadia Lafleur, integrante da organização feminista Fanm Deside em Jacmel (sudeste do Haiti): “no ponto em que estamos, as organizações feministas do país resistem em realizar seu trabalho. Problemas estruturais dificultam suas atividades e iniciativas de direitos humanos”.

Ainda em outubro, devido às dificuldades que o Estado enfrenta, as Nações Unidas declararam que irão manter as missões no país para auxiliar na sua recuperação. A ação, porém, foi recebida com ceticismo e protestos por parte dos movimentos sociais, como o Movimento por Igualdade e Fraternidade dos Haitianos (MOLEGHAF). Tais grupos se organizaram para pedir a saída imediata das Nações Unidas, deixando que o povo haitiano conduza suas próprias ações. Alegam que o imperialismo externo, em especial dos Estados Unidos, tem sido o principal responsável pelas dificuldades que o país tem vivido e pela impossibilidade de que a nação soerga-se.

Na camada econômica, há escassez de combustíveis, como já apresentado, e de alimentos também. O aumento severo do custo de vida tem afetado amplamente a população. De acordo com os dados estabelecidos pelo *Institut Haïtien des Statistiques et Informatiques* (IHSI), a insegurança alimentar e a desnutrição têm sido agravadas pelo aumento do preço dos alimentos essenciais, como arroz e feijão. A IHSI aponta que, em comparação ao mês de novembro de 2020, o custo de vida foi elevado em 24,6%, e mais de 4.3 milhões de pessoas vivem em nível de insegurança alimentar aguda.

Já no caso dos combustíveis, sua ausência tem levado ao aumento dos preços e a dificuldade

na manutenção de serviços básicos. 40 hospitais ameaçaram fechar pela falta de abastecimento e tiveram de recorrer ao diesel para garantir a eletricidade. A população, quando obtêm o combustível, não tem onde armazená-lo e o faz de forma inadequada, ocasionando incêndios e explosões. A maior tragédia aconteceu quando um caminhão de combustível virou na cidade de Cap-Haitien, e a população, empobrecida, se aglomerou para conseguir um pouco de gás, ocasionando a explosão que deixou mais de 60 mortos.

Em meio a esse cenário, a migração se torna uma opção desejável – muitas vezes, a única possível – para toda a população, que começa a considerar meios e rotas para sair da região. Um dos destinos mais procurados, os Estados Unidos, revogou o banimento da migração colocado por Trump e permitiu a entrada para trabalhos temporários.

O mais pobre país das Américas ainda vive reflexos de um Estado que já havia falido, quando se converteu em um instrumento autoritário nas mãos de sua elite. Desde então, a catástrofe humanitária se tornou um chamariz para ONGs internacionais que buscaram trazer ajuda, mas, muitas vezes, converteram o país em um território dependente do interesse de grupos estrangeiros. De um Estado falido tornou-se um Estado de ajuda (aid state), isto é, organizado e mantido através de financiamento externo, de grandes ONGs e países. Sua perda de autonomia só foi agravada com o terremoto de 2010, que abriu espaço para a entrada de missões de paz, as quais nunca trouxeram verdadeira estabilidade ao país, pois nunca se procurou sanar suas insuficiências sociais, além de envolverem outras questões delicadas, como o abuso sexual por parte dos capacetes azuis.

O que vimos no último ano foi um reflexo desses acontecimentos, ao observar-se um sistema político estatal blindado à população, mortes de ativistas sociais e guerras de gangue que expandem a fome, a escassez de produtos e os refugiados – internos ou não. A dita tragédia que os terremotos parecem levantar não são diferentes de outros países, mas sim a tibieza do Estado e o desbaratamento das forças sociais. Em meio a esse cenário, entretanto, protestos nunca deixaram de ocorrer, com clamores populares por melhores condições e revoltas para alcançar tais objetivos. Em meio ao medo e ao desamparo social, ainda há espaço para imaginar algo totalmente novo. Para uma nação que já bradou uma revolução no passado, em meio às mazelas do presente, é possível imaginar um outro futuro.

O eco das vozes marginalizadas no México

Deborah Moraes Souza Lopes¹

O México foi um dos primeiros países latinos a começar a campanha de vacinação da população; no entanto, essa iniciativa não se traduziu em termos de eficiência e expansão da proteção contra a covid-19. O país ficou atrás de outros da região, como Brasil e Colômbia, que apresentam percentual maior de pessoas vacinadas. Devido à nova variante Ômicron, o México apresentou um aumento exponencial de casos, totalizando, até o final de 2021, mais de 3 milhões de novos casos confirmados. Além disso, a campanha de vacinação do governo de López Obrador é lenta em administrar as doses de reforço, dificultando estabelecer estatísticas sobre o avanço ou não da campanha.

No dia 12 de outubro de 2021, foram celebrados os 25 anos do Congresso Nacional Indígena (CNI), que segue na linha de frente contra a espoliação de terras e das culturas originárias, bem como outras formas capitalistas de exploração dos povos indígenas. O CNI vem denunciando diversas violências tanto contra povos originários quanto contra os membros do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Devido ao aumento dos assassinatos e desaparecimentos dessas pessoas, um grupo de observadores da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) realizou uma visita a comunidades indígenas e do EZLN. Espera-se que a Comissão faça um relatório que documente as dores que eles passam vivendo sob rota de tráfico de drogas, expropriações por parte do governo, entre outras mazelas.

O CNI também promoveu ações contra o projeto do Tren Maya, sob a justificativa de que a estrutura iria, além de destruir a vegetação originária, passar por 23 reservas naturais. Eles também acusaram o governo mexicano de expropriação e de deslocamento da população local e isso, segundo os dirigentes, seria uma violação de acordos internacionais que garantem à população indígena o direito de consulta livre prévia e informada sobre projetos com essa magnitude. Outra denúncia feita pelo CNI foi sobre a expansão e renovação do Estádio Azteca, cujas obras iriam desencadear uma falta de água na zona sul da Cidade do México. Além disso, a consulta com relação a esse projeto só conta com a opinião de moradores, sem lhes dar outras formas de participação, o que, na visão deles, faria o projeto ser enviado.

No mês de novembro, aconteceu a 26^a Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), cuja finalidade é discutir e incentivar políticas estatais para combater o avanço das consequências das mudanças climáticas a nível de cúpula em conjunto com as partes da sociedade civil interessada. Já havia um movimento por parte dos povos originários e zapatistas em pressionar o governo, sobretudo em questões sobre recursos naturais, com destaque na defesa da água, e diversas declarações sobre a importância dos recursos naturais para conter as mudanças climáticas.

A participação do México na COP26 deixou muito a desejar para os ativistas climáticos, pois o governo não apresentou novos compromissos de redução de emissão de gases do efeito estufa, além do fato de que os objetivos da COP anterior foram suspensos pela Justiça do México, sob a justificativa de que abria precedentes para os países revisarem “para baixo” os cumprimentos dos acordos. O presidente López Obrador não participou da Conferência em Glasgow, delegando a tarefa para a secretária do Meio Ambiente, María Luisa Albores. Essa participação de segunda instância já mostra uma falta de comprometimento do governo com as pautas ambientais.

¹ Mestranda em Relações Internacionais pelo PPGRI/UERJ. Especialista em Direitos Humanos pela PUC-Rio. Integrante do NETSAL. E-mail: deborahmslopes@gmail.com.

A participação de Albores foi marcada pelo apoio à agenda que visava aumentar os investimentos nos países em desenvolvimento para que eles possam ter financiamento para estabelecer compromissos mais ambiciosos. O México também aderiu a diversas declarações para redução do impacto do ser humano sobre o meio ambiente, tais como a Declaração de Florestas e Sobre o Uso de Terras. Por outro lado, o país manteve os compromissos estabelecidos em 2015, isto é, uma redução de 22% das emissões até 2030.

No que concerne às pautas feministas, coletivos mexicanos em conjunto com o Observatório Legislativo do Instituto Tecnológico e Estudos Superiores do Ocidente (ITESO) estabeleceram um programa de desenvolvimento de metodologias para avaliação do cumprimento das políticas de gênero estabelecidas por lei. Essa iniciativa avalia, por exemplo, os efeitos das medidas em relação às modificações aprovadas pela *Miscelánea Fiscal 2022*, que garantiu a redução de impostos sobre produtos de gestão menstrual, visto como um ato de justiça social por diversos grupos feministas. Um estudo publicado pelo governo da Cidade do México referente aos impactos da pandemia no mercado de trabalho feminino constatou que a desigualdade entre homens e mulheres aumentou, uma vez que as mulheres dedicam entre 19 e 22 horas semanais a tarefas de cuidado, ou seja, um trabalho não remunerado. Os cuidados foram intensificados nesse período, exigindo mais das mulheres — algo que não é particular ao México.

Também no mês de novembro houve a famosa marcha das mulheres para comemorar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, ocorrida no dia 25 de novembro (25N). Diversos coletivos feministas foram às ruas para denunciar os desaparecimentos, os feminicídios, a desigualdade social e econômica e outros tipos de violência que recortam as mulheres; resultado dessa manifestação foi 17 pessoas feridas, sendo 11 policiais, uma servidora pública e cinco civis.

O governo de López Obrador também não parece interessado pela agenda feminista, uma vez que o Executivo rejeitou a petição de organizações feministas que declarava alerta de violência de gênero em todo território nacional. Essa petição teve como base um aumento exponencial de casos de violência de gênero e assassinato de mulheres, concluindo que diariamente 19 mulheres são assassinadas. A resposta do governo frente à petição é a de que já existem medidas de contenção e repasse de financiamento para políticas públicas que visam erradicar a violência de gênero.

Apesar da jurisprudência permitir o aborto em algumas localidades do México, esse tema ainda é prioridade na agenda feminista mexicana. A Câmara dos Deputados do México emitiu um aconselhamento para que o Congresso da Baixa Califórnia despenalize o aborto para se adequar à jurisprudência da Suprema Corte, que considera inconstitucional sua criminalização. A despenalização do aborto sofre um barreira nos estados mexicanos, pois ainda existem muitos deputados conservadores nos legislativos estaduais, o que acaba criando uma falta de vontade política para o avanço da pauta.

Por fim, o assunto do desaparecimento forçado também é muito presente nos movimentos sociais mexicanos, havendo diversas denúncias de falta de vontade política por parte do governo em dar continuidade nas diversas buscas por pessoas desaparecidas em todas as regiões do país. No final de 2021, grupos de busca de pessoas desaparecidas de Guanajuato instalaram uma representação de sepulturas em frente ao Palácio Nacional, como forma de protesto; na ocasião, pediam ao governo que melhorasse os mecanismos de busca e também que criasse um plano de prevenção contra o desaparecimento forçado. Além da pressão da sociedade civil, o Comitê da ONU contra o Desaparecimento Forçado visitou o país e concluiu que o governo mexicano deveria tomar as providências cabíveis para garantir a punição por esses crimes, bem como criar medidas mais efetivas

que minimizem a prática.

Navegando entre crises: Panamá no último trimestre de 2021

Hellen Oliveira¹

O Panamá termina o ano de 2021 imerso em uma série de crises políticas e sociais desafiadoras, cujo horizonte de resolução ainda parece estar distante. As tensões quanto aos investimentos *offshore* relatados no país, bem como a ineficiência para lidar com os fluxos migratórios em seu território dão o tom do último trimestre.

No que diz respeito aos dados da pandemia, o país adentra o último trimestre do ano com 225 casos, 5 mortes e 67,8% de sua população vacinada com uma dose e 51,8% com duas doses no dia 01 de outubro. O número de casos aumenta para os alarmantes 4.877 no último dia do ano; no entanto, há queda em mortes, registrando apenas 3, e aumento na vacinação, com 70,2% da população vacinada com uma dose, 57,2% com duas doses e 9,2% com a dose de reforço.

É possível vislumbrar que a abertura turística – que causa grande circulação, principalmente no que tange às conexões aéreas entre o sul e o norte do continente –, bem como a retomada de atividades econômicas, podem ter impactado os números de casos no país. No entanto, a análise deste recrudescimento da crise pandêmica no decorrer do trimestre ainda deve ser avaliada com calma e atenção. Com análises aprofundadas, as autoridades sanitárias poderão investigar as possíveis causas da contaminação comunitária e traçar novas políticas públicas para a contenção da covid-19 no país para o ano de 2022. Pode-se perceber, apesar do crescimento em casos, uma queda do número de mortes até o fim do ano, o que ilustra o impacto da evolução da campanha de vacinação panamenha.

No que diz respeito à crise migratória enfrentada por países centro-americanos e caribenhos, como reportado no Comunica VI, o tema segue sendo fonte de preocupação para movimentos sociais, entidades de direitos humanos e instituições públicas. No cerne das tensões está o Panamá, mais precisamente o Darién Gap, um trecho florestal considerado por muitos anos como intransitável, localizado entre o território panamenho e o colombiano.

Autoridades panamenhas divulgaram números que demonstram que a busca por melhores condições de vida, o temor causado pelas recorrentes crises políticas, e o cenário pandêmico fizeram com que aquilo que era tido como intransponível se tornasse uma espécie de “desafio viável”. Cerca de 95 mil pessoas tentaram atravessar o Darién Gap em direção aos Estados Unidos, desencadeando o que pode ser uma das maiores crises humanitárias da contemporaneidade. Destas 95 mil, estima-se que 19 mil sejam crianças, e que a metade delas tenha menos de 5 anos de idade.

É importante ressaltar que a mata de 500 mil hectares oferece uma série de perigos, e que boa parte dos transeuntes cruzam o território sem ao menos trajar calçados. Trata-se, enfim, de um alerta que há muito tempo está aceso, e que as instituições, tanto colombianas quanto panamenhas, não têm sido capazes de lidar. O número de migrantes aumentou exponencialmente durante o ano de 2021, como já registrado em edições anteriores do Comunica. Mais do que nunca é momento de pensar políticas de acolhimento e integração, bem como investigar seriamente as condições que interpelam populações inteiras a migrar em tais condições.

O movimento lesbofeminista *Coalición Internacional de Mujeres y Familias* (CIMUF) demonstrou apoio público aos grupos migrantes, com recorte interseccional, trouxe o debate sobre a

¹Cientista Política pela Unirio, mestra e doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, pesquisadora pelo NETSAL e pelo CASA, membro da PSN Brasil, editora da CESP. Email: hellenoliveiracp@gmail.com

migração forçada e a dificuldade de integração sofrida tanto pelos que cruzam o território panamenho, quanto pela população LGBTQIA+, que inclusive compõe parte dos migrantes. Com o slogan *Migrar com Dignidad*, fizeram uma série de postagens em seu *feed* e *stories* trazendo o debate ao público internacional nas redes.

Somado a essa situação, um escândalo tomou os noticiários latino-americanos envolvendo o país, não por conta das questões migratórias, tampouco pelos números de covid-19, mas sim pelo vazamento de mais de 11,9 milhões de documentos confidenciais de políticos, personalidades da mídia e milionários. O caso, que foi batizado de *Pandora Papers*, trouxe de volta aos holofotes uma das características que mais chama a atenção de “investidores” no país: sua classificação enquanto paraíso fiscal. Desde a divulgação dos *Panama Papers*, em 2016, este debate havia decaído; no entanto, se coloca mais forte que nunca, afinal, 15 lideranças latino-americanas tiveram seus nomes relacionados aos acordos de grandes fortunas não tributadas ou com tributação inferior a 20% de sua renda.

Dentre os nomes divulgados, constam dois antigos conhecidos dos panamenhos, os ex-presidentes Juan Carlos Vaela (2014-2019), do Partido Panamenhista, e Ricardo Martinelli (2009-2014), do partido Realizando Metas. Este último, já estava sob investigação por conta de acusações de corrupção envolvendo o conglomerado Odebrecht. No dia 2 de dezembro, o mesmo se declarou culpado de acusações de lavagem de dinheiro, mas ainda não se sabe o impacto do novo vazamento na sua condenação.

Poucos dias antes do Dia da Memória Trans, 20 de novembro, que é uma data dedicada a lembrar e honrar aqueles e aquelas que se foram pelas mãos da violência transfóbica, Kitty, uma mulher trans de 38 anos, foi morta com 2 tiros no peito, em Colón. Sua vida foi ceifada pela transfobia que assola a América Latina e o Caribe e produz números alarmantes de assassinatos desta população. A lgbtfobia não é reconhecida como crime pelo código penal panamenho, de forma que os crimes de ódio não são julgados como tais. Isso dificulta ainda mais a visibilidade das pautas da sigla e menospreza violências vivenciadas pela população LGBTQIA+ panamenha. A organização *Hombres Trans Panamá* articulou a campanha virtual *#UnaVelaUnaVida* na qual incentivaram que uma vela fosse acesa para cada vítima de transfobia no país, e que fotos fossem postadas.

O Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Violência Contra a Mulher, 25 de novembro, foi marcado por uma série de manifestações na Cidade do Panamá. Movimentos feministas e organizações defensoras dos direitos humanos foram às ruas marchar contra o feminicídio, a violência doméstica, e as diferentes formas de assédio enfrentadas por mulheres cis e trans na sociedade panamenha. Nas redes, o movimento lesbofeminista CIMUF divulgou a campanha de conscientização *Todo Esto es Violencia*, com uma série de postagens que tratam das diferentes formas de violência misógina e transfóbica praticadas não apenas no Panamá, mas ao redor do globo.

O Paraguai sedia uma longa batalha pela terra, que transcorre diariamente do parlamento aos mais remotos distritos rurais do país. A presidência de Mario Abdo Benítez (ANR/Partido Colorado), que encerra 2021 com mais de 80% de desaprovação popular, será forçosamente lembrada pela intensidade com que o conflito agrário evoluiu em meio à pandemia. Os movimentos populares que haviam conquistado, em novembro de 2020, políticas emergenciais de assistência à agricultura familiar e camponesa, assistiram então ao esvaziamento dessas políticas, com atrasos, cortes e inação por parte do governo (ver Comunica III). No segundo semestre de 2021, a direita paraguaia encaminhou uma contraofensiva jurídica, política e policial.

Entre agosto e setembro de 2021, parlamentares governistas apresentaram um projeto de lei para alterar o Código Penal de modo a tornar mais rígidas as penas para invasão de imóveis alheios (Lei Zavala). A nova formulação extinguiu a sanção por multa e ampliou a pena prevista de dois para seis anos de prisão, podendo chegar a dez anos caso o objetivo da invasão seja instalar-se no imóvel. Para justificar a mudança, os parlamentares apontaram como “a proliferação de invasões à propriedade privada nos últimos anos demonstra que a norma não está funcionando [...] como argumento dissuasivo para os invasores”. O tom punitivista do texto da Câmara formava uma resposta explícita à proposta examinada anteriormente no Senado, que possibilitaria a regularização fundiária de ocupações com mais de seis meses. Dentre os dois projetos, prevaleceu a opção pela criminalização da luta pela terra.

O rechaço dos movimentos populares à nova legislação deu forma a uma onda de protestos em escala nacional no mês de setembro, com protagonismo da Federação Nacional Camponesa (FNC). Desde o primeiro momento, era evidente para a FNC como a lei de criminalização dos assentamentos desdobrava-se do fracasso das reformas do Estatuto Agrário propostas pela base governista em dezembro de 2020 (ver Comunica III). Enquanto isso, a maioria governista mantinha paralisada no Congresso a reivindicação dos movimentos camponeses de que as remoções forçadas fossem suspensas durante a pandemia. Com efeito, o tema das remoções forçadas de assentamentos camponeses ganharia nova intensidade nos meses seguintes.

A principal manifestação contra a Lei Zavala foi realizada em 29 de setembro na capital Assunção, com caravanas provenientes de todo o país. A reação policial foi violenta, e o confronto espalhou-se pela cidade e deixou dezenas de feridos. Alguns veículos foram incendiados nas imediações do Congresso. Em meio ao cenário de conflagração, os senadores da base de Abdo Benítez aprovaram o projeto, e o presidente o sancionou em menos de 24 horas. As cenas de violência do dia 29 circularam amplamente na internet nos dias seguintes, quando novos confrontos foram registrados na capital.

Em outubro, o Paraguai recebeu uma condenação histórica no Comitê de Direitos Humanos da ONU pela inação governamental diante da contaminação de territórios indígenas por agrotóxicos oriundos de plantações circundantes. A decisão incidia diretamente sobre a situação de uma comunidade Ava Guarani localizada na província de Curuguaty, cuja denúncia está há doze anos sem encaminhamento na Justiça paraguaia.

Ainda em outubro, estabeleceu-se o Partido Paraguay Pyahurâ, braço partidário de um setor

¹Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do NETSAL. Email: pedroborsa.cp@gmail.com

da FNC, com possibilidade em aberto de disputar as eleições gerais de 2023. A rigor, o Paraguay Pyahurâ já existia como movimento político pelo menos desde 1996 (*Movimiento Popular Revolucionario Paraguay Pyahurâ*), embora com plataforma de abstenção eleitoral.

No final de outubro, a FNC lançou um ciclo de mobilizações sob a insígnia “Contra as remoções e a repressão!”. As ações transcorreram sob tensão, já que o Ministro do Interior Euclides Acevedo havia declarado que não seriam tolerados novos bloqueios nas estradas. Nas semanas anteriores, bloqueios intermitentes foram registrados em Curuguaty (dia 26), em Blas Garay (dia 19) e em Coronel Oviedo (dia 13). As mobilizações de 28 e 29 de outubro não recuaram diante das ameaças do governo, e bloqueios foram realizados pontualmente em diversos pontos do país, sem gerar confrontos.

Em novembro, a política oficial de remoções forçadas ganhou novo capítulo, com a ação truculenta da polícia contra 70 famílias Mbya Guarani da comunidade Hugua Po’i em Caaguazú. Com emprego de elevado contingente, cavalaria e um helicóptero de apoio, a operação de desalojamento do dia 18 de novembro adquiriu feições de guerra. De imediato, a FNC convocou atos em frente ao Ministério do Interior, aos quais concorreram pequenos grupos. Na semana seguinte, a Igreja Católica assumiu posição contundente a respeito do conflito agrário. Por ocasião da novena em homenagem à Virgem de Caacupé, evento que reúne fiéis de todo o país, o padre Miguel Fritz fez duras críticas à política oficial de remoção forçada, lembrando o caso de Hugua Po’i, mas também o da comunidade Ka’ã Poty, desalojada à força em junho de 2021 (ver Comunica V). As denúncias de Fritz à criminalização das causas camponesas teve audiência do presidente da República, que compareceu à novena, mas desconversou sobre o teor das críticas.

Em 30 de novembro, uma plenária nacional de movimentos camponeses, indígenas, feministas, estudantis, sindicais e de direitos humanos declarou situação de “mobilização permanente”, convocando grande ato para o Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de dezembro).

Nos dias 1 e 2 de dezembro, foi realizado um operativo policial de remoção no Assentamento 29 de junho em San Vicente Pancholo, no departamento de San Pedro, onde vivem 140 famílias. Os assentados contaram com apoio de outros movimentos para retomar o território horas após a operação, a tempo de interromper a destruição das casas pela polícia. No confronto que se seguiu, diversos camponeses foram feridos por balas de borracha, mas o assentamento resistiu. No dia 2, a FNC e outros movimentos organizaram novos atos em frente ao Ministério do Interior na capital e às sedes regionais do Ministério Público para denunciar a violência dos agentes de Estado.

Esses episódios delinearão o clima de mobilização para o dia 10 de dezembro. As caravanas saíram de inúmeras localidades do país para Assunção, com vídeos compartilhados ao longo do dia na página da FNC no Facebook. As pautas prioritárias do ato eram três: a interrupção imediata das remoções forçadas contra camponeses e indígenas, o rechaço à regularização de terras griladas por latifundiários e a revogação da Lei Zavala. Segundo o Observatório da Terra, Agronegócio e Direitos Humanos, após a aprovação da Lei Zavala em fins de setembro, foram registradas operações policiais de remoção contra sete acampamentos camponeses e contra duas comunidades indígenas, com um saldo de mais de 3 mil pessoas desalojadas em dois meses. Segundo lideranças indígenas, haveria cerca de 860 comunidades indígenas e camponesas vulneráveis ao despejo e à criminalização sob a nova legislação, o que atingiria potencialmente até 700 mil paraguaios e paraguaias. A “mobilização nacional por reforma agrária, contra as remoções e a criminalização”, como foi intitulada pela plenária de 30 de novembro, convergiu para a Praça da Democracia no fim do dia 10.

Em retrospectiva, o desenvolvimento da pandemia no Paraguai contrasta um breve período de

resposta imediata e preventiva, com coordenação dos órgãos de saúde, seguido de um longo desgaste do governo e das medidas sanitárias. A demora e a corrupção na compra de vacinas, junto ao descaso com a rede hospitalar responsável pelos doentes, formaram o pano de fundo da grande insurreição popular de março de 2021. As duas categorias que dispararam aquele ciclo de luta – os professores e os trabalhadores da saúde – seguem mobilizadas, tendo realizado uma greve de 14 dias em setembro. Como resultado da crise política de março, o presidente Abdo Benítez agarrou-se ao cargo graças à manobra de salvamento que reunificou o Partido Colorado em março de 2021. Saiu então fortalecido o grupo Honor Colorado, ligado ao ex-presidente Horacio Cartes, que já tem chapa definida para as eleições presidenciais de 2023. O candidato será o jovem economista Santiago Peña, que se juntou aos colorados em 2016 após longa passagem pelo Partido Liberal Republicano Autêntico (PLRA). Assim, está posta a linha para o continuísmo na política paraguaia, uma vez descartado o debilitado presidente atual. No cerne da disputa entre governo e oposição, ou entre direita e esquerda, está o projeto de contrarreforma agrária que o Partido Colorado patrocina com respaldo das associações empresariais e da mídia corporativa.

Por essa razão, as lutas camponesas e indígenas foram uma tônica durante a pandemia. A capacidade de articulação entre diferentes organizações demonstrou que a pauta rural transborda e interconecta um campo político mais amplo. É da resposta dos movimentos sociais populares à estrangeirização da propriedade da terra, à expropriação violenta dos pequenos produtores e ao envenenamento dos campos que há de se incubar alternativas ao condomínio político do Partido Colorado. Sem um contraponto ao agronegócio, não há plataforma progressista possível no Paraguai.

De outra parte, a pandemia sabidamente agravou problemas sociais anteriores, como é o caso da violência doméstica, da informalidade e da insegurança alimentar. O quadro de impunidade associado à violência sexual tornou a questão crítica em 2020, em particular a violência contra meninas e jovens. O mesmo vale para os programas oficiais (“Ñangareko” y “Pytyvõ”) que buscavam responder à emergência alimentar.

Nesse contexto, foi da capacidade de auto-organização a nível local que emergiram as *ollas populares*, ainda nos primeiros meses de 2020, que atenderam centenas de famílias com base em doações, subsídios e trabalho de mutirão durante todo o período. O sucesso das *ollas populares* no Paraguai atraiu atenção de diversos atores externos: a UNICEF realizou oficinas para as líderes comunitárias; a *National Geographic Society* comissionou um documentário sobre a experiência; as primeiras pesquisas acadêmicas sistematizaram as principais características da *ollas populares* paraguaias; e certas organizações da sociedade civil, como a Fundação Paraguaia e a Itaipu Binacional, oficializaram seu apoio às *ollas*. No entanto, o apoio continuado por parte da Secretaria de Emergência Nacional (SEN), que fora consagrado em lei após uma jornada de lutas da *Articulación de Ollas Populares* e outros movimentos, foi frustrado pela falta de recursos desde julho de 2021. No registro feito pela SEN para operacionalizar a Lei 6603 (ver Comunica II), 446 ollas estavam operando em todo o território paraguaio no primeiro semestre de 2021.

Polarização e instabilidade política no Peru

Jefferson Nascimento¹

Henrique Fonseca Correia²

A política peruana tem apresentado alto índice de instabilidade nos últimos cinco anos, período no qual o país já teve cinco presidentes. O atual governo, liderado por Pedro Castillo, completou cinco meses em 28 de dezembro de 2021 e parece ainda incapaz de arrefecer os conflitos. O Congresso vem sendo um dos principais adversários do governo, impondo uma série de obstáculos à governabilidade, tendo aprovado, por exemplo, uma lei que enfraquece o poder executivo frente ao legislativo, facilitando o caminho para a aprovação de um processo de destituição presidencial.

Com o intuito de se sustentar na presidência, Castillo vem buscando se distanciar de aliados do próprio partido, o *Perú Libre*, que defendem a adoção de políticas mais radicais de enfrentamento às elites, e tem se aproximado de quadros políticos mais moderados. Isso ficou evidente na troca do gabinete ministerial ocorrida no dia 7 de outubro, quando o então premiê Guido Bellido foi substituído por Mirtha Vásquez. Ela escolheu um novo ministério com perfil mais técnico e possui maior capacidade de dialogar com os partidos da centro-direita. Diferentemente de Bellido, Vásquez defende que a abertura de uma Assembleia Constituinte — uma das principais promessas da campanha de Castillo — não deve ser prioridade e se posicionou contra a estatização do gás natural.

Mesmo com essa guinada ao centro, o governo continua enfrentando forte oposição no legislativo. A aprovação do gabinete de Vásquez demandou grande esforço de negociação do governo com setores da direita, conquistando uma vitória apertada, com apenas 68 votos a favor, cinco a menos do que o gabinete de Bellido havia conseguido. Além disso, a direita mais radical, liderada pelo partido fujimorista *Fuerza Popular*, derrotado nas eleições presidenciais, se articulou para colocar em votação uma moção de vacância contra Castillo, sob a justificativa subjetiva de incapacidade moral. No entanto, a recuperação do apoio de congressistas do partido governista e a falta de coesão dos partidos de oposição evitaram a destituição do mandatário³.

Como se não bastassem tais adversidades, o presidente se tornou suspeito de envolvimento em casos de corrupção, que vêm sendo frequentemente noticiados pela grande mídia. O Ministério Público anunciou que investigará o presidente pelos supostos crimes de conluio e tráfico de influência; no entanto, a ação só vai tramitar em 2026 por conta da imunidade absoluta conferida pela constituição vigente ao chefe do executivo.

No trimestre de outubro a dezembro, as ruas seguiram refletindo a instabilidade institucional e política do Peru. Manifestações contrárias e favoráveis ao presidente Castillo salientaram a polarização política no país, notória desde pelo menos o início do segundo turno da última eleição, em abril de 2021. Dentre os apoiadores, estão aqueles que querem uma nova Constituição, os críticos à instabilidade, à corrupção e ao elitismo das instituições peruanas, bem como as organizações de esquerda que pressionam por mudanças mais radicais. Dentre os contrários ao governo, estão as elites

¹Doutorando e mestre em Ciência Política pelo IESP-UERJ, membro do Núcleo de Teoria Social e América Latina (NETSAL) e do Observatório Político Sul-Americano (OPSA). Contato: jeffersonlnascimento@iesp.uerj.br.

²Bacharel em Ciência Política pela Unirio. Mestre em Sociologia pela UFF. Doutorando em Ciências Sociais pelo CPDA - UFRRJ. Bolsista CAPES. Email: henriquefc@gmail.com

³ Por ter um sistema político semipresidencialista, que abarca elementos do presidencialismo e do parlamentarismo, o Peru possui alguns mecanismos constitucionais bastante peculiares se comparados às constituições dos demais países latino-americanos. Um deles é a moção de confiança, que consiste numa votação ocorrida no Congresso para aprovar ou não o gabinete ministerial escolhido pelo mandatário. Outro mecanismo é a moção de vacância, uma espécie de *impeachment* que pode ser concluído de maneira bastante rápida, contanto que haja o apoio de pelo menos 2/3 dos congressistas.

peruanas, os principais meios de comunicação, conservadores, defensores do regime de Fujimori e grupos de extrema direita.

Ao longo do trimestre, várias foram as vezes que manifestantes foram às ruas pedir a saída do atual presidente, sobretudo apoiando o pedido de vacância que tramitava no Congresso. As que tiveram maior repercussão foram as dos dias 29 de outubro, 10 de novembro e 27 de novembro, nas quais críticas a diversas políticas governamentais eram o princípio comum. No entanto, o que mais vem chamando a atenção é a participação de grupos de extrema direita e, por conseguinte, a radicalização dessas manifestações.

De tal forma, tem ressoado um discurso de enfrentamento por meios violentos como forma de se opor a Castillo, como no caso de outro protesto, no dia 17 de novembro, em frente à sede da *América Noticias*, em que um manifestante, sem organização identificada, incitou a população jovem a ir às ruas, lutar e derramar sangue. Além de discursos ameaçadores e violentos como esse, grupos como *Arica no se rinde*, *Brigada Angamos*, *Los Hijos de Grau* e *La Resistencia* propagam narrativas de golpes institucionais e insurgências que busquem destituir o atual governo. Tais grupos, formados principalmente por militares da reserva que se aproximam de ideais e símbolos nacionalistas-conservadores, promovem uma articulação com importantes partidos políticos de oposição, sobretudo o *Fuerza Popular*, o *Renovación Popular* e o *Avanza País*. As alianças vêm se formando em torno do interesse comum em destituir o presidente e buscam promover uma sensação de insegurança e de descrédito em torno da imagem de Castillo.

A *Coordinadora Nacional de Derechos Humanos* protocolou em novembro uma denúncia criminal ante a *Fiscalía de la Nación* e a *Fiscalía de Crimen Organizado* contra membros das organizações *La Resistencia*, *Los Patriotas*, *Los Combatientes* e *La Insurgencia*. O movimento argumenta que essas são organizações criminosas que teriam promovido desordem pública, lesões corporais e danos à propriedade com o intuito de afetar autoridades públicas de forma estratégica. Pede que sejam investigadas suas ações e seu financiamento.

Dois dias após o Dia Internacional do Combate a Violência Contra Mulher, em 27 de novembro, realizou-se uma passeata convocada por diversos coletivos feministas que partiram da praça San Martín para o Palácio da Justiça. Em protesto contra o feminicídio, foi apresentado o rosto de centenas de vítimas deste crime, que até então havia atingido 132 mulheres no país durante o ano. Entre as pautas apresentadas estavam a exigência de uma reforma estrutural na polícia nacional, a reforma de políticas do ministério voltado para mulheres, garantias de melhores condições de trabalho para as mulheres, a aprovação da *Ley de Identidad de Género*, entre outras.

Jovens de diferentes organizações sociais se concentraram na praça San Martín no dia 15 de dezembro para dar início a uma passeata contra a tentativa de setores do Congresso de alterar partes da reforma universitária atualmente em curso. As principais mudanças pretendidas seriam a de reavaliação de instituições que tiveram licença negada e a retomada da assembleia nacional de reitores. Segundo os participantes, tais medidas ameaçariam a qualidade do ensino superior.

Seguindo a tendência de manifestações conservadoras, nos dias 11 e 12 de dezembro manifestantes foram às ruas de Cajamarca protestar contra a medida nacional que obriga a apresentação da caderneta de vacinação em diversos estabelecimentos. A concentração na praça Miguel Grau demonstrou indignação ao classificar as vacinas contra a covid-19 como experimentais ou veneno. Há muitas críticas nas redes sociais peruanas relativas ao tipo de desinformação propagada por esse protesto, assim como campanhas em favor da vacina. No local, manifestantes celebraram a iniciativa de uma juíza que estaria emitindo declarações de exceção para aqueles que não quisessem se vacinar. Isso foi encarado como uma forma de burlar a campanha do governo contra a covid-19.

Os conflitos sociais em torno da mineração no Peru são algo estrutural em sua história. Por conseguinte, dezenas deles tiveram lugar no trimestre aqui analisado, não sendo fatos isolados ou esporádicos. De acordo com a *Defensoria del Pueblo*, em outubro, surgiram oito novos conflitos sociais, dos quais metade estão relacionados à mineração. No mês seguinte, foram quatro novos conflitos, e em dezembro mais quatro, dois relativos a essa temática. A organização contabiliza ao todo 202 conflitos sociais no país, sendo os socioambientais responsáveis por quase 64% do montante, enquanto a mineração em específico é responsável por 68 casos. Pedro Castillo, que foi eleito com o importante apoio de populações rurais, encontra nos seus primeiros meses de governo o difícil desafio de mediar as relações entre os atingidos pelos empreendimentos de mineração e as empresas, sobretudo nesse contexto em que o presidente busca um posicionamento mais moderado. Se, por um lado, a conformação ministerial e a ineficácia na resolução de conflitos desagradam setores populares, por outro, medidas que aumentam a fiscalização e a autoridade ambiental do Estado, bem como as que acenam para a diminuição da repressão policial neste setor, vêm ajudando a se estabelecer um voto de confiança no presidente por parte destes setores.

O projeto mineiro de *Las Bambas*, situado em Apurímac, vem provocando conflitos sociais desde 2005 devido às consequências da exploração encabeçada pela MMG Limited e outras empresas transnacionais. No último trimestre de 2021, as tensões entre as populações locais do corredor mineiro que transporta o cobre da região, que inclui comunidades da província vizinha de Cusco, se acirraram quando, em 19 de outubro, se instaurou um bloqueio em sua via de acesso. A ação ocorreu com o intuito de pressionar as empresas e o governo central a cumprir e dar prosseguimento às negociações que se desenrolam desde 2015, que dizem respeito, por exemplo, à mitigação dos impactos produzidos e a melhores compensações e oportunidades de emprego para as populações locais. Até o final de dezembro, o bloqueio foi suspenso e retomado repetidas vezes sem que uma solução definitiva tenha sido estabelecida. A ação de protesto chegou a mobilizar mais de 40 comunidades da região, e seu amplo impacto social e econômico gera repercussões entre os altos escalões do governo central.

Apesar da aparente paralisia do governo diante da crise institucional e dos inúmeros conflitos sociais, o governo conseguiu avançar em algumas agendas importantes, como a concessão do benefício Yanapay, destinado a 13,5 milhões de pessoas em situação de pobreza; o lançamento da Segunda Reforma Agrária; o aumento do salário mínimo; e a aceleração do programa de vacinação. Tais medidas são fundamentais para o país, que possui mais de 70% da população trabalhadora na informalidade, altos índices de pobreza e desigualdade e a mais elevada taxa per capita de mortes por covid-19 do mundo, enfrentando no momento a terceira onda da pandemia com a disseminação da variante Ômicron.

Racismo como política de governo na República Dominicana

Henrique Fonseca Correia¹

A investigação jornalística que denunciou diversos mecanismos de evasão tributária por meio de paraísos fiscais, conhecida como *Pandora Papers*, gerou grande expectativa sobre seus desdobramentos. Dentre os principais nomes afetados, encontra-se o de Luis Abinader, presidente da República Dominicana. Apesar da grande repercussão da investigação, sobretudo na América Latina, o chefe de governo dominicano ainda não precisou enfrentar nenhuma consequência mais severa além da contestação de sua imagem política. A oposição partidária do *Partido de la Liberación Dominicana* (PLD) e organizações sociais pediram explicações mais aprofundadas, para além das declarações oficiais feitas pela presidência de que todo trâmite tributário exercido por Abinader se encontra em regularidade. O chefe da comunicação do governo e o *Partido Revolucionario Moderno* (PRM), corroboram com tal posicionamento. O partido chegou a atacar a oposição, travando um embate político acerca de sua corrupção. Para o *Movimiento Socialista de Trabajadoras y Trabajadores de la República Dominicana* (MST), considerando a fraca oposição no Congresso e a inatividade do sistema de justiça frente ao caso, o governo vem executando uma estratégia de desvio de atenção (de outras temáticas contestáveis, como aumento dos preços, tarifa elétrica, aliança com a Barrick Gold, cortes na saúde e educação) através de medidas polêmicas e que mobilizam a atenção primária de sua oposição, tal como no campo da migração e da saúde.

Ainda nos últimos dias de setembro, o *Consejo Nacional de Migración*, liderado pelo presidente da República, anunciou o aumento do rigor das políticas imigratórias ao enfatizar a necessidade de se fazer valer as leis nacionais sobre o tema. Isso significaria, segundo o anúncio, a imposição de um prazo de três meses para que as empresas que contassem com mão de obra indocumentada regularizassem seu plantel, estando sujeitas a multas que poderiam chegar a trinta salários mínimos. Outras medidas, como a criação de forças tarefas nacionais para a fiscalização de imigrantes indocumentados e a adoção de uma política que impede mulheres grávidas há mais de seis meses de ingressarem no país, ganharam destaque. A justificativa do governo alega a soberania nacional na decisão de quem imigra para o seu território, e enxerga as medidas como necessárias, uma vez que estaria ocorrendo uma sobrecarga no sistema econômico e nas finanças públicas dominicanas. As autoridades alegam que o país caribenho não pode e não tem condições de arcar com a crise haitiana, mobilizando em conjunto um pedido de ajuda internacional.

No entanto, é justamente a crise humanitária em que se encontra a população haitiana, como já abordado em edições anteriores do Comunica, que torna tais medidas cruéis e vão de encontro aos direitos humanos, de acordo com diversas organizações sociais, tal qual MST, *Coordinadora Popular Nacional, Militancia Revolucionaria Socialista* (MRS), *Mujeres Socio Políticas Mamá Tingó*, entre outras. A declaração unitária divulgada pelo MST e assinada por mais de vinte e cinco organizações nacionais, haitianas e internacionais no dia 16 de novembro aponta para o caráter racista e xenofóbico das políticas adotadas pelo governo dominicano. As organizações denunciam a perseguição sofrida por comunidades do país vizinho após o anúncio do final de setembro, antes mesmo que se terminasse o período de três meses para a regularização dos vínculos empregatícios sem visto de trabalho. Segundo as mesmas, o governo não teria criado canais que possibilitasse tal regularização; pelo contrário, deportou milhares de haitianos, suspendeu vistos universitários e desincentivou

¹Bacharel em Ciência Política pela Unirio. Mestre em Sociologia pela UFF. Doutorando em Ciências Sociais pelo CPDA - UFRRJ. Bolsista CAPES. Email: henriquefc@gmail.com

empresários a contratarem mão de obra estrangeira. Tais formas de perseguição reforçaram aquelas implementadas desde o começo de 2021, como a aplicação de multa àqueles que fornecessem transporte ou moradia a imigrantes sem visto, a declaração de construção de um muro de 190 quilômetros na fronteira entre os países e a suspensão do pagamento de pensões a canavieiros (de grande contingente de haitianos).

No dia 18 de outubro, centenas de canavieiros protestaram em frente à *Dirección General de Migración y Pasaportes*, liderados pela *Unión Nacional de Trabajadores Cañeros* (UTC). Os manifestantes repudiaram as políticas migratórias adotadas pelo governo, e demandaram o pagamento de suas devidas pensões e a estadia permanente a mais de 2000 imigrantes trabalhadores da cana de açúcar. Seus líderes denunciaram que a maioria dos haitianos não estão sendo incluídos nos programas de regularização migratória e exigem que o prazo para tal processo seja de seis meses. Argumentam, ainda, que tal regularização é responsabilidade do Estado dominicano, e os imigrantes não podem ser penalizados, tal qual estão sendo as mulheres haitianas grávidas. O governo Abinader passou a exigir que mulheres “visivelmente” grávidas há mais de seis meses só poderiam adentrar o país caso possuíssem um seguro internacional e uma comprovação de estabilidade financeira. Diversas organizações sociais e profissionais da saúde criticaram a medida, uma vez que tais requisitos são inalcançáveis para a maioria das mulheres. Somada à medida de não atendimento hospitalar a imigrantes indocumentados, a política dominicana vem produzindo a deportação de centenas de mulheres grávidas e o aumento da violência e da corrupção na fronteira, especialmente pela discricionariedade propiciada pela lei.

A situação migratória tende a se tornar ainda mais dramática considerando o estabelecido pela sentença 168/13 do Tribunal Constitucional, que estabeleceu, em 2013, de forma retroativa, que só poderiam ser considerados dominicanos aqueles que nascessem no país filhos de dominicanos ou de imigrantes em situação regular. A decisão fez com que centenas de milhares de pessoas passassem ao *status* de apátridas.

O governo Abinader toma por justificativa das restritivas medidas migratórias a narrativa de que o país está arcando com o “peso” da crise haitiana, como com a sobrecarga causada no sistema de saúde, que destina 40% de seus recursos à população do país vizinho, tal qual propagam apoiadores do governo. Contudo, o MST destaca que, segundo os próprios dados oficiais, a população imigrante como um todo é responsável por menos de 10% dos serviços prestados na área da saúde, sem considerar ainda que os gastos neste setor envolvem em grande parte recursos destinados à infraestrutura e outros setores impossíveis de associar à determinada população. Tal linha de raciocínio também é contestada pelo movimento ao se considerar que a população imigrante é responsável por mais de 9% da produção do PIB nacional, e o país vizinho é um dos poucos em que a República Dominicana mantém uma balança comercial favorável.

No dia 7 de dezembro, foi entregue ao Ministério das Relações Exteriores uma carta assinada por mais de 600 organizações e ativistas de 28 países contestando a política migratória dominicana. Em 18 de dezembro (dia internacional do migrante), uma delegação da *Unidad contra el Fascismo y el Racismo* (UCFR) entregou o documento na embaixada dominicana da Catalunha. Em 21 de dezembro, militantes do partido *Izquierda Socialista* (IS) protestaram em frente à embaixada dominicana em Buenos Aires. Até o final do mês, nenhuma resposta oficial havia sido dada. O documento demanda a revogação de tais medidas e denuncia tanto a política racista e xenofóbica do governo Abinader, que já ameaçou utilizar o exército para atacar comunidades imigrantes, quanto a aliança entre a polícia nacional e grupos de extrema direita.

No dia 8 de novembro, manifestantes nacionalistas protestaram contra o direito dos haitianos

de se manifestarem em frente ao Palácio Nacional e em favor das políticas migratórias do governo Abinader. De acordo com suas lideranças, a comunidade estrangeira só poderia expressar suas demandas para sua respectiva embaixada. Para a manhã do mesmo dia, estava convocado um protesto contrário às políticas migratórias organizado pelo MST, UTC e Haitiano RD. Contudo, os manifestantes foram interceptados pela polícia nacional quando estavam a caminho do Palácio Nacional, sob alegações de que se evitasse confronto violento com o grupo nacionalista. Os líderes decidiram não prosseguir devido à elevada idade de muitos canavieiros. Em entrevista no local, líderes sociais denunciaram a estratégia do governo em mobilizar essas medidas para que se desviasse a atenção dos aumentos de preço de combustível e alimentos, da discussão sobre o código penal, do corte de verbas para saúde e educação, dos *Pandora Papers*, entre outros temas. Ademais, convocaram a sociedade a endossar a luta dos haitianos.

Diversas organizações sociais marcharam no dia 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher, contra todo tipo de violência, inclusive a do Estado. As manifestantes denunciaram as práticas machistas e racistas do governo para com as mulheres haitianas e exigiram educação laica e científica, acesso a contraceptivos, atenção à mortalidade materna e infantil, entre outras pautas. A questão do aborto e o posicionamento contrário do governo na discussão do código penal foi destaque na manifestação, assim como a reincorporação no código da proteção às pessoas discriminadas por sua sexualidade ou identidade.. Estima-se que, no ano de 2021, pelo menos 81 mulheres foram vítimas de feminicídio.

Milhares de pessoas saíram às ruas no dia 5 de dezembro para protestar por melhores condições de saúde pública. O protesto pacífico foi organizado pela *Alianza por el Derecho a Salud* (ADESA). Dentre as pautas abordadas, se repudiou a política de não atendimento médico aos haitianos e a gestão que prioriza o investimento nas *Administradoras de Riesgos de Salud* (ARS) como forma de terceirização do serviço público. A ADESA propôs um pacto de reformulação institucional do sistema de saúde, aumentando de forma gradual o investimento no setor, de maneira que em quatro anos se alcance 4,5% do PIB, diferente dos menos de 2% atuais. A redução de verbas no setor é grave considerando a incidência da pandemia e poderá chegar a 16% em 2022. O protesto de primeiro de dezembro da *Red de Personas Viviendo con VIH* (REDOVIH) pela falta de medicamento no tratamento do HIV, ajuda a demonstrar a gravidade da crise sanitária.

No dia 29 de outubro, se realizou um protesto encabeçado pelo movimento *Coordinadora Popular Nacional* em frente à *Corporación Dominicana de Empresas Eléctricas Estatales* (CDEEE) contra o aumento na tarifa elétrica e a privatização de hidroelétricas. Os líderes caracterizaram o aumento tarifário como cruel, sobretudo em momento de crise. Outro tema central da manifestação foi a contestação da falta de nitidez dos valores pagos no processo de construção da termoelétrica Punta Catalina, ao invés de traçar planos para sua privatização. O movimento alega que há uma estratégia do governo de acobertar casos de corrupção das empresas Odebrecht, Acero Estrella e Tecnimont. Por fim, os manifestantes também contestaram a mega exploração mineira por empresas transnacionais, em especial a Barrick Gold.

As marés de resistências seguem em movimento: Uruguai no último trimestre de 2021

Alyssa Ribeiro Perpeto Trotte¹

No decurso do último trimestre de 2021, as mobilizações populares prosseguiram firmemente atuantes na cena conjuntural do Uruguai. Neste período, os números das infecções de covid-19, que haviam apresentado declínio no período entre julho, agosto e setembro, voltaram a bater altas significativas nos marcadores do Ministério da Saúde (MSP). Segundo o relatório diário do Sistema Nacional de Emergência, publicado na última sexta-feira de dezembro, 21.321 testagens foram realizadas ao longo do mês de dezembro, das quais 1.725 indicaram novos casos de infecção, mais do que o dobro de casos verificados no trimestre anterior. Entre os casos positivos, a maior incidência continuou concentrada em Montevideo (903). De acordo com os dados fornecidos pelo MSP, até dezembro de 2021 o Uruguai seguia com 8.252 casos ativos de covid-19 e contava com 77% da população vacinada com esquema vacinal completo. O país encerrou o último trimestre do ano com altas relativas e resultados que apresentaram uma ascensão de infecções em todo o território.

No dia 10 de outubro, as ruas foram tomadas pela marcha por “La salud mental, desmanicomialización y vida digna”. Em sua 10ª edição, coletivos e grupos sociais levantaram cartazes com as frases “*manicómios nunca más*” e “*se va a acabar el manicómio en Uruguay*”. Além do tradicional protesto de rua, a organização *Coordinadora* também desenvolveu campanhas envolvendo atividades educativas para conscientização populacional, bem como a utilização de instrumentos de percussão e canto. Com uma década de lutas para a despatologização da loucura, a exigência de a saúde ser tratada como um direito e não como um serviço reafirma o que Mariana Olivera, integrante do movimento, ressalta sobre a loucura ter conexão direta com “injustiça, pobreza de todos os tipos e grandes ausências”. O principal foco da marcha foi a reivindicação da implementação da *Ley de Salud Mental*, ou lei nº 19.529, vigente desde 2017, que delibera acerca da modificação do sistema de saúde e do encerramento de manicômios até o ano de 2025, que vem sendo ameaçada pelo atual governo.

Com grande desempenho de trabalho de base, a *Coordinadora Popular y Solidaria* (CPS), responsável pela campanha Resistência Solidária, se tornou crucial na luta e na promoção da segurança alimentar, bem como no combate às desigualdades sociais vigentes. De acordo com os dados levantados pela própria *Coordinadora*, existem, ao menos, 250 *ollas populares* atuantes no território uruguaio. Estima-se que, até outubro de 2021, a *Coordinadora* tenha entregado mensalmente de 262.740 a 347.200 porções de alimentos. Em Montevideo, capital do país, 56.250 pessoas dependem do trabalho das *ollas* e de *merenderos* para alimentar-se diariamente. Com aumento de 18% de demandas por comida, verifica-se que o direito à alimentação continua sendo cerceado e preterido pelo Estado. Com a consigna “*Basta de negociar con el hambre*”, o dia 15 de outubro foi marcado pela mobilização frente ao Ministério de Desenvolvimento Social, com o objetivo de cobrar respostas das autoridades pela deterioração das condições de vida do povo uruguaio e denunciar, uma vez mais, o escalonamento da insegurança alimentar.

Os movimentos de mulheres continuaram a compor uma grande força combativa no território uruguaio este trimestre. No dia 10 de novembro, coletivos feministas se concentraram na Plaza Independencia, em defesa da *Ley de Interrupción Voluntaria del Embarazo* (IVE), legalizada desde 2012. A IVE foi promulgada como resultado de uma longa batalha do movimento feminista, que

¹Mestranda em Relações Internacionais pelo PPGRI-UERJ. Pesquisadora do NETSALe do Observatório Feminista de Relações Internacionais (OFRI). Email: alyssatrotte@icloud.com

tornou possível a realização do aborto em até 12 semanas de gestação. Ainda que o direito legal ao aborto esteja prescrito por uma década na lei uruguaia, o atual governo de Lacalle Pou tem realizado esforços para diminuir este acesso a pessoas com útero. As hashtags *#LaIVESeDefiende* e *#LaIVENoSeToca* foram levantadas para cobrar a implementação respeitosa e completa da lei, bem como contestar a empreitada presidencial de interferir no andamento da IVE visando a pressão e, conseqüentemente, o desencorajamento de abortos. Os dados mais atuais do MSP apontam que os níveis de realização de abortos estão bem mais abaixo do que inicialmente previsto. Ao mesmo tempo, com a aprovação da IVE, a Organização Panamericana de Saúde identificou que as mortes por aborto como causa de mortalidade materna diminuíram de 37,5% (2001-2005) para 8,1% (2011-2015).

As movimentações feministas neste trimestre também protagonizaram duas outras marchas de suma importância: a convocação do *Alerta Feminista* e o *Dia Internacional de La No Violencia Contra la Mujer*. Concentrando um total de 30 feminicídios contabilizados em 2021 até o mês de dezembro, de acordo com o meio de comunicação *MediaRed*, o *Alerta Feminista* foi convocado. Pela memória das mulheres assassinadas no ano de 2021 e por todas as outras que, infelizmente, perderam sua vida pela violência machista patriarcal, o dia 25 de novembro (25N) foi marcado pelas palavras de ordem “*Oceanos de violencias, mareas de resistencias*” e “*Vivas nos queremos*”. Neste período, o país foi tomado por marchas e protestos de rua pela erradicação da violência de gênero, pelo compromisso das instituições de garantir igualdade, equidade e justiça social, e pela exigência de uma lei que garanta a proteção de mulheres cis e trans. O coletivo feminista *Pan y Rosas Uruguay*, declarou, em nota oficial, que “o movimento de mulheres vem denunciando as deficiências e irregularidade do Estado ao lidar com esta problemática; seguimos aguardando pela implementação de uma lei que nos ampare”.

No dia 27 de novembro, o Uruguai reviveu parte importante de sua história: o marco de 38 anos do ato realizado em Obelisco pelo fim da ditadura. Conhecida como *Rio de Libertad*, ocorrido em 1983, a manifestação contou com mais de 400.000 mil pessoas nas ruas em favor da democracia. Reconhecido como um dos atos mais importantes da história do Uruguai, Álvaro Rico, pesquisador e especialista no período histórico em questão, afirma que o ato foi “marco fundamental no processo de transição da ditadura para a democracia”. Em 2021, militantes e acadêmicos relembrou os 38 anos do ato através de relatos e postagens nas redes individuais e de coletivos.

Na reta final do ano, a notícia da possibilidade de concessão de prisão domiciliar a réus e condenados com mais de 65 anos, projeto de lei proposta por Cabildo Abierto e que beneficiaria mais de 20 repressores condenados por crimes durante a ditadura, impulsionou uma série de iniciativas e mobilizações sociais, sendo a principal delas fomentada pelas *Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos* e pelo *Plenario Intersindical de Trabajadores – Convención Nacional de Trabajadores (PIT-CNT)*. Com o grito unívoco “*Contra la prisión domiciliar a los genocidas*”, verdade, memória e justiça foram evocadas em respeito a todas as pessoas desaparecidas, violadas, torturadas, assassinadas, bem como a seus respectivos familiares. O Uruguai não esquecerá e a história não será reinterpretada para justificar os crimes ocorridos.

No encerramento deste trimestre, a Corte Eleitoral uruguaia confirmou que as assinaturas para realização do referendo contra a *Ley de Urgente Consideración (LUC)*, explicada previamente na VI edição do *Comunica América Latina*, foram obtidas. Com 671.544 assinaturas contabilizadas pela justiça eleitoral para viabilizar o referendo, a *Comisión por el Sí* informou que a porcentagem de 25%, estabelecida como necessária, foi alcançada. As campanhas e mobilizações nas redes sociais continuam a ser marcadas pelas mais diversas hashtags, como: *#VotaSí*; *#NoALaLuc*; *#YoVotoNo*; e *#LaLUCNoSeDeroga*. O referendo ainda continua tendo prazo previsto para março, mas sem data

específica.

O retorno ao *status quo* na política venezuelana e a direitização da economia

Jefferson Nascimento¹

As negociações no México entre o governo venezuelano e a oposição, que relatamos na edição anterior do Comunica América Latina, foram interrompidas depois da extradição de Alex Saab para os Estados Unidos no dia 16 de outubro. Saab é um empresário colombiano que representava o governo venezuelano em uma missão diplomática em Cabo Verde, quando, no dia 12 de junho de 2020, foi preso pela Interpol. Procuradores estadunidenses acusam o empresário de desviar 350 milhões de dólares da Venezuela, como parte de um esquema de propina. Em retaliação à extradição, que Nicolás Maduro denomina de “sequestro”, o governo decidiu se retirar da mesa de diálogo com a oposição. Especula-se que a transferência de Saab para os Estados Unidos neste momento é uma estratégia da Casa Branca para frear o avanço das negociações mediadas pela Noruega; além disso, o empresário vem exercendo um papel importante para conseguir driblar parte das sanções e importar produtos essenciais para o país. Com isso, mais uma vez, uma tentativa de resolver a crise política venezuelana de forma pacífica acaba sendo frustrada.

Outro evento importante para testar a força do governo e da oposição nessa eterna queda de braço, foram as eleições para governadores e prefeitos, ocorridas no dia 22 de novembro. Pela primeira vez em quatro anos, os principais partidos da oposição decidiram suspender o boicote e participaram do processo eleitoral; contudo, a falta de coesão dos diferentes grupos opositores facilitou a vitória do partido governista, o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), em 20 dos 23 estados e em 205 das 322 prefeituras em disputa. Mais de 130 observadores internacionais estiveram presentes no dia do pleito, que teve 58,2% de abstenção. A líder da missão organizada pela União Europeia, Isabel Santos, declarou não ser possível atestar se as eleições foram livres e justas, mas que o resultado era tecnicamente confiável.

Entretanto, algumas denúncias de irregularidades vieram à tona. Quatro dos casos mais polêmicos foram os das eleições para prefeito nos municípios de Jesús María Semprún, localizado no estado de Zulia, e de Santa Rosalía, localizado no estado da Portuguesa, e para governador nos estados de Barinas e de Apure. Em todos esses casos, houve mobilizações nas ruas contestando os resultados. Em Barinas, por exemplo, onde o candidato do PSUV estava prestes a ser derrotado, o Tribunal Supremo de Justiça decidiu impugnar a candidatura de Freddy Superlano (aliado de Juan Guaidó), que liderava a contagem dos votos, por conta de uma investigação da Controladoria Geral da República que apontava ilegalidades cometidas por Superlano em administrações anteriores. Com isso, uma nova votação ocorrerá em janeiro de 2022. Em Apure, por sua vez, o resultado foi mantido, mas as manifestações sofreram uma violenta reação da Guarda Nacional.

A repressão das forças de segurança, a propósito, é constantemente questionada por entidades da sociedade civil. Este trimestre, no entanto, um fato inédito chamou a atenção da opinião pública e gerou novos protestos na capital federal e na capital do estado de Carabobo. A Venezuela se tornou o primeiro país da América Latina alvo de investigação do Tribunal Penal Internacional por supostos crimes cometidos contra a humanidade por parte do Estado, durante a onda de protestos de 2017, que provocou a morte de 155 pessoas. Parentes das vítimas e ativistas de direitos humanos aproveitaram a visita a Caracas do procurador-chefe do Tribunal, Karim Khan, no final de outubro, para realizar uma série de manifestações.

No dia 10 de dezembro, as reivindicações por justiça para as vítimas de 2017 foram

¹Doutorando e mestre em Ciência Política pelo Iesp-Uerj, membro do Núcleo de Teoria Social e América Latina (NETSAL) e do Observatório Político Sul-Americano (OPSA). Email: jeffersonlnascimento@iesp.uerj.br.

reforçadas, com a organização de protestos que se espalharam por, pelo menos, quatro estados. Isso porque, naquela data, foi celebrado o 73º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Diversas organizações da sociedade civil fizeram parte das mobilizações.

Um dos setores mais afetados pelo desrespeito aos direitos humanos são os detentos. A crise dos presídios continua intensa, em decorrência, sobretudo, das condições subumanas a que está submetida a população carcerária – dentre a qual, mais da metade sofre de insegurança alimentar, já que o Estado não se responsabiliza pelo fornecimento da comida – e da lentidão no julgamento dos processos. No estado de Mérida, mais de 600 presos anunciaram que iriam entrar em greve de fome, e parentes dos detentos protestaram em frente ao local para pressionar as autoridades. No dia 8 de novembro, contudo, a diretora responsável pelo presídio negociou com os presos, chegando a um acordo, o que fez com que a greve de fome não chegasse de fato a ocorrer.

Outro setor da população venezuelana historicamente marginalizado são os indígenas, que no dia 12 de outubro celebram o Dia da Resistência Indígena. Todavia, o clima não foi de comemoração. Apesar de a constituição vigente incorporar um conjunto de direitos dos povos originários, o processo de demarcação de suas terras está paralisado, o que vem sendo constantemente questionado por movimentos sociais como a *Organización Indígena del Pueblo Uwottuja del Sipapo* (OIPUS) e a *Ye'kwana y Sanema del Alto Ventuari* (KUYUNU). Essa indefinição coloca tais grupos em posição bastante vulnerável frente à defesa de seus territórios, cuja biodiversidade vem sendo fortemente afetada pela expansão do extrativismo.

Os problemas socioambientais, entretanto, não atingem apenas as regiões mais distantes dos grandes centros. Em Caracas, no dia 24 de outubro, houve protestos contrários ao projeto governamental de construir uma “cidade comunal” no local onde fica o parque *El Ávila*. Segundo ecologistas e vizinhos da região, o parque é um símbolo dos caraquenhos e o projeto traria implicações socioambientais, por incentivar a construção de mansões no local. Na contramão dessa iniciativa, ONGs se uniram para realizar uma caminhada em rechaço à derrubada de árvores que vem acontecendo não apenas na capital federal, mas também em outros municípios dos estados de Miranda e de Carabobo. O objetivo da mobilização, ocorrida no dia 27 de novembro, era conscientizar os transeuntes sobre a importância de se preservar o meio ambiente e plantar árvores em diferentes pontos das cidades.

Por fim, cumpre registrar que diversos protestos reivindicando melhorias em questões de ordem socioeconômica e sanitária, como relatado em edições anteriores, continuaram a ocorrer neste trimestre. Docentes, estudantes, profissionais da saúde, funcionários públicos, trabalhadores do setor petrolífero, camelôs, entregadores de aplicativos, aposentados, dentre outras categorias, se concentraram nas ruas em diferentes partes do país demonstrando repúdio pela degradação das condições de vida. O acesso a água, combustível e vacinação também continua sendo um dos principais problemas cotidianos enfrentados.

Todas essas dificuldades são reflexo da crise econômica que assola o país. Em 2021, a Venezuela se tornou o país mais desigual da América Latina, com um índice de pobreza extrema superior a 70%. Como tentativa de driblar os efeitos perversos das sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos e pela União Europeia, o governo Maduro vem adotando um conjunto de medidas de liberalização da economia, como a dolarização parcial; a transferência de ativos do Estado para o mercado por meio de privatizações, que ocorrem de forma pouco transparente; e a expansão da fronteira extrativista com participação reduzida do Estado na captação de renda. Tais medidas parecem indicar um distanciamento do governo Maduro em relação à agenda de esquerda anti-neoliberal defendida pelo chavismo até então e que, possivelmente, resultarão no aprofundamento do

abismo entre ricos e pobres.

**TEXTOS
TRANSVERSAIS**



Introdução

O movimento por direitos reprodutivos e sexuais das mulheres na América Latina passa por um momento empolgante de descriminalizações e legalizações do aborto. Em 2020, na madrugada do penúltimo dia do ano, após uma luta feminista de décadas¹, a Argentina deu o primeiro passo para a correção de injustiças que envolvem a restrição do acesso ao procedimento: se tornou o sexto² país latino-americano a legalizar a interrupção voluntária da gravidez em todo o seu território até a 14^a semana de gestação.

Os lemas repetidos por feministas ao longo do ano em que o aborto foi legalizado — como “é urgente, aborto legal 2020” — se tornaram realidade um pouco antes do aniversário de 100 anos da legislação antiga, que foi debatida e votada somente por homens e entrou em vigor 30 anos antes de que as mulheres pudessem votar pela primeira vez no país. Tal legislação reconhecia apenas duas hipóteses de exceção para realizar o procedimento: em caso de risco de vida da gestante e de estupro (ALCARAZ, 2019). Tal conquista argentina inundou a América Latina com esperança e potência feminista, e a maré verde³ se espalhou.

Em abril de 2021, a Corte Constitucional do Equador descriminalizou, em decisão histórica, o aborto em qualquer caso de estupro, e não apenas estupro de uma mulher com deficiência mental (FERNÁNDEZ, 2021). Cinco meses depois, foi a vez de o México – país que tem a segunda maior população católica do mundo – dar um importante passo em prol dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, com a Suprema Corte declarando, no dia 7 de setembro de 2021, inconstitucional a criminalização do aborto no país⁴ e anulando, portanto, a pena de prisão para as mulheres que interrompem a gravidez por escolha própria (BARRAGÁN; BREÑA, 2021).

No mesmo mês, especificamente no dia 28 de setembro, Dia Latino-Americano e Caribenho pela Descriminalização e Legalização do Aborto, e também Dia de Ação Global pelo Aborto Legal e Seguro, a Câmara dos Deputados chilena aprovou o projeto de lei que permite a interrupção da

¹ Bacharela em Relações Internacionais pela UFRJ, pesquisadora do Observatório Feminista de Relações Internacionais (OFRI). Email: fontes.soares.giovanna@gmail.com

¹ Para saber mais, acesse: <https://ofri.com.br/argentina-e-brasil-a-questao-do-aborto-e-os-direitos-reprodutivos-das-mulheres/>

² Antes de a Argentina legalizar o aborto, apenas Cuba, Guiana, Guiana Francesa, Porto Rico e Uruguai tinham o procedimento legalizado na América Latina.

³ Denominação dada aos movimentos feministas que lutam pelos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres em todos os países latino-americanos. O verde é em referência aos lenços (*pañuelos*) de origem argentina, simbólicos desta luta.

⁴ No México, a interrupção voluntária da gravidez era regulada no âmbito estadual. Nesse sentido, a capital e os estados de Oaxaca, Hidalgo e Veracruz já tinham a prática descriminalizada. Para saber mais, acesse: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-09-07/mexico-descriminaliza-o-aborto-apos-decisao-judicial-historica.html>

gravidez até a 14^a semana, enquanto aconteciam manifestações pelo direito ao aborto legal e seguro em todo o continente. Os protestos foram em El Salvador, onde o aborto é totalmente proibido, sem exceções, passando pela Venezuela, onde só é permitido quando a gravidez representar risco eminente para a vida da gestante, até o Chile, onde se aguardava o resultado da votação do Congresso (GONÇALVES *et. al*, 2021). Nesse contexto de onda verde, o presente ensaio tem como objetivo analisar, ainda que brevemente, o histórico da questão do aborto e da luta feminista por sua legalização na América Latina.

O histórico do aborto e da luta feminista latino-americana por sua legalização

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), 95% de todos os abortos praticados em situação de risco acontecem em países em desenvolvimento que mantêm leis restritivas contra o aborto. Nesse sentido, apesar da proibição total ou parcial do aborto nas legislações da maioria dos países latino-americanos, as pessoas com capacidade de gerar filho continuam recorrendo a essa prática.

Dessa forma, a proibição de abortar não faz com que essas intervenções diminuam, mas leva as mulheres a recorrerem a métodos clandestinos e, muitas vezes, inseguros. De acordo com a OMS, a cada ano, mais de quatro milhões de mulheres se submetem a abortos clandestinos na América Latina e, de acordo com um estudo publicado no *International Journal of Obstetrics & Gynaecology*, pelo menos 10% das mortes maternas na América Latina e no Caribe se devem a abortos inseguros. Além disso, a cada ano, 760.000 mulheres na região recebem tratamento por complicações derivadas de intervenções clandestinas (FONTES, 2021). Como bem ressalta Chiparrone (2018):

nos cenários mais restritivos, o aborto passa a ser um recurso para as mulheres com maior poder econômico, que têm as melhores chances de superar os impedimentos legais; enquanto as mulheres pobres vão colocar suas vidas em risco como consequência da interrupção de uma gravidez indesejada. Ou, como é o caso em nossa região da ALC, elas também colocam em jogo sua própria liberdade pessoal como resultado da criminalização absoluta do aborto que se traduz em sentenças judiciais que impõem penas de longo prazo (CHIPARRONE, 2018, p. 201, tradução nossa⁵).

É evidente que o aborto é uma questão de saúde pública, mas a tarefa de falar sobre essa temática nem sempre é fácil, pois reacende debates éticos, filosóficos, morais e religiosos. De acordo com Marta Lamas (2008):

⁵ Tradução de: “en los escenarios más restrictivos, el aborto se convierte en un recurso para las mujeres con mayor poder económico, que son quienes tienen más posibilidades de sortear los impedimentos legales; en tanto que las mujeres pobres van a poner en riesgo sus vidas como consecuencia de la interrupción de embarazos no deseados. O bien, como sucede en nuestra región de LAC, también ponen en juego su propia libertad personal a raíz de la penalización absoluta del aborto que se traduce en sentencias judiciales que les imponen penas de larga duración.”

é importante lembrar que ninguém é “a favor” do aborto: todos nós desejamos que nenhuma mulher realize um aborto. Mas sim, alguém pode ser “a favor” de uma melhor gestão dos abortos realizados, que elimine os problemas de justiça social e de saúde pública, e favoreça uma educação que previna a repetição desse comportamento (LAMAS, 2008, p. 90, tradução nossa⁶).

No entanto, como já visto, a prática clandestina do procedimento, que já é antiga, representa diversos riscos à saúde das mulheres, sendo um dos principais catalisadores das mortes maternas em todo o mundo. Nesse contexto, a possibilidade de ter informação e recursos para a interrupção voluntária da gravidez está diretamente ligada a melhores índices de saúde. Ademais, o avanço de governos conservadores e da maior influência política de movimentos fundamentalistas, como acontece em certos países da América Latina e Caribe, gera maior vulneração de direitos, maior taxa de mortalidade por abortos inseguros e de partos forçados (FONTES, 2021). Nesse sentido, no entender de Aras e Gonzaga (2015):

é preciso retornar à segunda onda feminista, reivindicando que o pessoal é político, colocando em questão que enquanto houver discursos conservadores e fundamentalistas que insistem em vincular sexualidade à reprodução e mulheres à maternidade, de modo determinista e naturalizado, cabe ao feminismo atuar para romper com essas correntes ideológicas e opressivas (ARAS; GONZAGA, 2015. p. 22).

Além disso, segundo Lamas (2008),

além de ser uma questão de saúde pública e justiça social, o acesso a uma interrupção segura é um problema democrático: no direito de decidir, se encontram presentes os princípios políticos de uma democracia pluralista moderna e a não satisfação da reivindicação para descriminalizar o aborto não só causa morte e sofrimento; também alimenta o desencanto de milhões de mulheres latino-americanas com os processos democráticos em seus países (LAMAS, 2008, p. 89, tradução nossa⁷).

De acordo com Marta Lamas “o direito de decidir sobre o próprio corpo é uma das reivindicações básicas e mais antigas do movimento feminista e, desde seu ressurgimento nos anos 1970, está associada ao aborto” (2008, p. 66, tradução nossa⁸). Segundo Aras e Gonzaga (2015), a segunda onda do feminismo trouxe para o debate a questão dos direitos ao corpo e ao livre exercício

⁶ Tradução de: “es importante recordar que nadie está “a favor” del aborto: todas las personas deseamos que ya nunca ninguna mujer se realice un aborto. Pero sí se puede estar “a favor” de un mejor manejo de los abortos realizados, que elimine los problemas de justicia social y salud pública, y favorezca una educación que prevenga la repetición de esa conducta.”

⁷ Tradução de: “más allá de ser meramente una cuestión de salud pública y de justicia social, el acceso a una interrupción segura es un problema democrático: en el derecho a decidir se encuentran vivos los principios políticos de una democracia moderna pluralista y la no satisfacción de la reivindicación de despenalizar el aborto no sólo causa muertes y sufrimientos; también nutre el desencanto de millones de latinoamericanas con los procesos democráticos en sus países.”

⁸ Tradução de: “el derecho a decidir sobre el propio cuerpo es una de las demandas básicas y más antiguas del movimiento feminista y, desde su resurgimiento en la década de 1970, ha estado asociada al aborto”.

da sexualidade para as mulheres. Entre os temas de destaque, as feministas pautaram a defesa da interrupção voluntária da gravidez como um direito das mulheres que deveria ser garantido pelo Estado e levaram a discussão dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres para o campo internacional ao incluir essas pautas na agenda da Organização das Nações Unidas. Com o passar dos anos, a temática solidificou-se como pauta internacional dos Direitos Humanos e, atualmente, a descriminalização do aborto é uma sugestão a todos os países que ainda mantêm a prática criminalizada. Na América Latina,

as feministas propuseram a interrupção de uma gravidez indesejada de várias perspectivas (...). Apesar da contundência de seus argumentos, foram ignoradas por seus governos e até as acusaram de retomar a uma demanda do primeiro mundo, alheia à realidade latino-americana (LAMAS, 2008, p.66, tradução nossa⁹)

Apesar do êxito obtido em grande parte da Europa, o avanço dessa discussão foi contido nos países latino-americanos devido à predominância dos governos ditatoriais nas décadas seguintes à Segunda Guerra, que dificultaram a organização dos movimentos políticos e sociais, inclusive o movimento feminista e suas pautas de liberação do corpo e da sexualidade feminina. Com a redemocratização, as mulheres latino-americanas e o movimento feminista, que têm protagonizado as principais batalhas pela conquista dos direitos sexuais e reprodutivos em seus países e com trajetórias marcadas por resistência, colocaram em pauta novamente a questão do aborto, rompendo com uma estrutura secularmente colonialista, racista, misógina e homofóbica, uma vez que

as mulheres latino-americanas são historicamente afetadas por múltiplas estruturas de opressão, considerando racismo, o processo de colonização territorial e cognitivo e a exploração histórica das riquezas nacionais por países colonizadores, que operam concomitantemente, mas de formas distintas (ARAS; GONZAGA, 2015, p. 3).

Além disso, para articular a luta dos países da América Latina e do Caribe pelos direitos reprodutivos e sexuais, em especial a descriminalização do aborto, instituiu-se o dia 28 de setembro como o Dia Latino-Americano e Caribenho pela Descriminalização do Aborto, a partir da Declaração de San Bernardo. A data foi pensada no V Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, no ano de 1990, na cidade argentina de San Bernardo, no qual mulheres feministas vindas de diversos países discutiram sobre as consequências da criminalização do aborto para mulheres latino-americanas, principalmente os altos índices de mortalidade materna no continente (ARAS; GONZAGA, 2015; ALCARAZ, 2019). A data foi uma sugestão das brasileiras, pois coincidia com

⁹ Tradução de: “las feministas han planteado la interrupción de un embarazo no deseado desde diversas perspectivas: como un asunto de justicia social, como una cuestión de salud pública y como una aspiración democrática. No obstante la contundencia de sus argumentaciones, han sido ignoradas por sus gobiernos e incluso las han acusado de retomar una exigencia del primer mundo, ajena a la realidad latinoamericana.”

o dia em que, em 1871, fora promulgada no Brasil a Lei do Ventre Livre, norma que considerava livres todos os filhos e filhas de escravas nascidos a partir da promulgação da lei. A Declaração de San Bernardo incentivou a criação de comissões pelo Direito ao Aborto em cada país latino-americano e apoiou as já existentes (ALCARAZ, 2019).

No entanto, mesmo com todo esforço, novos arranjos políticos e disputas de poder contribuíram para que o aborto continuasse sendo considerado crime na maior parte da América Latina. Para Aras e Gonzaga (2015),

a definição do aborto como crime ou como direito é decisiva para pensar o lugar reservado às mulheres nesses países. Enquanto a segunda onda do feminismo reivindicou e conquistou direitos relativos ao corpo e a sexualidade para mulheres de inúmeros países europeus, as mulheres latino-americanas continuaram vivenciando a supressão desses direitos através de discursos simbióticos de feminilidade e maternidade e de manutenção da família tradicional (Mayorga, 2007), o que configura o peso da obrigatoriedade do exercício do papel de mãe/esposa como primordiais, mesmo quando elas ocupam espaços de trabalho, política e ciência (ARAS; GONZAGA, 2015, p.2).

Cabe destacar aqui que a política social na América Latina não era cega quanto ao gênero, mas trabalhava com concepções de gênero advindas das necessidades sociais, que eram familiares, patriarcais e paternalistas. Embora as mulheres tenham obtido acesso à educação e à saúde, bem como ingressado no mercado de trabalho, por amplo consenso, suas principais obrigações estavam dentro da família (MOLYNEUX, 2006). Nesse sentido, “descriminalizar o aborto significaria acabar com a “estrutura de desvantagens” que a maternidade implica como coerção da autonomia pessoal e também como restrição educacional e laboral” (LAMAS, 2008, p. 85, tradução nossa¹⁰).

Aqui ainda cabe ressaltar a influência da Igreja Católica e de paradigmas religiosos na construção de políticas públicas e avanços nos direitos das mulheres (ARAS; GONZAGA, 2015). Isso porque, segundo Miguel (2002), a questão do aborto é percebida como uma questão moral, pré-política, tendendo assim a ser percebida como acessória, específica e com alcance limitado, permanecendo ausente do *mainstream* da teoria política. Conforme o autor, do ponto de vista da reflexão teórica, entende-se que é necessário perceber o direito ao aborto como um problema político com uma centralidade bem maior do que aquela que em geral lhe é atribuída.

Dessa forma, enquanto situado no âmbito “moral”, o aborto tem sido historicamente combatido pela Igreja Católica, uma das principais opositoras das conquistas por direitos reprodutivos e descriminalização do aborto na América Latina (MIGUEL, 2015). Para Ruibal (2014),

nos momentos de construção da redemocratização em diversos países latinoamericanos (Brasil, 1988; Colômbia, 1991; Argentina, 1994) a Igreja esteve presente, buscando

¹⁰ Tradução de: “despenalizar el aborto significaría acabar con la “estructura de desventaja” que implica la maternidad como coerción a la autonomía personal y también como restricción educativa y laboral”.

influenciar na construção das novas constituições através do que se convencionou chamar de lobby católico (RUIBAL, 2014, *apud* ARAS; GONZAGA, 2015, p. 20).

A América Latina e o Caribe estão entre as regiões com legislações mais duras em relação ao aborto, juntamente com a África e o Oriente Médio. Na região, 97% das mulheres vivem sob regras que proíbem ou restringem sensivelmente o procedimento, impedindo a liberdade de escolha (SCHREIBER, 2018). Além disso, mesmo nos casos específicos previstos em lei, uma série de restrições dificulta o acesso das mulheres ao direito à interrupção da gravidez nos países latino-americanos (SAHUQUILLO, 2018). Segundo Norma Graciela Chiapparrone (2018), o avanço ultraconservador relacionado aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres pode ser explicado em grande medida pela força determinante dos grupos evangélicos, de grande e crescente presença na América Latina.

Fica evidente assim a necessidade da existência de um Estado laico que, enquanto tal, não admita imposições religiosas à decisão do cidadão. Desse modo, cabe destacar aqui a atuação da organização “Católicas pelo Direito de Decidir”, criada em 1989 no Uruguai e com uma forte atuação na Argentina, na Bolívia, no Brasil, no Chile, na Colômbia e no México. A organização discorda das propostas do Vaticano sobre o lugar da mulher na Igreja e de suas proibições em relação à sexualidade, à reprodução e ao aborto (LAMAS, 2008). Segundo Aras e Gonzaga (2015, p. 24), o diferencial dessa organização “é questionar a hierarquia da Igreja Católica partindo da própria religião e desestabilizando a ideia de que a interpretação da Bíblia é única.” Além disso, a organização tem sido fundamental para as mulheres de setores populares, pois apesar de serem o setor que mais sofre as consequências da penalização do aborto, raramente reivindicam esse direito justamente por conta do peso simbólico muito forte da Igreja Católica (LAMAS, 2008).

A desigualdade social também define as profundas diferenças de criminalização e do acesso ao aborto seguro e à informação. Superadas apenas pela África Subsaariana, a América Latina e o Caribe são as regiões com as maiores taxas de gravidez entre meninas de 15 a 19 anos. Segundo relatório organizado pela *Lancet Global Health*, uma das renomadas revistas científicas do mundo, nos países em que as leis são mais restritivas e é mais difícil obter medidas anticoncepcionais adequadas e seguras, a proporção de gestações indesejadas que resultam em aborto é alta (FONTES, 2021). Tanto que cerca de 24 milhões de mulheres em idade reprodutiva na América Latina e no Caribe têm uma necessidade não satisfeita de contracepção moderna – aquela não baseada em métodos considerados naturais ou tradicionais –, segundo cálculos da ONU com dados de 2017 (SAHUQUILLO, 2018).

Além disso, a parcela da população feminina que mais sofre com a criminalização do aborto é a que tem menor condição financeira e encontramos, nas situações de aborto entre mulheres negras,

experiências marcadas pela violência racial e de gênero (FONTES, 2021). Segundo Chiapparrone (2018, p. 192), “essas situações as impactam de forma diferenciada dependendo da raça, etnia, religião, escolaridade, nível de renda, entre outros motivos” (tradução nossa¹¹).

Nesse contexto, segundo dados do estudo “*Abortion Worldwide 2017 - Uneven Progress and Unequal Access*” feito pelo *Guttmacher Institute*, a América Latina é a região do mundo com maior número de abortos proporcionalmente. São 44 a cada mil mulheres por ano, enquanto a média global é de 35 a cada mil mulheres. Além da maior frequência, a região também registra a maior proporção de interrupções de gravidez feitas de forma insegura. São 76% do total (FONTES, 2021). Na Conferência Internacional de Monitoramento dos Objetivos do Milênio (2010), “a ocorrência de abortos inseguros foi apontada como a terceira causa dos elevados índices de mortalidade materna, sendo uma sugestão de que os países latinoamericanos e caribenhos revejam as legislações punitivas sobre a prática” (ARAS; GONZAGA, 2015, p. 12). Nos países da Europa Ocidental, as taxas de aborto e mortalidade materna são muito mais baixas onde o aborto é permitido (CHIPARRONE, 2018).

De acordo com Chiapparrone (2018), até o ano de 2018, apenas 12% dos países da América Latina e Caribe possuíam o aborto descriminalizado, contra 15% que criminalizavam totalmente a prática, com leis draconianas. Assim sendo, a legislação sobre o aborto nos 73% dos países restantes tinha o aborto despenalizado parcialmente. Ainda segundo a autora, esses números servem para esclarecer o problema do aborto na região, uma vez que as condições de acesso ao aborto seguro naqueles 73% não são iguais para todas as mulheres, em decorrência dos obstáculos e dificuldades que enfrentam a depender de diversos marcadores sociais. Segundo Marta Lamas (2008, p.70),

(...) mulheres com recursos abortam com segurança no consultório do ginecologista, enquanto outras colocam em risco a saúde e a vida. São justamente as mulheres indígenas, camponesas e trabalhadoras pobres que morrem, são prejudicadas ou vão para a cadeia por abortos ilegais (tradução nossa¹²).

Nesse contexto, para visualizarmos e entendermos melhor o panorama atual da legislação sobre aborto nos países da América Latina, segue uma tabela explicativa:

Tabela 01: Status legal do aborto em países da América Latina

¹¹ Tradução de: “estas situaciones las impactan diferencialmente dependiendo de la raza, etnia, religión, educación, nivel de ingresos, entre otras razones”.

¹² Tradução de: “además de ser un asunto de salud pública, en América Latina el aborto es un problema de justicia social, porque las mujeres con recursos abortan sin peligro en los consultorios de sus ginecólogos, mientras las demás arriesgan su salud y sus vidas. Son justamente las indígenas, campesinas y trabajadoras pobres quienes mueren, quedan dañadas o van a la cárcel por los abortos ilegales.”

<i>Status do aborto</i>	Países da América Latina e Caribe
Amplamente permitido	Argentina, Cuba, Guiana, Guiana Francesa, México, Porto Rico e Uruguai.
Permitido em casos específicos	Belize, Bolívia, Brasil, Chile ¹³ , Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela.
Totalmente proibido	El Salvador, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, República Dominicana e Suriname.

Fonte: Fontes (2021)

Comentários Finais

Nesse contexto de maré verde, pode-se observar que a mobilização dos movimentos feministas nos países da região é essencial para combater as políticas de gênero conservadoras do sistema patriarcal e para impulsionar a resistência contra grupos que impedem o total asseguramento dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres. No entanto, a questão desses direitos, enquanto pressupostos à plena democracia e cidadania, encontra ainda importantes limitações na América Latina e no Caribe, onde o direito a um aborto legal e seguro ainda é vedado à quase totalidade de mulheres da região.

Os dados expostos nesse ensaio refletem a magnitude do problema e não deixam dúvidas de que a questão deve ser tratada como um grave problema de saúde pública e também, como dito, de justiça social e democracia. Além disso, é preciso lembrar que, atrás dos números, existem histórias. Histórias de mulheres e pessoas com capacidade de gestar que poderiam ter outro futuro caso vivessem em países que tivessem uma lei de aborto legal, seguro e gratuito. Ou seja, todas essas mortes são evitáveis e expressam que a falta de leis de aborto seguro se traduz em violência sexista, mas também em violência institucional.

Assim sendo, a luta pela descriminalização do aborto na América Latina e Caribe deve ser lembrada não apenas no dia 28 de setembro, mas durante todo o ano. É evidente que os direitos reprodutivos e sexuais das mulheres são um tema importante para as políticas nacionais e internacionais e isso deve ser amplamente discutido nas formulações de agendas regionais e internacionais para se alcançar um mundo mais justo para todas as mulheres e pessoas com capacidade de gestar. Ademais, também é importante destacar que a luta pela legalização do aborto é

¹³ Até o momento, o projeto ainda não foi aprovado pelo Senado. Nesse sentido, as ocasiões em que o aborto é legalizado são: em caso de risco de vida da mulher, inviabilidade fetal e estupro.

mobilizada nas câmaras/legislativos, mas também na rua, com a atuação dos movimentos feministas.

Como escreve Alcaraz (2019), a negação desse direito é um ato de violência contra os corpos gestantes. Os projetos de vida, a reprodução e a sexualidade devem ser exercidos a partir da autonomia e da liberdade. Uma lei que descriminaliza e legaliza o aborto implica caminhar para uma lei que amplia projetos de vida e possibilidades: que permite dizer não a uma gravidez para dizer sim a uma lista infinita de modos de vida e desejos.

Referências

ALCARAZ, María Florencia. **¡Que sea ley!: La lucha de los feminismos por el aborto legal.** Marea Editorial. Edição do Kindle.

BARRAGÁN, Almudena; BREÑA, Carmen Morán. **México descriminaliza o aborto após decisão judicial histórica.** El País, 07 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-09-07/mexico-descriminaliza-o-aborto-apos-decisao-judicial-historica.html>> Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

CHIAPPARRONE, Norma Graciela. **El derecho al aborto en América Latina y el Caribe.** Atlánticas–Revista Internacional de Estudios Feministas, v. 3, n. 1, p. 192-223, 2018.

FERNÁNDEZ, Pilar Troya. **Um 2021 de possíveis avanços na descriminalização do aborto por estupro no Equador.** Brasil de Fato, 21 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/07/21/artigo-um-2021-de-possiveis-avancos-na-descriminalizacao-do-aborto-por-estupro-no-equador>> Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

FONTES, Giovanna Soares. **Argentina e Brasil: A questão do aborto e os direitos reprodutivos das mulheres.** OFRI, 12 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://ofri.com.br/argentina-e-brasil-a-questao-do-aborto-e-os-direitos-reprodutivos-das-mulheres/>> Acesso em: 21 de setembro de 2021.

FONTES, Giovanna Soares. **Es ley: o caso da legalização do aborto na Argentina.** Rio de Janeiro, 2020. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais e Defesa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GONÇALVES, Davi Reis Procaci *et al.* **A “maré verde” da descriminalização de abortos na América Latina.** Brasil de Fato, 25 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/10/25/analise-a-mare-verde-da-descriminalizacao-de-abortos-na-america-latina>> Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

GONZAGA, Paula R.; ARAS, Lina. **Mulheres Latino-Americanas e a Luta por Direitos Reprodutivos: o panorama da conjuntura política e legal do aborto nos países da América Latina.** Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 9, n. 2, 2015.

LAMAS, Marta. **El aborto en la agenda del desarrollo en América Latina.** Perfiles latinoamericanos, v. 16, n. 31, p. 65-93, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. **Aborto e democracia.** Revista Estudos Feministas, v. 20, n. 3, p. 657-672, 2012.

MOLYNEUX, Maxine. **Mothers at the service of the new poverty agenda: progress/oportunidades, Mexico's conditional transfer programme.** Social Policy & Administration, v. 40, n. 4, p. 425-449, 2006.

SAHUQUILLO, María R. **Aborto é prática ilegal para 90% das mulheres na América Latina.** El País, 20 de junho de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/14/internacional/1529002780_075313.html> Acesso em: 21 de setembro de 2021.

SCHREIBER, Mariana. **Senado argentino barra legalização do aborto; países latino-americanos são os que mais restringem prática no mundo.** BBC News Brasil, Brasília, 09 de agosto de 2018. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/geral-45126092> > Acesso em: 21 de setembro de 2021.

Observatório de Movimentos Sociais da América Latina

COMUNICA AMÉRICA LATINA VII

outubro-dezembro/2021

